

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva (IGESC)
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia

Abimael Carvalho da Rocha

ESTRATÉGIAS DO CAPITAL NO CERRADO: REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA NO
TRIÂNGULO MINEIRO

Uberlândia
2025

Abimael Carvalho da Rocha

ESTRATÉGIAS DO CAPITAL NO CERRADO: REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA NO
TRIÂNGULO MINEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Agrária
Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais
Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

Uberlândia

2025

Abimael Carvalho da Rocha

ESTRATÉGIAS DO CAPITAL NO CERRADO: REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA NO
TRIÂNGULO MINEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Uberlândia, 14 de fevereiro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Cleps Junior – UFU (Orientador)

Dra. Joelma Cristina dos Santos - UFU

Prof. Dr. Cassio de Arruda Boechat – UFES

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R672 Rocha, Abimael Carvalho da, 1985-
2025 ESTRATÉGIAS DO CAPITAL NO CERRADO [recurso
eletrônico] : REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA NO TRIÂNGULO
MINEIRO / Abimael Carvalho da Rocha. - 2025.

Orientador: João Cleps Junior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.104>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Cleps Junior, João ,1962-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Dedico este trabalho aos meus pais, a minha
companheira, às minhas filhas, aos meus
irmãos e aos amigos pelo apoio, estímulo,
carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e amigo Dr. João Cleps Junior pelas conversas, pelo incentivo, motivação e orientação nesta caminhada acadêmica. Ao professor Cássio de Arruda Boechat pela participação na banca de qualificação e defesa dessa dissertação, sua contribuição foi valiosíssima. Aos professores Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio e Dra. Adrianly de Ávila Melo Sampaio pela interminável ajuda, motivação e preocupação com minha formação e minha família. Ao professor Dr. Túlio Barbosa, pelos inúmeros debates, colóquios, seminários, leituras e provocações que tem me proporcionado.

Aos colegas do grupo de Estudo d'O Capital, Ludmila, Juliano, Patrícia, Maisa, Cristiano, Mauro e Túlio.

Agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante os anos do curso.

RESUMO

A reestruturação produtiva agrícola do Triângulo Mineiro, tema desta dissertação, foi realizada sob indução estatal a partir da década de 1960, através de diversos Programas que tinham como objetivo a alteração da composição orgânica do capital nas unidades produtivas do campo. Além de construir infraestruturas de transporte, energia e comunicação, foram necessárias pesquisas e financiamento. Essa alteração ocorreu em uma conjuntura econômica internacional de crise de reprodução do valor, o que requer compensações da queda da taxa de mais-valia. Dessa forma, capitais que não se reproduziam procuram novos espaços para se reproduzir. No Brasil a conjuntura é a da industrialização retardatária, com a agricultura como um de seus pilares de sustentação. A mudança se deu com aumento do capital constante nas unidades produtivas rurais e a diminuição do capital variável, visando a busca pelo valor através da mais-valia relativa, aumento contínuo da produção. Os resultados para o Triângulo Mineiro foram a alteração dos índices de produção e produtividade, alteração da forma de trabalho no campo, imposição de uma nova cultura destinada ao mercado internacional, a soja, uma commodity. Concomitante a essa reestruturação da produção agrícola, se processou a instalação do complexo agroindustrial da soja. A pesquisa foi desenvolvida com ampla consulta bibliográfica sobre o tema e análise de dados estatísticos dos Censos do IBGE.

Palavras-chave: reestruturação produtiva; crise de valor; agroindústria; commodity; políticas públicas.

ABSTRACT

The restructuring of agricultural production in the Triângulo Mineiro region, the subject of this dissertation, it was conducted under state guidance from the 1960s onwards, through various programs that aimed to change the organic composition of the capital on rural production units. In addition to building transport, energy and communication infrastructures, research and financing were also necessary. This change occurred in an international economic context of a crisis in the reproduction of value, which requires compensation for the fall in the rate of surplus value. Thus, capital that was not reproducing itself sought new spaces to reproduce itself. In Brazil, the situation is one of delayed industrialization, with agriculture as one of its pillars of support. The change occurred with an increase in constant capital in rural production units and a decrease in variable capital, aiming at the search for value through relative surplus value and a continuous increase in production. The results for the Triângulo Mineiro region were changes in production and productivity rates, changes in the way work was done in the field, and the imposition of a new crop destined for the international market, soybeans, a commodity. Concomitant with this restructuring of agricultural production, the installation of the soybean agro-industrial complex took place. The research was developed with extensive bibliographical consultation on the subject and analysis of statistical data from the IBGE Census.

Keywords: productive restructuring; value crisis; agroindustry; commodities; public policies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	FORMAÇÃO TERRITORIAL DO TRIÂNGULO MINEIRO.....	12
2.1	As primeiras expedições e a mineração	12
2.2	A agropecuária e a formação dos principais núcleos urbanos	15
2.3	A implantação da infraestrutura de transporte, energia e comunicação.....	18
2.4	A fase anterior à “modernização agrícola”	27
3	SOCIABILIDADE E CRISE SOB A FORMA MERCADORIA	29
3.1	Sociabilidade em crise	29
3.2	As compensações da Crise de produção do valor	39
3.3	A mercadoria enquanto núcleo da análise	41
3.4	O cerrado enquanto busca de compensação da crise de produção do valor.....	42
4	A REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA NO TRIÂNGULO MINEIRO: BUSCA POR COMPENSAÇÃO DA CRISE DE PRODUÇÃO DE VALOR	43
4.1	A crise de 1929 e as mudanças na estrutura econômica Brasileira	43
4.2	Industrialização e reestruturação agrícola	44
4.3	A reestruturação agrícola	48
4.4	A reestruturação agrícola sob o cerrado	62
5	A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DA MESSORREGIÃO GEOGRÁFICA DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA.....	73
5.1	Os Programas de fertilizantes, agrotóxicos e máquinas	73
5.2	PADAP, POLOCENTRO e PRODECER.....	80
5.3	Pesquisa e extensão rural.....	94
5.4	A agroindustrialização do Triângulo Mineiro	96
5.4.1	<i>A formação do Complexo Agroindustrial em Uberlândia</i>	<i>106</i>
6	OS RESULTADOS DA REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA.....	115
6.1	Abertura da região e imposição do tempo social médio.....	115
6.2	Os resultados da reestruturação agrícola.....	119
6.3	Uberlândia no processo de reestruturação agrícola.....	124

7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
	REFERÊNCIAS.....	143

1 INTRODUÇÃO

As indagações que motivaram esta pesquisa estavam orbitando sobre a questão da crise da produção de valor e a “modernização da agricultura” no Triângulo Mineiro. O projeto inicial proposto teve por objetivo o entendimento das modificações na estrutura agrícola neste espaço enquanto momento de busca por compensações da crise de produção do valor. O período de análise se circunscreve entre as décadas de 1960 e meados da década de 1990, marco temporal que apresenta historicamente o início das mudanças que levaram à “modernização agrícola” nos cerrados, momento em que o Estado é o indutor do processo.

A pesquisa foi modificando a pergunta inicial, o termo “modernização agrícola” começou a causar estranhamento, pois o processo é de mudança na forma de trabalho e na estrutura produtiva, sem mudança na forma social, modificação que acelera a exploração da terra e do trabalho e culmina com o complexo agroindustrial. Ao longo da pesquisa e das inúmeras revisões que foram feitas, esse termo foi sofrendo críticas, assim apresento as reflexões sobre essa “modernização”.

Para a compreensão desse processo, foi necessário entender como se deu a formação territorial desse espaço, como estava a sua configuração imediatamente anterior ao início do processo de reformulação da produção agrícola no Triângulo Mineiro, para termos elementos para entender o que foi alterado.

A reestruturação agrícola do Triângulo se insere dentro do movimento de busca de compensações da queda da taxa de lucro em âmbito mundial, que vai provocar o deslocamento espacial de capitais em busca de valorização em outros espaços. Esta parte do trabalho, teórica, coloca as bases para entendermos como se deu a inserção do Triângulo Mineiro e do município de Uberlândia dentro da busca da valorização do valor em crise.

A reestruturação agrícola no cerrado teve uma íntima ligação com o processo de industrialização retardatário brasileiro, foi eleita como uma das molas de salvação do modelo de substituição de importações. Para sua execução, houve diversos programas oficiais estatais, financiamentos, subsídios, pesquisas de adaptação de culturas, extensão rural, assistência técnica, entre outros mecanismos, cujo objetivo foi a alteração da composição orgânica do capital e a busca de extração do equivalente geral do processo produtivo.

A reestruturação partiu de uma agricultura tradicional, do ponto de vista técnico e da exploração do trabalho, para uma agricultura mecanizada e com altos índices de consumo de bens de produção e alta produtividade. Alterou significativamente a forma de trabalho, a

exploração da terra, o produto, a produtividade e a forma de se produzir. Os resultados desse processo possuem inúmeras contradições.

O trabalho foi desenvolvido com a metodologia de revisão bibliográfica, houve consulta de dados de Censos e Censos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, esses dados empíricos ilustram as mudanças provocadas pela reestruturação.

Justifica essa pesquisa a busca pelo entendimento de como se deu essa reestruturação agrícola, como foi o processo, seus objetivos e seus resultados para podermos entender como o município de Uberlândia e o Triângulo Mineiro se inserem dentro da economia nacional e mundial, como se dá o processo de acumulação de capital, ou a busca pela produção de valor, nesse espaço dentro do período estudado.

A importância da pesquisa insere-se dentro da busca pelo significado desse processo para a configuração espacial e para o entendimento das formas de produção de valor sob a agricultura brasileira e sua relação com a indústria.

O objetivo geral do projeto que resultou nessa dissertação era o de entendimento dos pressupostos, da execução e resultado da modernização. Os objetivos específicos estavam em torno do entendimento da inserção da mesorregião e do município na reprodução ampliada de mercadorias.

Assim, o trabalho está organizado em 7 capítulos e a bibliografia, sendo que o primeiro capítulo é esta introdução, onde busquei expor os principais conceitos, o aspecto geral da dissertação, a natureza e a importância do tema, a justificativa e o objetivo de estudo.

No segundo capítulo, há uma exposição sobre a formação territorial do Triângulo Mineiro. Diversos trabalhos foram importantes para o entendimento dessa formação, entre eles os trabalhos de Eduardo Nunes Guimarães, Vera S. Pessoa e Carlos Antônio Brandão. O objetivo desse capítulo era entender a forma de sociabilidade imediatamente anterior ao processo de reestruturação agrícola, o antecedente do processo.

No terceiro capítulo, trago uma discussão sobre a sociabilidade sob a forma mercadoria, partindo da discussão do núcleo básico de socialização, a mercadoria, para chegar aos desdobramentos de suas contradições, que resultam na crise de produção de valor e as buscas de suas compensações, processo esse pormenorizadamente discutido com base, principalmente, nos textos de Karl Marx, Robert Kurz e David Harvey, porém participam desse entendimento outros autores.

O quarto capítulo faz referência à discussão sobre a conjuntura nacional, sobre o momento de implementação dos programas que irão levar à reestruturação agrícola do cerrado. Os autores aqui consultados foram Vicente Eudes Lemes, Celso Amorim Salim, Samuel

Frederico, Vera S. Pessôa, João Cleps Junior, David Harvey, Wenceslau Gonçalves Neto, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José Graziano da Silva, Guilherme Delgado, Pierre Monbeig, entre outros.

No quinto capítulo, a discussão é sobre o processo que efetivou a transformação na estrutura produtiva do campo no Triângulo Mineiro. Os diversos programas e incentivos governamentais são apresentados, revelando seus objetivos. Aqui, diversos autores foram amplamente relacionados à discussão, contribuíram para a compreensão desse processo que é o central para esta dissertação: a mudança de uma agricultura com baixo índice de produtividade e de objetos técnicos em seu processo produtivo, para uma agricultura altamente produtiva e a simultânea agroindustrialização. Os autores utilizados nesse capítulo foram em boa parte citados nos capítulos anteriores, destaco aqui o texto de Celso Amorim Salim, pela profundidade da discussão.

No sexto capítulo, há uma análise dos resultados dessa reestruturação agrícola, o objetivo é demonstrar os novos elementos colocados por essa reestruturação produtiva processada no campo e com resultados também na cidade. Os autores são os citados nos capítulos anteriores.

Por fim, apresento as considerações finais, onde busco demonstrar minhas reflexões sobre esse tema estudado ao longo desse curso para obtenção do título de mestre em Geografia Humana.

2 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

O estudo da formação territorial do espaço de estudo se coloca como importante, pois nos dá os indicativos de como estava a configuração econômica e social do Triângulo Mineiro quando se processou a mudança na forma de se produzir no campo. Uma pergunta importante que guiou esse capítulo era: como se deu a formação dos principais núcleos urbanos, quais eram as atividades econômicas praticadas?

A configuração da produção agrícola, como se dava a exploração da terra e do trabalho, e principalmente como as categorias do capital aí estavam se reproduzindo, foram os objetivos perseguidos. Assim, apresento aqui uma breve história de como configurou essa Mesorregião geográfica do início da ocupação colonial até o momento da reestruturação agrícola. Destaco três autores que foram fundamentais nessa etapa da pesquisa, Carlos Antônio Brandão, Vera Salazar Pessoa e Eduardo Nunes Guimarães.

2.1 As primeiras expedições e a mineração

Parte do espaço que hoje é denominado de Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba¹, localizado entre o Rio Paranaíba, divisa entre Goiás e Minas Gerais, e o Rio Grande, divisa estadual entre São Paulo e Minas Gerais, integrava as possessões portuguesas delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Após a instituição das Capitânicas Hereditárias (1534), este espaço fazia parte da Capitânia do Espírito Santo.

Minas Gerais foi desmembrada da Capitânia do Rio de Janeiro em 1709, passando para o controle de São Paulo. Tornou-se capitânia independente em 1720 e o Triângulo ficou como possessão paulista. Em 1744, quando surge Goiás, este espaço foi a ele integrado e, em 1816, passa a pertencer a Minas Gerais (Brandão, 1989).

Os primeiros contatos exploratórios dos colonizadores começaram a partir do século XVII. As expedições chegaram a este espaço partindo de São Paulo. A vegetação típica de cerrado, com sua vegetação rarefeita, facilitava a penetração,

A primeira provável entrada data do final do século XVI, quando o capitão Sebastião Marinho, partindo de São Paulo em 1590, rumou às nascentes do Rio Tocantins, em Goiás, presumivelmente cruzando o triângulo. Posteriormente, a bandeira de João Pereira de Souza Botafogo, que saiu de São Paulo em outubro de 1596, teria bifurcado seu trajeto, sendo que um grupo atingiu a bacia do Rio São Francisco e depois Paracatu, em seguida, chegar ao

¹ Esta divisão em Mesorregião Geográfica Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba vem da “[...] regionalização desenvolvida pelo IBGE a partir do ano de 1942, com sua delimitação de microrregiões na década de 1960 e de suas mesorregiões na década de 1970 [...]” (Guimarães, 2010, p.19).

norte de Goiás; o segundo grupo teria atravessado as terras triangulinas, alcançando também o norte de Goiás (Brandão, 1989, p.10).

A sua ocupação não indígena começou como ponto de abastecimento de tropas de Bandeirantes que partiam de São Paulo e rumavam para o Centro-Oeste com o objetivo de capturar indígenas para o trabalho forçado ou encontrar pedras e metais preciosos. Os indígenas capturados eram colocados ao longo de picadas, para juntar um número suficiente para serem vendidos no longínquo mercado do Sudeste. Esses aglomerados de autóctones atraíram a atenção dos padres da Ordem da Companhia de Jesus, os jesuítas, que “teriam fundado” (Brandão, 1989, p.11) a primeira aglomeração de não indígenas em Minas Gerais, localizada onde hoje está o município de Araguari, a “aldeia de Sant’Anna do Rio das Velhas – na primeira década do século XVII. Mais ou menos vinte anos depois esta sede da ordem religiosa e do aldeamento indígena foi completamente destruída” (Brandão, 1989, p.11).

Em 1663, o Bandeirante Lourenço Castanho Tacques cruzou o Triângulo e noticiou a presença de uma feroz aldeia indígena, os Araxás. Em 1682, Bartolomeu Bueno da Silva atingiu as margens do Rio Grande. Em 1698, foram descobertas lavras no que hoje é território mineiro. A Guerra dos Emboabas (1707-1709) contribuiu dispersando população para a parte ocidental da futura Capitânia de Minas Gerais. Em 1719, é descoberto ouro em Mato Grosso e em 1725 em Goiás, tornando a região triangulina lugar de passagem dos mineradores e tropeiros, onde se reabasteciam, ligando as regiões de mineração e estas com o litoral.

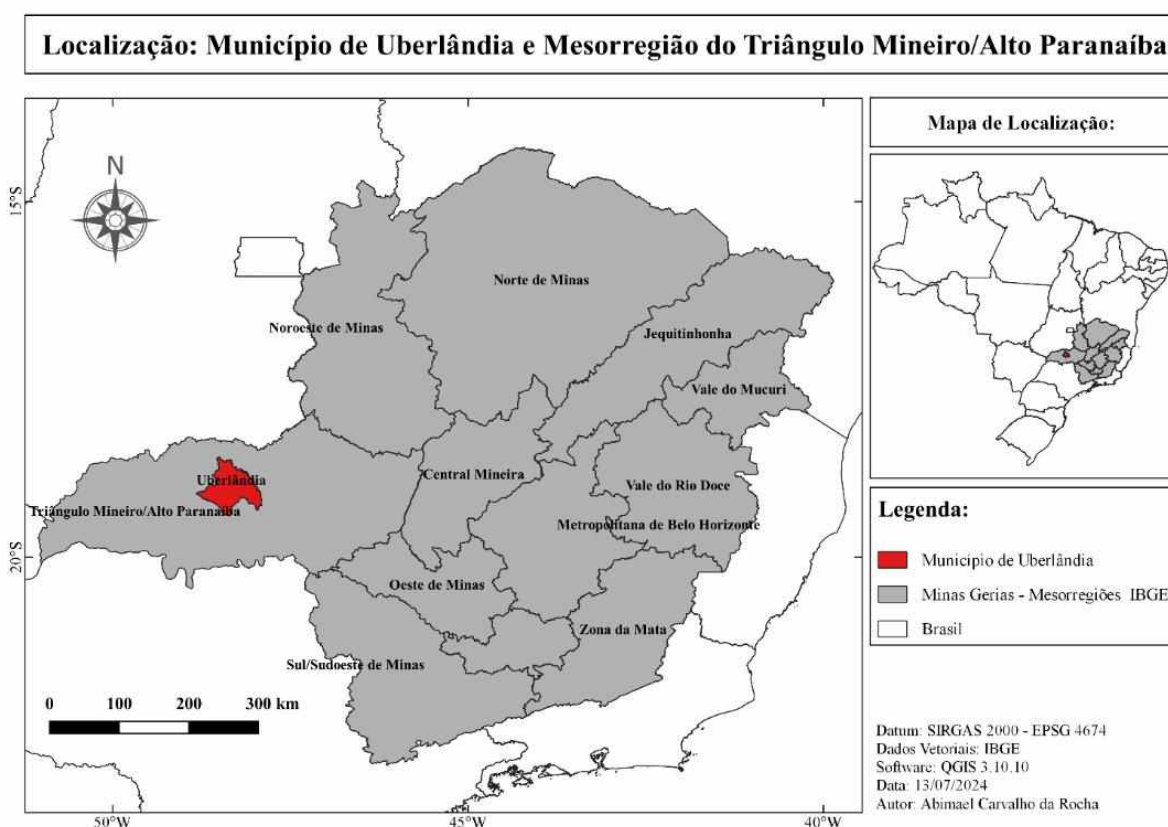
Houve uma corrente migratória no sentido litoral-sertão para a exploração das minas, fixando população, subsidiando as atividades da mineração.

Nesse período, surgiu um grande movimento populacional que, a grosso modo, acompanhou a trajetória da descoberta/ exploração/ exaustão dos filões, seguindo, assim, um sentido centro de Minas, Triângulo, sul de Mato Grosso, Centro-Sul de Goiás. Prado Jr. Captou com propriedade esse movimento, dizendo que “a origem dos povoadores da região é Minas Gerais, mais densamente ocupada por efeito da intensa mineração do século XVIII, agora praticamente extinta. Na sua marcha para sudoeste, os mineiros ocuparam primeiro o chamado Triângulo Mineiro [...] (Brandão, 1989, p.20).

Em 1736/37, houve uma incipiente exploração de ouro no curso alto do Rio Araguari, próximo à Serra da Canastra. Essa atividade, que era marginal, atraiu aventureiros e contribuiu para a formação de uma aglomeração urbana, um Arraial denominado de “Tabuleiro” (Brandão, 1989, p.18). Teve três anos de duração, depois foram massacrados pelos Caiapós, os sobreviventes levantaram outro Arraial a três léguas de distância. Nessa nova aglomeração “consta que de 1743 a 1781 o Arraial exportou 1500 quilos de ouro” (Brandão, 1989, p.18).

A mineração tornou esse espaço rota entre as atuais Regiões Centro-Oeste e Sudeste, conferindo a esse espaço relevância devido à sua localização, situada entre as duas principais áreas mineradoras da colônia. Havia duas rotas de deslocamentos que cortavam o Triângulo, uma construída pelos Bandeirantes, a partir da Capitania de São Vicente, em suas buscas por minerais valiosos e mão de obra escrava, e outra que partia do atual Estado do Rio de Janeiro. Aquela era denominada de Estrada de São Paulo² e esta de Estrada Salineira.

Figura 1 - Localização do espaço de estudo



Fonte: Elaboração própria.

Esse movimento de fixação de povoação no Triângulo Mineiro se deu por meio de violentos confrontos com a população autóctone, que também lhe conferiu resistência, assim como parte dos quilombos presentes na região. Entre as atuais cidades de Uberaba e Frutal havia os indígenas das etnias Caiapós, Paranás e Bororós. Onde está Araguari, o espaço era de domínio dos Xacriabás. A mais resistente das aldeias indígenas da região estava onde hoje há

² “A Estrada de São Paulo (ou rota do Anhanguera ou caminho de Goiás) ligava São Paulo a Goiás, passando pelo Triângulo Mineiro (Sertão da Farinha Podre). Partia do litoral paulista, passava pelas localidades de São Paulo, Jundiá, Campinas, Mogi Mirim (antiga Mogi dos Campos), Mogi Guaçu e Batatais, chegando até Franca e, a partir desse ponto, cruzava o Porto da Espinha, na divisa de Minas com São Paulo, e atravessava o “território triangulino” até atingir seu destino que era Goiás [...]” (Guimarães, 2010, p.37).

o município com o nome da etnia que fora massacrada para ceder lugar ao colonizador, Araxá. “Quanto aos quilombos, alguns autores chegam a falar na existência de mais de trinta pela região (Brandão, 1989, p.21)”.

A presença de quilombos impedia o trânsito de pessoas e mercadorias, o que desagradava os interesses mercantis. Assim, várias expedições foram formadas para dar cabo dos negros. Seis delas tentaram, porém, foi Bartolomeu Bueno de Prado, neto de Anhanguera, que em 1759, massacrou os quilombos, “retornando à capital da província com 3900 pares de orelhas de negros” (Brandão, 1989, p.23).

Com a crise da mineração no país, que também atingiu o Triângulo, pois suas atividades eram subsidiárias a essa prática econômica, a pecuária, principalmente de subsistência, ganha destaque como atividade econômica principal e responsável por manter e desenvolver a ocupação do local, “[...] a partir do final do século XVIII, embora sem grande impulso econômico, novas áreas foram sendo ocupadas pela produção agropecuária, em distintas direções e sem grande diferenciação produtiva” (Guimarães, 2010, p. 39).

Assim, “o grande contingente de mão-de-obra liberado pelo esgotamento das minas ou emigrou para outras regiões, ou penetrou mais pelos sertões da “Farinha Podre”, refugiando-se numa pequena agricultura de subsistência e/ou criação extensiva de gado” (Brandão, 1989, p.26).

Aquela população que, atraída pelo aprisionamento indígena, pela sua catequização ou pela mineração, ou ainda expulsas das áreas em disputas na Guerra dos Emboabas, conferiu a este espaço os primeiros núcleos populacionais colonizadores. Após a crise da mineração, direcionaram suas atividades à pecuária e à agricultura.

2.2 A agropecuária e a formação dos principais núcleos urbanos

Com a crise da mineração, dentro do Triângulo Mineiro, continuaram existindo aquelas localidades que haviam desenvolvido a agropecuária como apoio à mineração. Araxá e Patrocínio ofereciam condições naturais favoráveis ao desenvolvimento do rebanho, tendo em vista a abundância de salitre em seus solos. Além disso, mantinham ligação entre o Sertão e o Litoral. No primeiro município, a ocupação econômica cresceu com o massacre aos povos indígenas que a habitavam (Guimarães, 2010) e o segundo depois que “vieram de Goiás 400 soldados que exterminaram os últimos grupos de índios Araxás que restavam na região” (Brandão, 1989, p.24).

Essas localidades apresentavam um grande fluxo de pessoas e mercadorias para a época, e a prática da pecuária, que não necessita de meios de transporte, uma vez que o gado se

autotransporta até os centros consumidores, foi o importante passo para a ocupação do Triângulo Mineiro.

A presença de relações sociais já mediadas pela mercadoria se faz presente nesse espaço,

cabe ressaltar que o razoável poderio comercial desta “primeira ocupação” se assentava em bases bastante frágeis, dado que o fornecimento de bens a núcleos mineratórios apresenta sempre elevado grau de incerteza e instabilidade, já que o poder extrativo das minas é que determina o ritmo, os fracassos ou sucessos, das atividades que giram em torno de sua órbita (Brandão, 1989, p.27).

O poderio comercial nos diz que há categorias da forma valor nesse espaço, o comércio necessita do equivalente geral, o dinheiro já se faz presente nesse momento. Temos ainda uma descrição feita por August de Saint-Hilaire, citada na dissertação de mestrado de Carlos Antônio Brandão (1989), que confirma a presença das categorias do capital,

Saint-Hilaire, já no começo do século XIX, estimava que um ponderável excedente era retido pela região, relatando que “excetuando o sal e alguns negros que lhes dão um juro razoável, não tem, por assim dizer, nada a comprar, e, por outro lado, vendem certamente muito gado, pois que, depois do distrito de Rio Grande, é este que mais o fornece à capital do Brasil. Parece, pois que, os fazendeiros deste país devem ter muito dinheiro...” (Brandão, 1989, p.28).

As atividades desenvolvidas nesse espaço já tinham por objetivo a extração de dinheiro, já era a centralidade da produção. A primeira ocupação de colonizadores se deu subsidiando a mineração, a segunda, após a crise da mineração, é de agricultores e criadores de gado.

Em 1808, próximo ao Rio Grande, é fundado o Arraial da Capelinha, que em 1836 se tornaria o município de Uberaba. Estava ligado à produção agropecuária e com estreito vínculo com o interior do estado de São Paulo. Por ali, passava a rota do Anhanguera, que ligava a Província de São Paulo à Província de Goiás. A sua produção e posição a colocaram como importante centro comercial, sobretudo de produtos oriundos do litoral, o que tornou esse município o primeiro a exercer polaridade sobre essa área. A crise que atingiu essa aglomeração urbana começou em 1850, quando do início da navegação dos rios que ligam o Centro-Oeste ao Norte e o Centro-Oeste ao Sul, permitindo que os produtos que passavam por Uberaba seguissem outras rotas para atingir a região mineradora próxima aos municípios de Cuiabá e Goiás.

Em 1860, com a Guerra de Secessão estadunidense (1861-1865), houve um surto de produção de algodão não só em Uberaba, mas por toda a área que era atendida por alguma

forma de transporte dentro do que hoje é o Triângulo Mineiro, conferindo diversidade à produção agrícola naquele momento (Guimarães, 2010) (Brandão, 1989).

A Guerra do Paraguai (1861-1865) interrompeu temporariamente a navegação no Rio Paraguai, devolvendo importância à rota do Anhanguera. A passagem e abastecimento das tropas brasileiras que vinham do Nordeste e Sudeste e rumavam em direção à peleja passavam por Uberaba, que, com isso, ganhou um novo impulso econômico. A cultura do algodão também demonstra que a ocupação deste espaço já estava inserida no mundo da mercadoria, era cultivado para exportação. A produção, embora contenha os elementos da subsistência, já possuía como objetivo a extração do par contraditório do valor de uso.

Conforme foi se ampliando a ocupação do Centro-Oeste, aumentava-se a necessidade de gêneros alimentícios e fomentava-se o comércio triangulino, pois aumentava o fluxo de pessoas e mercadorias por essa área, com lenta, mas constante, integração econômica. São os tentáculos da forma mercadoria se espalhando.

Na ilustração abaixo podemos conferir a data de fundação dos principais municípios do Triângulo Mineiro.

Quadro 1 – Triângulo Mineiro - Data de fundação dos principais municípios

Município	Data de fundação
Araxá	1831
Uberaba	1836
Patrocínio	1840
Prata	1854
Estrela do Sul	1856
Pato de Minas	1866
Monte Alegre de Minas	1870
Sacramento	1870
Carmo do Paranaíba	1873
Araguari	1882
Monte Carmelo	1882
Frutal	1885
Uberlândia	1888

Fonte: adaptado de Guimarães, 2010, p.56.

As datas de fundação dos municípios da Mesorregião sugerem que havia produção de excedentes capazes de assegurar a aglomeração outras atividades além das ligadas à agropecuária.

2.3 A implantação da infraestrutura de transporte, energia e comunicação

A conjuntura econômica nacional desse período, final do século XIX, é a do pleno desenvolvimento da cafeicultura, que adentrava o Oeste paulista, processo pormenorizadamente discutido por Pierre Monbeig em sua obra *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo* (1984). O desenvolvimento técnico também avançava a partir dos centros do sistema produtor de mercadorias com invenções ou aprimoramentos nos meios de transporte e comunicação, interligando os lugares marginais aos dinâmicos centros da economia mundial. No Brasil, a irradiação vai ser dada a partir da economia cafeeira, cujos efeitos serão sentidos nessa área de estudo a partir da instalação da primeira linha férrea.

No final do século XIX, no Brasil, ocorria uma expansão geográfica do capitalismo que se consolidava. Os ditames do entrelaçamento dos mercados regionais eram arbitrados por São Paulo, que definitivamente se impunha como o núcleo hegemônico da acumulação de capital no país. Em suma, desenhava-se uma divisão inter-regional do trabalho patrocinada por São Paulo (Brandão, 1989, p.39).

A expansão da cafeicultura foi possível devido a diversos fatores, como a independência do país, a instalação das primeiras ferrovias, o barco a vapor, o solo fértil e inexplorado no estado de São Paulo, as terras disponíveis, o coronelismo, com os cafeicultores sendo simultaneamente agentes econômicos e agentes políticos, situação reforçada pela Proclamação da República, e somado a isso, a procura externa pelo café. O entrelaçamento desses diversos aspectos culmina na “formação do “complexo econômico cafeeiro”” (Guimarães, 2010, 53). Os produtores rurais sempre estiveram relacionados com a estrutura de poder no Estado brasileiro, a política da Primeira República deixa essa questão em relevo, assim como o atual momento sob domínio das *commodities* na economia.

O café continua sua expansão pelo Estado de São Paulo, atraindo força de trabalho migrante, principalmente de italianos. O excedente dessa produção desenvolveu outras atividades interligadas, como os transportes, no caso as estradas de ferro, os bancos, as casas de comércio, o porto de Santos e incipientes manufaturas. Algumas dessas atividades valorizavam as áreas e o capital investido na cafeicultura, ao mesmo tempo em que contribuíam para a expansão dessa prática agrícola, resultando em desenvolvimento da agricultura e de

crecimento de alguns centros urbanos. Assim, São Paulo torna-se o centro econômico com o consequente domínio sobre as estruturas estatais, exercendo influências sobre outras regiões.

A implantação das ferrovias no Brasil permitiu a integração de novos espaços aos centros dinâmicos internacionais, aumentando o fluxo comercial e de pessoas internamente, se deu sob subordinação tecnológica e do não desenvolvimento da indústria de bens de produção, colocando o país na rota de uma industrialização retardatária e dependente, aumentando a necessidade de insumos, de mão de obra e intensificando as relações internas para atender às necessidades externas, confirmando a vocação de uma economia cujo sentido de formação foi o de atendimento ao mercado externo. A ferrovia segue uma organização dendrítica, com o traçado estruturado para levar mercadorias do interior para os portos.

É importante notar que a transferência da capital federal para o Centro -Oeste já estava prevista na Constituição de 1891. Sendo assim, a instalação da ferrovia foi um projeto que tinha como objetivo estabelecer uma interligação entre a nova capital e o maior mercado do país.

Os meios de transportes eram insuficientes, com exceção de Uberaba, cuja ligação com os núcleos urbanos paulistas se dava pela navegação fluvial. Os outros núcleos ligavam-se entre si através de caminhos precários. Essa característica dos meios de transporte foi um entrave ao desenvolvimento econômico e será resolvida com a instalação ferroviária, que vai alterar a polarização dentro da mesorregião e fomentar o desenvolvimento do município de Uberlândia.

Nas economias periféricas, como a brasileira, a implantação inicial das ferrovias foi empreendida com equipamentos importados e, portanto, grande parte dos estímulos à indústria de bens de capital vazou para o exterior. Mas, mesmo assim, desde o início esta foi importante no que tange à incorporação de novas áreas ao processo de produção de mercadorias e como empreendimento rodoviário, visto que capitais gerados internamente se organizaram e controlaram o comércio e serviços de várias ferrovias. Na verdade, a ferrovia, mesmo tecnologicamente importada, gerou significativo impacto nas economias regionais, permitindo não só um fluxo intenso de mercadorias e pessoas, como provocou uma importante demanda de insumos, serviços complementares e de mão-de-obra e peças de manutenção (Guimarães, 2010, p.59).

A ferrovia, então, permitiu a chegada de produtos de outras regiões e a possibilidade de escoamento do excedente, foi o “progresso” que chegou na forma de melhores formas de transporte e comunicação. O predomínio nesse momento é do capital comercial, que vai promovendo a expansão das relações capitalistas de produção, adentrando novos espaços, permitindo a produção e o consumo de novas mercadorias. A instalação dessa ferrovia, fixação de trabalho morto em forma de infraestrutura, traz também uma nova valorização dos espaços adjacentes.

A tendência à integração era clara e o Triângulo tinha praticamente todas as condições para, utilizando sua herança histórica de “ponto de passagem” tornar-se “ponto de intersecção” de um dos mais importantes circuitos mercantis do país, podendo comprar barato de Goiás e Mato Grosso e vender caro em São Paulo (Brandão, 1989, p.39-40).

Com a instalação da ferrovia da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, houve a expansão da produção destinada ao comércio, pois as regiões fora da zona cafeeira, adjacentes a ela, se apresentaram como fornecedoras de gêneros alimentícios para o complexo cafeeiro. Assim, esse novo meio de transporte contribuiu com a intensificação da ocupação dessa área, com o crescimento de alguns núcleos urbanos.

Essa ligação, realizada no final do século XIX, foi possível, então, através do capital da cafeeicultura e investimentos públicos. O papel do Estado foi preponderante, garantindo rentabilidade para os investimentos nesse meio de transporte³.

Quadro 2 – Ano da instalação das estações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

Estação	Ano de instalação
Campinas	1875
Jaguariúna	1875
Mogi-Mirim	1875
Amparo	1875
Casa Branca	1878
Ribeirão Preto	1883
Franca	1887
Jaguara (Margens do Rio Grande)	1888
Sacramento	1889
Conquista	1889
Uberaba	1889
Uberabinha (Uberlândia)	1895
Araguari	1896

Fonte: adaptado de Guimarães, 2010.

³ Para mais informações a respeito do papel do Estado e dos capitais iniciais da instalação da ferrovia, ver Guimarães, 2010, capítulo 2.

O projeto da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro era adentrar o estado de Goiás, a intenção era a interligação com o planalto central, porém parou no município de Araguari, sendo aí o ponto final desta ferrovia. Mais tarde, ela vai ser interligada à Estrada de Ferro de Goiás, ligando este ponto final a Catalão em 1913 e até Anápolis em 1935. Com a instalação da Estrada de Ferro da Companhia Mogiana, ela passa a ser a principal rota, o principal meio de transporte do Triângulo Mineiro. O impacto vai ser sentido, também, e de maneira nítida em Uberaba, pois era nesse município que se concentrava o fluxo de mercadorias, recebendo-as e enviando-as por rota fluvial.

Antes da perda da hegemonia para Uberlândia, Uberaba já possuía uma,

[...] incipiente, mas sólida estrutura manufatureira, constituída de uma fábrica de tecidos de algodão (inaugurada em 1886, produziu 66229 metros), diversas máquinas de beneficiar arroz, algumas fábricas de manteiga, queijo, macarrão, cerveja, chapéus (instalada em 1880), cigarros, produtos de couro etc. (Brandão, 1989, p.105).

A chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste em Mato Grosso (1911) fez com que Uberaba perdesse influência sobre o estado do Mato Grosso, parando de ser o intermediário deste com o estado de São Paulo. Somado às construções de rodovias pelo Triângulo, aos poucos foi transferindo a centralidade para Uberlândia.

Levou poucos anos para que o impacto da ferrovia transformasse o município de Uberlândia, cidade cujas origens estão ligadas à agropecuária,

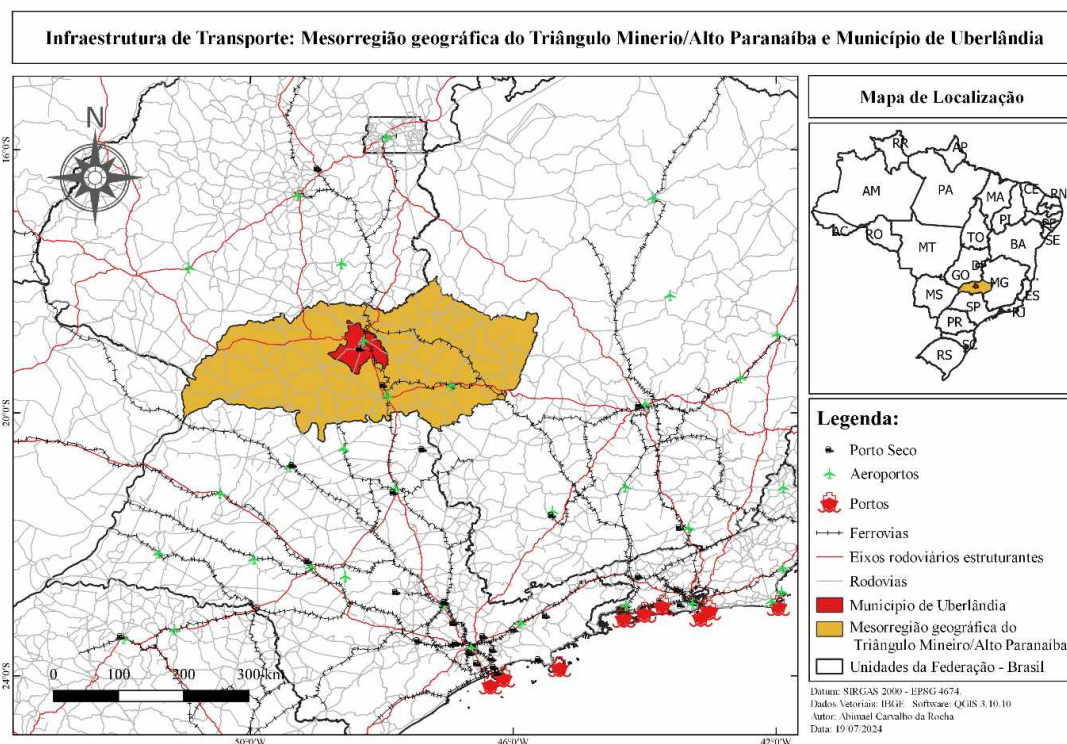
[...] suas terras foram ocupadas por rústicas fazendas de agropecuária formadas por sesmarias outorgadas pelo governo imperial a partir de 1818. Os primeiros ocupantes destas sesmarias eram generalistas vindos das regiões mineiras de Paraopeba e Formigas, sem grande posses e dispostos a fixarem residência e iniciarem atividades produtivas elementares (Guimarães, 2010, p.76).

Uberlândia, devido à sua localização geográfica, foi beneficiada com a instalação de um sistema logístico que permitiu o desenvolvimento de sua malha rodoviária interligada à ferrovia, tornando o município um centro de influência no que hoje denomina-se de Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Na formação histórica desse espaço, destacamos os movimentos separatistas em relação ao poder centralizado na capital mineira. Devido ao abandono por parte do estado de Minas Gerais a essa mesorregião, houve diversos movimentos políticos separatistas, um em 1906, um em 1919, outro em 1935 e ainda um em 1960. O de 1906 deu como resultado a construção da ponte entre os estados de Minas Gerais e Goiás, o de 1919 provocou a retomada de obras

públicas paralisadas, o de 1935, além de infraestrutura para a cidade de Uberaba, trouxe a ligação rodoviária entre a capital mineira e esse município e a construção da ponte de São Simão. O de 1960, por sua vez, teve alguma ligação com a escolha de Rondon Pacheco, político uberlandense, para ser o interventor, governador, durante a Ditadura Militar, em Minas Gerais?

Figura 2 – Triângulo Mineiro: Infraestrutura de Transporte (2024).



Fonte: Elaboração própria.

Além disso, vale ainda ressaltar outras infraestruturas da região presentes nesse momento. Em 1909, o governo federal implantou a ponte sobre o Rio Paranaíba, interligando Uberlândia ao sul do Estado de Goiás, fruto do processo separatista. Em 1913, uma estrada ligando a ponte até Uberlândia é efetivada pela iniciativa privada, assim está dado o necessário para o estreitamento da relação econômica entre essas localidades, transformando esse município mineiro num entreposto mercantil rodoferroviário e concedendo-lhe uma posição logística privilegiada. Com isso, temos então que, transposto esse obstáculo natural, o Rio Paranaíba, e com as condições de relevo favoráveis, a escoação da produção de Goiás passa a ser realizada através da estação Uberabinha, localizada no município de Uberlândia,

[...] de um lado, tinha-se Goiás com a conservação de suas terras férteis de grande contingente populacional, remanescente do período anterior, produzindo um excedente vultuoso que encontrava sérios problemas de escoamento; de outro, tinha São Paulo alicerçada em privilegiadas relações

capitalistas de produção, em relação ao resto do país, podendo alavancar sua economia, diversificando-a e dinamizando-a frente às demais, ampliando seu mercado interno e arvorando-se à conquista e ao domínio dos até então mercados “regionalizados” (Brandão, 1989, p. 50-51).

A ponte de São Simão é uma via de acesso ao estado do Mato Grosso e possibilitou a penetração do capital comercial de Uberlândia. Dessa forma, devido à sua localização estratégica e somado à sua infraestrutura de transporte, composta pelos trilhos da Mogiana e as rodovias, esse município passa a exercer centralidade mercantil, com forte polaridade, e acaba atraindo um desenvolvimento econômico maior que os demais municípios dessa Mesorregião. Araguari tinha influência sobre o Sul de Goiás, até o desenvolvimento da infraestrutura dos municípios desse estado promover a sua independência em relação à infraestrutura desta cidade mineira. Uberaba, localizada próxima ao Estado de São Paulo, acaba ficando para trás na concorrência com os municípios desse estado. Uberlândia torna-se, dessa maneira, o município mais próspero do que hoje se configura como Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Uberlândia tornava-se um ponto de intersecção da circulação de mercadorias, escoava a produção de gêneros agrícolas do Centro-Oeste e distribuía as mercadorias advindas de São Paulo, fazendo uma interligação entre São Paulo, Goiás e Mato Grosso (Brandão, 1989).

Devido às estradas de rodagem, Uberlândia tinha ligação com todos os municípios da região, além de

Tupaciguara, Monte Alegre, Prata e Ituiutaba; em Goiás, Itumbiara, Buriti Alegre, Morrinhos, Rio Verde, Rio Bonito, Mineiros, Jataí e Santa Rita do Araguaia e, em Mato Grosso, Rio das Graças. Ainda poderíamos dizer que Uberabinha polarizava parte dos municípios de Caldas Novas, Pouso Alto, Palmeiras, São José do Turvo e Cachoeira, afora algumas cidades do Norte goiano e do Oeste Mineiro (Guimarães, 2010, p.94).

Destarte, a instalação da infraestrutura de transporte possibilitou a integração desta região com a economia cafeeira paulista “[...] a região estruturou-se “sob encomenda” para o capital sediado em São Paulo” (Brandão, 1989, p.69). As fazendas paulistas se especializaram na produção de café, a produção de alimentos não era suficiente, sendo necessário recorrer ao mercado para ter acesso a esses produtos, o que acabou fomentando um comércio inter-regional. Posteriormente, após a industrialização centralizada em São Paulo, houve desdobramentos que permitiram a dinamização econômica da Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Entre 1920 e 1940, os municípios triangulinos não estavam diretamente ligados à produção cafeeira, mas sim com produtos destinados ao mercado interno, à reprodução da força

de trabalho. A pecuária dominava esse espaço, era a principal atividade econômica, e os grãos estavam entre os principais produtos agrícolas. Milho, arroz, cana-de-açúcar, feijão e mandioca eram os que se destacavam. A reestruturação agrícola que irá ser implementada nesse espaço a partir da década de 1970 já encontra um espaço sob domínio da forma mercadoria, não configurando como o início da ocupação econômica capitalista, ou seja, a “modernização agrícola” não significou uma acumulação primitiva de capitais e menos ainda a implantação da forma mercadoria.

Houve instalação de algumas fábricas antes mesmo das políticas industrializantes de Getúlio Vargas, “[...] a pouco e pouco foram se fundando pequenas fábricas, máquinas de beneficiar arroz, algodão, serrarias etc. de maneira que Uberlândia conta hoje (1910) cerca de 20 estabelecimentos industriais [...]” (Brandão, 1989, p. 99). Foi instalada, no município de Uberlândia, em “1923, [...] uma fábrica de tecidos que, antes do fim da década, já estava falida” (Guimarães, 2010, p.104).

A pecuária, por contar com uma mercadoria auto transportável, não dependia diretamente das rotas comerciais, eram atraídas pelos núcleos urbanos capazes de abater e transformar o gado em charque para assim ser transportado via ferrovia. Já a agricultura estava mais dependente das rotas comerciais e dos transportes, além da fertilidade do solo, clima e das técnicas empregadas, assim como da tecnologia disponível. A agricultura era praticada pelos pequenos agricultores que pagavam os tributos aos proprietários da terra, grandes latifundiários.

A partir da chegada dos primeiros migrantes japoneses a Uberlândia, em 1925, há transformação nas lavouras de arroz, que se tornaram grandes com a utilização de técnicas mecânicas. Por onde disseminava essa nova forma de produção desse cereal, as terras aptas ao plantio iam se valorizando e aumentando o preço do arrendamento. Essa expansão da produção do arroz para diversos municípios do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e do sul do Estado de Goiás, dentro da bacia do Rio Paranaíba, só foi possível graças ao tronco de rodovias que partiam de Uberlândia. Tudo aquilo necessário à produção desse produto, como o transporte rodoviário desse cereal do local de produção até Uberlândia, demandou atividades paralelas como oficinas, borracharias, postos de combustíveis e outras atividades necessárias, causando dinamismo no centro urbano desse município.

Uberlândia passa a exercer influência de “700 quilômetros nos sentidos sudoeste e noroeste” (Guimarães, 2010, p.107), “[...] os comerciantes de Uberlândia, utilizando-se das vantagens concorrenciais do rodoviarismo, estenderam sua órbita de influência a toda a região do Brasil Central, catalisando-a e impondo-lhe seu ritmo mercantil” (Brandão, 1989, p.97). Sua frota de caminhões particulares foi responsável pela articulação na escoação da produção e na

distribuição dos produtos trazidos de outras localidades. “A economia de Uberlândia entra na década de 1940 controlando os fluxos do Centro-Oeste e vendo seu núcleo urbano ser aparelhado com novas infraestruturas [...]” (Guimarães, 2010, p.109).

Em 1943, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas promoveu a Marcha para o Oeste, onde identificou e colocou Uberlândia como sendo a porta de entrada para o Brasil Central, sediou no município o escritório central da Expedição Roncador-Xingu.

Entre 1940 e 1950, a rede de transporte da região encontra-se deteriorada. Paralelo a isso, São Paulo está em pleno processo de industrialização, estimulando a produção de alimentos nas áreas contíguas, processo que é sentido por Uberlândia. Suas terras exploradas anos a fio estavam exauridas, sem fertilidade, a não ser aquelas localizadas no baixo curso do Rio Araguari e Uberabinha. Araguari perdeu suas influências sobre o Sul de Goiás com a emergência de Goiânia e Uberaba, além da crise do Zebu, e perde suas influências para municípios paulistas.

A economia de Uberlândia, em 1949, dominava 50% do volume de vendas em atacado da região. Esse dado ilustra a polarização do município sobre os demais da Mesorregião, porém não lhe garante poder de decisão político ao nível nacional. Na década de 1950, não havia poder político e econômico nesta região, capaz de desenvolvimento e implantação da necessária infraestrutura para a possibilidade de produção e reprodução do valor sob forma ampliada, que no momento resumia-se como necessidade de melhorias nas questões de energia e transportes. As deficiências de transporte, principalmente ligadas à qualidade das rodovias, são noticiadas desde a década de 1940⁴, problema estrutural que ainda hoje, dada as diferenças técnicas, na terceira década do século XXI, continua a existir.

A geração de energia, até 1950, era provisionada por uma companhia paulista privada. A partir de 1955, o município passará por novas definições proporcionadas pelos investimentos estatais promovidos para interiorização da Capital Federal do país, o que proverá a Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba de infraestrutura necessária para a ligação da nova sede da administração federal à maior economia do país, a economia paulista.

Foi então a partir da construção da nova Capital Federal que haverá mudanças nessa região,

Nas décadas de 50 e 60, com a construção de Brasília, implantada em plena região central do Brasil e dos cerrados, foi criado um importante sistema de transportes, favorecendo o avanço da exploração agrícola para as áreas ainda subpovoadas do centro-sul de Goiás e do próprio Triângulo Mineiro. A

⁴ Para mais detalhes das condições da infraestrutura de transporte nesse período, consultar Guimarães, 2010.

construção das rodovias deu suporte à estruturação da rede urbana, não só em direção ao Centro-Oeste como para leste de Minas Gerais, com a ligação à capital Belo Horizonte (Cleps Junior, 1998, p.188).

Na década de 1950, o município teve algumas de suas estradas de terra pavimentadas, outras novas foram construídas, o potencial de geração de energia de seus rios foi explorado com a construção de hidroelétricas, condições para a territorialização do grande capital, assim como foram instalados os equipamentos de última geração da infraestrutura de comunicações. Dessa maneira, foram dadas as condições necessárias, vias de transporte, energia e comunicações, para permitir a possibilidade de produção e reprodução do valor de forma ampliada.

Essas alterações foram possíveis graças ao Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), que tinha como objetivo o desenvolvimento econômico brasileiro, planejamento elaborado a partir dos estudos realizados pela “Comissão Mista Brasil-EUA e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-Comissão Econômica Para a América Latina (BNDE-Cepal), com o propósito de levar adiante um processo de industrialização pesada” (Guimarães, 2010, p. 123). Além disso, o Plano de Metas buscava o desenvolvimento dos centros urbanos que não estavam localizados no litoral, ou seja, busca pelo desenvolvimento e interiorização da economia. Assim, também foi um plano para evitar migrações e promover a acumulação urbana dos municípios do interior, porém almejava, antes, a interligação da economia paulista com o Centro-Oeste. O desenvolvimento da Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba nesse processo foi colateral.

No período entre 1950 e 1960, a agricultura não recebeu a mesma atenção que os setores infraestruturais, apesar de o Plano de Metas tratar da questão da alimentação, é com a Ditadura Militar (1964-1985) que o cerrado, e nele localizado o espaço de estudo, vai passar pelo processo de “modernização” de sua agricultura e agropecuária.

Assim, com o que foi exposto até aqui, podemos compreender que durante a primeira metade do século XX o desenvolvimento econômico de Uberlândia esteve ligado ao capital comercial,

[...] o capital comercial aí situado pôde nutrir-se da fronteira que se expandia e assim participar como importante coadjuvante do processo de integração do mercado nacional (pós-crise de 29), dirigido a partir de São Paulo, e que se deu via comércio de mercadorias. Nesse contexto, fica evidente a receptividade da região ao processo de aprofundamento de relações capitalistas de produção. Cabe então incluir o Triângulo Mineiro, como o fez Wilson Cano, entre aquelas áreas que “estavam mais predispostas a receber os impactos positivos da integração, praticamente constituindo parte de uma frente avançada do “capitalismo paulista”” (Brandão, 19898, p.91).

Uberlândia desempenhou um papel centrífugo e centrípeto, atraía a produção das localidades próximas e a escoava, simultaneamente, recebia as mercadorias produzidas algures e as distribuía por sua área de influência, configurava-se como a intersecção entre as áreas produtoras e consumidoras. Predomina nesse momento o capital comercial, o comprar barato de Goiás, Mato Grosso e de todo o Triângulo e vender mais caro para o maior mercado consumidor do país, São Paulo.

A partir da década de 1960, a Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba vai passar por uma reestruturação produtiva em sua agricultura e pecuária, mudanças que foram induzidas pelo Estado e com presença do capital internacional. Esse processo, fruto da crise de produção de valor nos países centrais do capitalismo, irá alterar substancialmente a região e permitir a estruturação, neste espaço, dos complexos agroindustriais.

2.4 A fase anterior à “modernização agrícola”

Como vimos na formação territorial do Triângulo Mineiro, a primeira leva de ocupação colonizadora se deu interligada com a mineração, subsidiando-a, servindo de apoio. A região era ocupada por indígenas e quilombolas que foram paulatinamente sendo massacrados e seus espaços subtraídos ao julgo do colonizador.

Com a crise da mineração, houve uma segunda forma de ocupação desse espaço, aquelas atividades subsidiárias à mineração, como a agricultura e a pecuária, tornaram-se as práticas econômicas principais. Tanto a agricultura como a pecuária eram de subsistência, porém, os excedentes eram destinados ao mercado.

A chegada da ferrovia alterou a configuração espacial, colocando Uberlândia como entreposto comercial e polarizando a região. A partir do século XX, a região tem uma significativa produção extensiva de gado e uma agricultura não mecanizada destinada ao mercado.

O predomínio é do capital comercial, a fronteira agrícola está fechada, já temos a propriedade privada da terra estabelecida sob todo o Triângulo Mineiro, fechada também está a fronteira econômica, controlada por capitais mercantis internos. As mudanças que virão a partir da década de 1960/70 serão o momento da abertura da região para os capitais externos, momento da integração do mercado nacional.

Entre 1920 e 1950, houve no município o “[...] predomínio de uma agricultura tradicional porque utiliza, em números bastante reduzidos, os insumos modernos necessários ao processo de modernização, tais como os tratores, os fertilizantes químicos, os corretivos,

para aumentar a produtividade dos cultivos [...]” (Pessôa, 1982, p.88), é a partir dessa característica que irá se processar a reestruturação agrícola, é a mudança dessa agricultura tradicional que será almejada por diversos programas governamentais que veremos a partir do capítulo 4, antes será exposto à questão teórica da crise de produção de valor que leva à busca de compensação da taxa de lucro, promove o movimento de capitais e no caso do cerrado brasileiro provocou sua reestruturação agrícola enquanto busca de compensações interligada à industrialização.

As mudanças que irão se efetuar sob essa agricultura tradicional serão retomadas mais à frente, momento em que será melhor caracterizada.

3 SOCIABILIDADE E CRISE SOB A FORMA MERCADORIA

Neste capítulo será apresentada a parte teórica da dissertação, o objetivo desse capítulo era o entendimento dos desdobramentos das contradições do núcleo básico de socialização, a mercadoria. A busca foi pelo entendimento de como se configura no espaço de estudo a busca pela produção do valor em crise.

A discussão aqui apresentada vai perpassar os capítulos vindouros, pois interliga, dentro da teoria do valor, a reestruturação agrícola do cerrado, e especialmente no espaço de estudos, ao movimento geral de acumulação. Assim, o Triângulo Mineiro vai adentrar dentro desse processo enquanto uma das buscas do capital em compensar a crise de produção de valor.

Assim, apresento a teoria do valor e os desdobramentos da forma mercadoria até a crise que engendra os deslocamentos de capitais e colocou o cerrado como uma das possibilidades de extração do equivalente geral.

Os trabalhos consultados foram de diversos autores, com destaque para três: Karl Marx, Robert Kurz e David Harvey.

3.1 Sociabilidade em crise

A sociabilidade sob o modo de produção capitalista impõe uma forma específica de metabolismo entre a Sociedade e a Natureza, “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de, e medida por uma determinada forma de sociedade [...]” (Marx, 2011, p.43), somos “indivíduos produzindo em sociedade [...]” (Marx, 2011, p.39), portanto, indivíduos socialmente determinados, e enquanto tal, acessamos essa forma, da qual estamos subsumidos e que media o acesso ao conjunto de objetos, constituídos como mercadorias, que utilizamos para satisfazer nossas necessidades, para a produção e reprodução da vida e o do vivido. Essa forma de produção produz objetos determinados, as mercadorias, cujo acesso e consumo também é determinado pela forma de produção, tanto objetiva como subjetivamente, “[...] a produção, [...], produz não somente um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto [...]” (Marx, 2011, p. 44).

Essa forma social possui inúmeras contradições, entre elas a capital trabalho, que aponta para uma crise permanente, a crise de produção e reprodução do valor. Entre suas diversas manifestações, está a denominada crise ambiental, que fenomenicamente se manifesta como resultado de inúmeras transformações colocadas por essa sociedade produtora de mercadorias às dinâmicas do planeta, resultando em mudanças capazes de causar inflexões, pois são cumulativas, dentro de uma totalidade física finita. Além da questão ambiental, no Brasil, essa

sociabilidade também coloca o problema da desigualdade social, da concentração de renda, terras e de poder, entre tantos outros problemas.

A transformação do elemento natural em mercadorias segue sob uma vertiginosa velocidade, os resultados, além da busca pela produção do valor e valores de uso, são deletérios, como a poluição de corpos d'água, as mudanças climáticas, a destruição de biomas, “[...] extinção de espécies e perda de biodiversidade, degradação de ecossistemas oceânicos, florestais e terrestres [...]” (Harvey, 2016, p.236), ainda temos as alterações na dinâmica geomorfológica, aumentando riscos de deslizamentos, entre outros problemas colocados por essa forma social cujo entendimento

[...] é de fundamental importância para compreendermos a forma específica como as diferentes atividades sociais encontra-se abstraídas na forma historicamente definida como trabalho, [...] revela uma moderna relação sociedade X natureza (Alfredo, 2001, pg. 42).

Sendo assim, é preciso ir buscar para além do campo positivo da crise, ultrapassar o véu da aparência, do fenômeno. É preciso compreendê-la a partir da sua essência negativa, abstrata, no campo conceitual. David Harvey, na introdução do livro 17 Contradições e o Fim do Capitalismo (Boitempo, 2016), enfatiza que as aparências escodem aquilo que a constitui e as lógicas que as constroem (Harvey, 2016). Ele segue a mesma linha argumentativa de Karel Kosik, ao propor o conceito de “Pseudoconcreticidade” (Kosik, 1976, p.11). O fenômeno não nos apresenta sua essência, antes é necessário esforço intelectual e conceitual para a sua apreensão, pois,

[...] todas as formas de objetividade sob as quais o mundo se manifesta, necessária e imediatamente, ao homem na sociedade capitalista escondem igualmente, acima de tudo, as categorias econômicas, a sua essência profunda como forma de objetividade, como categorias das relações inter-humanas; as formas de objetividade aparecem como coisas e relações entre coisas (Lukács, 1974, p. 30).

Assim, as crises econômicas que se desdobram em crises políticas, de sociabilidade e a assim denominada crise ambiental possuem essência intimamente ligada às contradições do modo de produção capitalista, mais precisamente em seu mínimo, a mercadoria, unidade básica de socialização, com sua contradição irreduzível dada a partir de suas propriedades de valor de uso e valor de troca, o primeiro sensível e capaz de suprir necessidades e o outro abstrato (Marx, 1985). O valor de uso é produzido enquanto veículo do valor de troca, este último é o objetivo e o determinante da produção, “[...] o objetivo do produtor é obter valor de troca, não valor de uso. A criação de valor de uso para outras pessoas é um meio para atingir esse fim [...]” (Harvey,

2016, p.29), ou seja, enquanto materialidade, as mercadorias, “[...] em seu contexto social, já não representam aquilo que são no sentido material sensível [...]” (Kurz, 1996, p.70), toda a produção não visa à produção de bens materiais concretos capazes de satisfazer necessidades humanas, antes utiliza isso como meio de realização do valor. Essa “[...] incongruência torna-se a força motriz de todo processo da modernidade [...]” (Kurz, 1996, p. 72).

O objetivo da produção é a extração da mais-valia, representada no dinheiro, pois,

A determinação do produto em valor de troca implica necessariamente, portanto, que o valor de troca adquira uma existência separada e desprendida do produto. O valor de troca desprendido das próprias mercadorias e ele próprio existente junto delas como mercadoria é o *dinheiro*. Todas as propriedades da mercadoria como valor de troca aparecem no *dinheiro* como um objeto diferente dela, como uma forma de existência social desprendida de sua forma de existência natural [...] (Marx, 2011, p.94).

Assim, esta sociabilidade, fundamentada no seu mínimo elemento social, a mercadoria, se constitui a partir de um caráter enigmático,

[...] ela reflete aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como, propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtos com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais (Marx, 1985, p. 71).

A mercadoria vai colocar a contradição entre a forma social e a materialidade, entre o valor de uso e o valor de troca, entre o negativo do valor e a parte positiva e sensível da mercadoria, o valor de uso, que é capaz de satisfazer necessidades humanas, e é superdimensionada em outra contradição, a partir do contínuo desenvolvimento do processo produtivo causados pela concorrência, que provoca o desenvolvimento das forças produtivas através do desenvolvimento científico, a capital trabalho, que coloca uma crise interna dentro da lógica de produção de valor de troca, que nos remete, por sua vez, às questões de ser possível ou não um crescimento exponencial infinito ou à queda tendencial da taxa de lucro, cujos resultados apresentam-se numa busca de compensações internas e externas, incluindo superexploração da força de trabalho e uma destruição insidiosa do meio natural, ressaltando a relação do capital com aquilo que identificamos como natureza, a materialidade, a coisa em si, ou a realidade,

[...] o conceito de natureza [...] é sempre advindo daquela forma de sociedade da qual está sendo abstraído, acompanha o desenvolvimento do próprio desenvolvimento dessa sociedade, e este é guiado pela valorização do valor,

assim, está intrinsicamente ligado, esse conceito com a forma social, deixa de lado as caráter ontológico e assume características temporais. A natureza fenomênica e toda consciência sobre ela se reduzem aos processos objetivos da sociedade (Schmidt, 1976), aos processos de produção do valor, isto que entendemos hoje por natureza foi a muito transformada em segunda natureza, aquela que dá condições para a sociabilidade através do mundo da mercadoria (Rocha, 2023, p.49).

Essa forma social, cuja sociabilidade se dá pela mediação da mercadoria e suas contradições coloca ainda as formas de pensamento, derivadas do negativo da mercadoria, vai nos colocar o que é a assim denominada natureza,

O abstrato da teoria é mais concreto que o concreto abstrato da matéria. O concreto teórico é advindo da práxis social, que coloca e diz o que vem a ser a natureza, se ela se encerra nessa concretude advindas das abstrações provenientes desta práxis social não podemos saber, só seria possível se existisse uma verdade absoluta e imutável. O sujeito se constitui ao se separar do objeto através das delimitações conceituais do pensamento, que coloca o outro, o diferente de si. O objeto e seu conteúdo nada mais é que uma forma de se entender o que aí está, mas a problemática está no fato que esta abstração conceitual é antes uma ferramenta proveniente da reificação, que uma ferramenta a serviço da sociabilidade, o campo conceitual utilizado na práxis cotidiana é aquele próprio do mundo da mercadoria. Natureza é fetiche. Naturalização, portanto, é negativa; o natural não tem nada de absoluto, ontológico, é mítico e proveniente das abstrações que se encerram em dada forma de sociabilidade [...] (Rocha, 2023, p.51).

Nessa forma de sociabilidade, temos ainda que a força de trabalho é uma mercadoria, que assim como as outras mercadorias, possui e comporta a contradição entre valor de uso e valor de troca, porém tem uma característica especial em relação às demais, sua capacidade de produzir valor. Enquanto valor de uso, sensível, dispêndio de “[...] cérebro, nervos, músculos, sentidos [...]” (Marx, 1985, p.70), ela confere às mercadorias sua qualidade de satisfazer necessidades humanas, e, enquanto valor de troca, confere às mercadorias o seu abstrato valor, trabalho morto, “[...] gelatina de trabalho humano indiferenciado [...]” (Marx, 1985, p.47), sendo uma em relação à outra, contraditórias, uma sensível e outra abstrata, porém, de uma abstração real que subsumi e orienta a parte sensível. É essa abstração, a substância do valor, sua produção e reprodução, que se configura como a centralidade da produção de mercadorias, o sujeito automático, ou, o “apriorismo transcendental” (Kurz, 2014, p.362).

Os proprietários dos meios de produção pagam um valor de troca menor que o valor de uso da força de trabalho é capaz de produzir, a isso Karl Marx deu o nome de mais-valia, ou o quantum de trabalho não pago (Marx, 1985). Esse desencontro do valor produzido e do valor que recebe o trabalhador nada mais é o que faz girar em torno de si a sociabilidade sob essa forma social, o sistema produtor de mercadorias. É aí que reside a tautologia, o fim-em-si da

lógica da reprodução do valor, cujos desdobramentos nos levam às diversas contradições, fazendo desse modo de produção, e do próprio capital, o dinheiro utilizado para se produzir mais dinheiro, a “contradição em processo” (Marx, apud Kurz, 2014, p. 235).

A produção e apropriação de mais-valia encontra obstáculo, tanto no plano abstrato quanto no material, na incongruência entre o valor de uso e o de troca, esta contradição torna-se a força motriz do processo,

fonte de uma dinâmica social quase impossível. A verdadeira mais-valia não é a simples soma dos excedentes particulares que resultam da exploração do trabalho vivo; não é nenhum fator fixo e permanente, mas sim um fator móvel, vivo, oscilante, elemento em que se manifesta um processo social inesgotável (Kurz, 1992. P.72).

A unidade empresarial pode se apropriar de uma parte menor ou maior daquilo que foi incorporado em seus próprios produtos, vai depender de seu sucesso no mercado, via concorrência, isto é, na esfera onde o realizado pode ser realizável, ou seja, onde a quantidade de valor tornará preço e colocará a validade do quantum de valor abstrato contido na mercadoria individual, e só será possível na fricção entre todos os trabalhos realizados pela sociedade, ao nível global,

[...] os capitais individuais não se realizam por aquela massa de valor que foi produzida por eles de forma individual, entre quatro paredes, mas por aquela quota-parte da massa de valor agregada por toda a sociedade que arrebatam na concorrência e de que conseguem apropriar-se. Não existe nenhuma ação imediata entre o dispêndio de trabalho realizado pelo capitalista individual e o lucro desse capitalista individual e, por conseguinte, também não existe essa relação entre quantidade de trabalho dispendida para uma mercadoria individual e a dimensão de seu valor – que em boa verdade, não é mais que a dimensão que seu preço, visto que o valor nem sequer pode ser avaliado de forma individual; ele subjaz ao sistema de preços no plano da totalidade da sociedade, o que é diferente (Kurz, 2014, p.162).

O sucesso vai ser a capacidade que a unidade empresarial tem de ofertar suas mercadorias mais baratas que as outras unidades produtivas. Esta capacidade é derivada da capacidade produtiva da qual ela está operando, ou seja, poder fabricar seus produtos com o mínimo dispêndio de trabalho vivo possível. Isto se desdobra em uma corrida pela produtividade e ressalta uma importante contradição: o processo está o tempo todo tentando diminuir a quantidade de valor contido na mercadoria para poder realizar o máximo de valor possível, está tentando diminuir a quantidade de trabalho vivo, produtor de valor, para poder, por meio da concorrência, extrair o máximo de valor possível, mais uma vez a “contradição em processo” (Marx, apud Kurz, 2014, p. 235).

Força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva de trabalho útil concreto e determina, de fato, apenas o grau de eficácia de uma atividade adequada a um fim, num espaço de tempo dado. O trabalho útil torna-se, portanto, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos, na proporção direta do aumento ou da queda da sua força produtiva. Pelo contrário, uma mudança da força produtiva, em si e por si, não afeta de modo algum o trabalho representado no valor. Como a força produtiva pertence à forma concreta útil do trabalho, já não pode esta, naturalmente, afetar o trabalho, tão logo se faça abstração de sua forma concreta útil. O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma quantidade de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais quando a força produtiva sobe e menos, quando ela cai. A mesma variação da força produtiva que aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de valores de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada, quando encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa (Marx, 1985, p.43).

Sendo assim, o valor das mercadorias não é dado simplesmente pela quantidade de trabalho necessário para a sua confecção, senão, o trabalho menos habilidoso geraria o maior valor, pois coloca mais tempo abstrato na mercadoria, o que se dá no sistema capitalista é o contrário, quem conseguir produzir mais despendendo o menor tempo de trabalho, daí ser a “contradição em processo”, é o que vai conseguir a maior taxa de apropriação, pois o valor das mercadorias é expresso no mercado através do preço, realizado em uma das metamorfoses do capital, na circulação, onde todos os trabalhos irão friccionar-se, segundo sua posição frente ao trabalho social útil, este por sua vez é a média produtiva do trabalho em nível global, o quanto de valor em determinado tempo o trabalho é capaz de conferir de valor de troca às mercadorias, a isso soma-se o custo de produção em insumos e infraestrutura e desdobra-se em preço, na e pela concorrência; na unidade produtiva, isso se dá, suas determinações estão, na composição orgânica do capital, então, entre o capital constante e o capital variável. O valor, realizado e possível de ser realizável na esfera da circulação, por sua vez, é dado pelo “[...] tempo de trabalho socialmente necessário [...]” (Marx, 1985, p.73), para produzir tal mercadoria, ao nível global, aqueles que investirem seu capital e não atingirem essa média tem prejuízo, aqueles que atingirem ou ultrapassarem terão sucesso. Assim a concorrência, lógica e fora de controle, coloca ainda quem é o sujeito e o objeto da relação, o “apriorismo metafísico” e sua objetividade no valor passa às costas daqueles que se colocam como sujeitos, que dentro da relação tornam-se sujeitados, ambos, os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho.

Toda a força de trabalho global da sociedade é considerada uma única força de trabalho humana, apesar de estar pulverizada em diversas forças individuais. Esta média, o tempo socialmente necessário, atua com aparência muito próxima de uma lei natural na sociedade

capitalista, a sociedade produtora de mercadorias. Todo avanço técnico no meio produtivo vai alterar as taxas de apropriação, a produção de valor se dá pela composição orgânica do capital, que é a relação estabelecida entre o capital constante e o capital variável, este produz valor, enquanto o outro transfere a partir de seu uso ou custos. É dessa composição que se dá a margem de apropriação de mais-valia, fixada, ou realizada nas unidades produtivas, em cada mercadoria particular, porém realizável a partir da concorrência, portanto, no ato produtivo não é possível visualizar o quanto de valor que poderá ser extraído na fase da metamorfose, a circulação, onde a mercadoria se transmuta em dinheiro, equivalente geral do valor de troca, uma abstração, o “apriorismo metafísico” de toda a produção que visa a sua inserção no início do processo para no final extraí-lo com acréscimo, esse a mais será definido em quantidade pela fricção da concorrência,

[...] apenas se pode <<realizar>> algo que já exista, embora ainda não sob a forma <<realizada>>. O que se designa por <<realização>> não é a <<criação>> substancial de valor, mas tão só a metamorfose ou mudança de forma da substância que emerge do processo produtivo, a conversão da objectualidade do valor da mercadoria na forma de dinheiro, ou seja, a reconversão (quantitativamente ampliada) à sua forma de partida (Kurz, 2014, p.175)

Quanto altera a capacidade produtiva por meio de inserção de mais tecnologia, então capital constante, altera-se o capital variável, substituído por aquele, altera-se, portanto, a quantidade fixada de trabalho abstrato, a quantidade de valor na mercadoria individual. A relativização do valor nas mercadorias é recompensada pela absolutização que se dá no conjunto de mercadorias produzidas. A compensação do aumento do capital constante na produção se dá pela mais-valia relativa, ou seja, distribui a mais-valia por unidade de trabalho por um número maior de mercadorias, e dessa maneira busca-se a extração de mais-valia pela concorrência, já que o processo produtivo está mais eficiente e, ao mesmo tempo, ao dispensar capital variável, diminui os custos por unidade, tornando a mercadoria mais barata. Pela via da concorrência, a mercadoria mais barata se realiza, mesmo que para sua

[...] produção não tenha sido despendida nenhuma energia do trabalho humano e que, por isso, não contribui em nada para a massa do valor social global pode, ainda assim, atrair para si no acto da <<realização>> na concorrência uma quota-parte da mais-valia / do lucro da sociedade (Kurz, 2014, p.249).

Essa alteração da composição orgânica do capital coloca uma diminuição constante da quantidade de mais-valia por mercadoria individual, diminuindo assim a taxa de lucro, uma queda tendencial da taxa de mais-valia. Quanto mais se dispensa trabalho vivo do processo

produtivo, substituído pela ciência e tecnologia, tornando a produção mais efetiva, tanto se reduz o quantum de valor por mercadoria individual, sendo necessário aumentar a produção para se manter a apropriação de mais-valia, pela relativização. E ainda, temos que cada vez mais para se produzir valor e mercadorias mais baratas é necessário um aumento dos custos de produção, dado pelo desenvolvimento contínuo e progressivo das forças produtivas, colocando uma pressão ainda maior na concorrência, uma contínua diminuição do tempo socialmente necessário, em busca do lucro médio. Somente aqueles capitais que possuem ativos para acompanhar esse contínuo desenvolvimento das forças produtivas conseguirão ultrapassar esse custo de produção e ter sucesso na esfera da concorrência.

Nesse quadro, de busca pela mais-valia relativa, ainda temos uma diminuição do número de trabalhadores, substituídos pelos frutos da cientificidade, o que diminui o poder de consumo, podendo gerar uma crise de superprodução de mercadorias, revelando que a “[...] falta de procura como falta de poder de compra na forma de dinheiro não é outra coisa senão o reverso de uma falta de substância do valor dos próprios produtos enquanto mercadorias, ou seja, uma falta geral na produção de valor [...]” (Kurz, 2014, p. 234).

A crise conceitual (Kurz, 2014), dada a partir da composição orgânica do capital, resulta em uma diminuição constante da produção do valor inversamente à produção de mercadorias, portanto, coloca-se como terminal para o modo de produção capitalista, que visa a inserção de dinheiro, buscando sua reprodução aumentada, sendo então capital, que é inserido no início de um processo produtivo para ao final retirar esse dinheiro mais um acréscimo, a mais-valia, trabalho não pago, porém, o valor, cuja substância está no trabalho vivo, que por sua vez está sendo substituído pelo capital constante, está em queda, tendendo a ser nulo, colocando o colapso da modernização.

A busca pela mais-valia relativa, mediada pela concorrência, exige uma transformação permanente na composição orgânica do capital, para que a unidade produtiva se mantenha dentro da média de trabalho socialmente útil, cresce a quantidade de mercadorias com quantidades mínimas de valor, o que recoloca a necessidade de se produzir mais, é “[...] uma espiral que se aprofunda de maneira nunca idêntica [...]” (Pitta, 2016, p.152). É aqui que podemos encontrar a reestruturação da produção agrícola sob o cerrado, nessa busca pela mais-valia relativa, com aumento dos números de mercadorias individuais, no caso, será implementada, como veremos mais abaixo, a produção das *commodities*.

A produção de valor de uso parece estar se libertando do valor de troca, objetivo do processo de produção de mercadorias,

Desse modo, << o (...) próprio capital é a contradição em processo devido ao facto de tentar reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao passo que, por outro lado, estabelece o tempo de trabalho como único critério e fonte da riqueza>> (ibidem [Marx, Grundrisse, 2005], p.601; trad. port. pp. 588-9). No entanto, uma contradição dinâmica não pode ficar <<em processo>> para todo o sempre, antes tem de culminar ou passar pelo seu clímax: << o capital trabalha assim para a sua própria dissolução como forma que domina a produção>> (ibidem, p.596; trad. port. p.583). Desde modo o fim-em-si fetichista desmente-se em si próprio e esbarra com o seu limite interno objetivo, que acaba por se tornar absoluto ou, como diz o célebre enunciado de Marx, no fragmento das máquinas: <<Deste modo colapsa a produção que assenta sobre o valor de troca>> (ibidem, p.601; trad. port. p.588). De resto, Marx, no fundo, já remete para essa contradição na análise da forma do valor, no início do primeiro volume, ao constatar o facto elementar de que uma mercadoria representa tanto menos valor quanto menor for o dispêndio de trabalho que lhe é inerente: <<Quanto maior é a força produtiva do trabalho, tanto menor é o tempo de trabalho arrebatado para o fabrico de um artigo, tanto menor é a massa de trabalho nele cristalizado, tanto menor é o seu valor>> (Marx 1965/1890, p.55; trad. port.170) (Kurz, 2014, p. 235).

O desenvolvimento das forças produtivas impõe, via concorrência, o padrão de produtividade e as condições de extração de mais-valia, eleva a contradição entre matéria e forma, entre a riqueza material de um lado e a substância de valor de outro. Essa concorrência vai impor ao cerrado o que produzir, como e em quais quantidades, e vai ser como uma das maneiras de busca de compensação, dando folego à sociabilidade em crise.

Já há muito tempo que o problema da crise estaria esclarecido, tanto em termos teóricos como práticos, se a contradição de base entre a matéria e a forma, entre a massa <<natural>> dos produtos e a substância do valor evoluísse de forma linear. Mas não é esse o caso. Pelo contrário, a contradição inerente à dinâmica capitalista é, por assim dizer, canalizada através de processos históricos de mediação em que só aos poucos se vai tornando plenamente perceptível. Podemos abstrair-nos aqui das diversas <<crises de imposição>> empírico-históricas do fetiche do capital, tendo como pano de fundo o seu desenvolvimento desigual e assíncrono à escala mundial, até ao capital mundial como relação global total (Kurz, 2014, p.247).

Assim, a crise categorial da lógica de produção de valor foi, ao longo do tempo, ofuscada, a queda da taxa de lucro, dada pela diminuição progressiva da taxa de mais-valia, da diminuição do valor contido nas mercadorias, teve compensações, uma interna e outra externa. Os mecanismos de compensação fizeram crescer a massa de mais-valia, com interrupções temporárias, “[...] <<até alcançar dimensões monstruosas>>. E este <<monstro>> é, para o marxismo vulgar, praticamente idêntico ao <<infinito>> no tempo.” (Kurz, 2014, p.248). A crise da produção de valor também é ressaltada por Harvey, “[...] o acúmulo de riquezas desde a década de 1970 está muito mais estritamente associado ao acúmulo de dívida pública,

empresarial e privada. Suspeita-se de que, hoje, o acúmulo de dívidas é condição para a acumulação de capital. [...]” (Harvey, 2016, p.209).

Outra questão importante da discussão é a desvinculação do equivalente geral do lastro ouro, há uma impossibilidade de representatividade física da abstração tautológica, cuja quantidade ultrapassa a dos metais preciosos para estabelecer com ele a relatividade de equivalência. Os Estados Unidos imprimem dinheiro segundo suas necessidades, acabaram de aumentar o teto da dívida (Amâncio, 2023), confirmando o que foi colocado por Harvey: “[...] O dinheiro fiduciário emitido pelo Estado pode ser criado sem limite. [...] Nos Estados Unidos, quando o Federal Reserve se envolve na flexibilização quantitativa, simplesmente cria tanto dinheiro e liquidez quanto quer” (Harvey, 2016, p.216-217), a pergunta é se esse dinheiro tem em mercadorias a relatividade para ser o equivalente, colocando “[...] uma crise inflacionária” (Harvey, 2016, p. 217) cujo controle se faz com artimanhas políticas, o que traz instabilidades, estas fazem com que os investidores busquem refúgio do capital fictício em terras, imóveis e recursos naturais, mesmo que o aumento do capital investido venha a longo prazo, o que traz outro problema, o capital não está sendo investido em produção, não produz mais valor. As altas taxas de juros colocam para os investidores um retorno sem a necessidade da concorrência do mercado, sem a necessidade de produção de mercadorias de forma direta, com consequências desastrosas para a produção de valor, já que busca sua extração no futuro, com trabalho ainda não explorado, ou seja, com valor ainda a ser produzido, dentro da contradição da diminuição constante da produção de valor.

A crise de 2008 revelou a problemática do valor dinheiro estar acoplado a papéis ao invés da substância do valor, o trabalho abstrato, “[...] estimativas do FMI sugerem que a perda líquida global em 2008, durante a crise financeira, chegou quase ao valor de um ano inteiro de produção de bens e serviços em todo o mundo [...]” (Harvey, 2016, p.217), perda ou constatação de que o valor era irreal, já que substanciado em “capital fictício, forma-se bolhas especulativas que explodem e geram sérias crises financeiras e comerciais” (Harvey, 2016, p.222), demonstrando mais uma vez o problema da contradição capital trabalho e a queda tendencial da taxa de lucro.

[...] Antes da década de 1970, a principal via de investimento do capital, era a produção de valor e mais-valor nos setores da manufatura, mineração, agricultura e urbanização. Embora grande parte dessa atividade fosse financiada por endividamento, o pressuposto geral, que não estava equivocado, era de que a dívida acabaria sendo recuperada com a aplicação de trabalho social na produção de mercadorias como casas, carros, refrigeradores e similares [...] (Harvey, 2016, p.221).

A queda da produção de valor, trabalho abstrato na mercadoria tendendo a zero, faz com que o equivalente geral, o dinheiro, também não tenha valor. Assim, a falta de substância é compensada pela dívida pública que o sustenta, com o teto da dívida sendo sempre esticado, colocando-se como uma “[...] ameaça mais grave para o futuro do capital do que foi o movimento da classe trabalhadora” (Harvey, 2016, p.209). Apesar de Harvey não adentrar na crise categorial da lógica de produção de valor, seus argumentos a comprovam.

Há possibilidade de produção de valor são as, estão nas formas, de compensação, como a inserção de um contingente demográfico maior ou novos espaços ao sistema produtor de mercadorias. Dentro dessa busca por compensação, insere-se o espaço dos cerrados brasileiro, cuja reestruturação agrícola (Delgado 2012), induzida pelo financiamento estatal, ganha força a partir da década de 1970 (Pessôa, 1982; Alves, 2000 e 2006), que sendo inserido para a reprodução ampliada do valor, possibilita a extração do equivalente geral e atua na fricção ao nível global. Resultando na possibilidade de extrair o valor, mesmo que esteja completamente ou quase mecanizada e com mínimo dispêndio de trabalho vivo, pois o preço das mercadorias produzidas nesse espaço tem sido competitivo, e coloca-se, dessa maneira, como uma das buscas de compensação da queda tendencial da taxa de lucro, uma maneira de se extrair o equivalente geral do meio produtivo, mesmo que não esteja realmente sendo produzido.

3.2 As compensações da Crise de produção do valor

São duas as maneiras que a sociedade produtora de mercadorias, ou seja, o capital, encontrou para dar continuidade ao seu processo de produção e reprodução: uma é interna, expansão da forma mercadoria dentro da própria sociedade produtora de mercadorias, e a outra é externa, visando a incorporação de novos espaços e aumento do contingente de trabalhadores.

A compensação interna está

[...] estreitamente associada ao desenvolvimento das forças produtivas, e à produção de mais-valia relativa [...]. Na medida em que o capital incorpora em si os ramos produtivos preexistentes e os modela à sua imagem, ou seja, transforma-os em componentes de uma produção de <<riquezas abstracta>>, essas produções também são profundamente transformadas no seu plano interno. É esse o processo que Marx designou como transição histórica da subsunção <<formal>> para a subsunção <<real>> da atividade produtiva sob o capital. No seu decurso, as técnicas, disposições dos meios de produção, organizações de processos etc., são adaptadas, ou seja, alienadas da sua finalidade ligada à satisfação de necessidades no sentido da produção de bens de uso [...] (Kurz, 2014, p.261).

Essa compensação se deu historicamente em relação à mais-valia relativa, com a expansão do número de mercadorias por unidade de trabalho, ou seja, o valor do trabalho sendo distribuído por um número maior de mercadorias, de forma relativa, dentro da própria unidade produtiva. Assim, ao aumentar a quantidade de mercadorias, ou seja, a produtividade, pode-se extrair um quantum de valor crescente, pois aumenta o número de mercadorias que há de ser transmutada no equivalente geral. É uma racionalização do processo produtivo, técnicas pré-existentes são substituídas por técnicas mais desenvolvidas, assim como os processos de organização e comunicação. Esse processo histórico foi denominado de “<<taylorismo>>, <<fordismo>>” (Kurz, 2014, p.262).

Temos mais uma relação contraditória, pois é necessário um mercado consumidor crescente e disponibilidade de energia e matérias-primas, aumentando a pressão sobre o elemento natural, colocando as bases daquilo que viria a se apresentar enquanto crise ambiental por necessidade crescente do recurso natural, cuja preocupação tornar-se-á relevante a partir da crise do petróleo na década de 1970. De outro lado, adentra àqueles serviços ou momentos de realização da vida não antes capitalizados, o macarrão e o molho, por exemplo, que antes eram produzidos em casa, passam a ser produzidos industrialmente e são subsumidos à lógica de valorização de valor. Também há a transformação de produtos que eram “bens de luxo para poucos em bens para consumo de massas [...]” (Kurz, 2014, p.263).

A compensação externa se dá pela expansão do processo produtivo sobre novos espaços, “[...] ou seja, de regiões, países ou continentes inteiros que, ao princípio, se reproduziam fora da lógica de valorização e só aos poucos se deixaram converter em zonas de valorização” (Kurz, 2014, p.260), ou seja, novos espaços para unidades produtivas que buscam a valorização do valor, com integração maior de população, formas tradicionais de produção e reprodução da vida são substituídas pela forma mercadoria. Com maior número de trabalhadores, produzindo e consumindo, a extração crescente de valor se dá pela expansão da produção, há mais trabalhadores sendo colocados dentro do processo produtivo.

Essa questão da expansão para compensação interna é historicamente visível, por exemplo, no caso do cerrado, com sua agropecuária sendo reestruturada, com novos produtos e maiores índices de produtividade, e integrada à lógica da produção do valor em larga escala.

O processo de reestruturação agrícola inseriu o cerrado brasileiro nessa busca por compensação da produção de valor, buscando a reprodução ampliada. Esse processo alterou o espaço produtivo, que adquiriu distintas e inúmeras dimensões, formando um mosaico com idiosincrasias das mais diversas, assim como também houve mudanças na forma de exploração do trabalho.

3.3 A mercadoria enquanto núcleo da análise

Ao elegermos a mercadoria como elemento central da análise no caso do cerrado, mais especificamente neste espaço de estudos, podemos entender como a dinâmica do seu processo se desenvolve. Ressalta a indução comandada pelo Estado, que coloca alterações na forma de produção da vida e do vivido que é concomitante à produção do espaço, levando à possibilidade de uma catástrofe tanto pelas crises internas e conceituais dessa forma de reprodução social, quanto pelos resultados deletérios no plano fenomênico da matéria, pois as alterações colocadas para o meio físico são cumulativas e tem interferido nas dinâmicas naturais do planeta de tal maneira que coloca em risco a vida humana.

Essa forma de sociabilidade coloca os lugares frente à produção global. O cerrado brasileiro é um desses lugares dessa manifestação da forma social em busca de compensações, cujos desdobramentos colocaram a transformação da produção e reprodução da vida e do vivido e o próprio meio natural para ceder espaço à reprodução ampliada de capital, à produção de mercadorias em larga escala, principalmente de *commodities*, dando continuidade ao sentido da formação econômica brasileira colocada por Caio Prado Júnior, em seu livro Formação do Brasil Contemporâneo (1983), de atender as demandas externas, sendo, portanto, mesmo com a incipiente industrialização, agrário exportador.

Preconiza-se aqui que o entendimento da reestruturação agrícola precisa ser fundamentado na proposta de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Oliveira, 1999, p.73): “[...] a análise da agricultura, especificamente a brasileira, neste final de século e milênio deve ser feita, portanto, no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção mundial [...]”. O que também é defendido por Silva (1981): “[...] só faz sentido pensar a reprodução do capital na agricultura como um setor inserido e vinculado à economia como um todo; e esta, por sua vez, ao sistema capitalista mundial [...]” (Silva, 1981, p. 68).

Essa concepção de análise da agricultura a partir da forma mercadoria e do desenvolvimento capitalista e sua crise de produção do valor são imprescindíveis porque “[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território [...]” (Oliveira, 1999, p.74).

A transformação da maneira de se produzir sob o cerrado brasileiro nos revela e nos permite compreender o processo de produção de valor que o conduz,

O processo de valorização é assim compreendido como fruto do processo de transformação pelo qual a produção e a reprodução passam. Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (Oliveira, 1999, p.75).

Para a compreensão do processo de reestruturação agrícola, fez-se necessário, portanto, o estudo da forma de sociabilidade do modo capitalista de produção, com suas contradições, para a compreensão da territorialização do capital de forma ampliada, ressaltando a busca por compensações como o elemento primordial. Assim, temos os elementos necessários para a análise desse fenômeno, partindo dos seus elementos materiais para a compressão do negativo dessa sociabilidade.

3.4 O cerrado enquanto busca de compensação da crise de produção do valor

A partir do que foi exposto nesse capítulo, podemos concluir que a crise de produção de valor provoca os deslocamentos de capitais que buscam se reproduzir com taxas de lucro aceitáveis em outros lugares. A crise na produção de valor demonstra que o sistema produtor de mercadorias possui uma contradição interna que não tem condições de ser superada, então o movimento do capital é pela busca da compensação da queda da taxa de mais-valia.

O resultado é a inserção de novos espaços à reprodução ampliada de mercadorias, com superexploração do meio produtivo e do trabalho para poder se inserir no processo de concorrência, que coloca o tempo social médio para a produção do valor, de forma a conseguir extrair o equivalente geral.

O movimento de reestruturação agrícola, exposto nos capítulos seguintes, demonstra essa busca pela compensação se estabelecendo sob o cerrado, a imposição de um equivalente nacional por meio da abertura da região e a inserção de capitais externos que buscam aí se valorizar. O Triângulo Mineiro será eleito nesse processo como o local propício a esta busca de compensações, pois, como veremos adiante, dará garantias a esse processo.

4 A REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA NO TRIÂNGULO MINEIRO: BUSCA POR COMPENSAÇÃO DA CRISE DE PRODUÇÃO DE VALOR

Neste capítulo, apresento a conjuntura econômica brasileira e sua relação com o sistema de produtor de mercadorias ao nível mundial quando se esta dando a implementação da reestruturação agrícola no Triângulo Mineiro. O objetivo é entender qual o significado dessa mudança da forma de se produzir no campo para a economia brasileira e entender a origem do capital que foi necessário para a mudança da composição orgânica do capital no campo.

Diversos trabalhos foram consultados nessa etapa da pesquisa, destaco os autores Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José Graziano da Silva, Guilherme Delgado, Celso Amorim Salim, Vicente Lemos Alves, Wenceslau Gonçalves Neto, João Cleps Junior e Vera Salazar Pessôa.

4.1 A crise de 1929 e as mudanças na estrutura econômica Brasileira

A crise econômica de 1929, comumente denominada de Crise de Superprodução ou ainda quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, no Brasil, se manifestou com a superprodução na cafeicultura (Monbeig, 1984), o que prejudicou a economia agrária exportadora do Brasil, causando profundas transformações econômicas e sociais. Essa crise colocou o país no caminho de desenvolvimento do processo de industrialização, com a adoção do modelo de substituição de importações. Portanto, o sistema agrário exportador, base econômica do país, cuja principal mercadoria era o café, sustentáculo das políticas da Primeira República (1889-1930), vai a partir de então ter um outro elemento econômico dinamizador, a industrialização, induzida pelo Estado.

A agricultura perde o protagonismo com o governo colocando seus esforços no desenvolvimento da indústria e na modernização da burocracia estatal, “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimentos e novas formas de poder de classe” (Harvey, 2011, p.18).

Esse modelo de industrialização por substituição de importações apresentou esgotamento a partir da década de 1960, em seu bojo havia a necessidade da expansão da produção de matérias primas e insumos para a indústria, que possuía demanda maior que a oferta agrária, e o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos, que nesse momento começa a aumentar seu contingente populacional devido ao êxodo rural, que vai

inflacionar o processo de urbanização. Assim, é preciso desenvolver a infraestrutura e os meios para assegurar a continuidade do desenvolvimento industrial, dos seus desdobramentos e necessidades. Essa modernização produtiva, iniciada na década de 1930, havia ficado restrita ao setor urbano-industrial, enquanto o setor agrícola permaneceu com os padrões tradicionais, sem grandes transformações em sua base técnica ou produtiva.

Esse processo vai desencadear mudanças significativas no campo, visando atingir objetivos ligados à industrialização, como a “[...] incorporação e ajuste dos cerrados aos ditames do desenvolvimento industrial [...]” (Brandão, 1989, p.147), induzido pelo Estado. Vejamos, portanto, qual era a conjuntura econômica daquele momento e as consequências da reestruturação agrícola (delgado, 2012) para compreendermos a produção de um espaço guiado pela lógica de valorização em crise, apresentada no capítulo anterior.

4.2 Industrialização e reestruturação agrícola

A falta de interesse do setor privado em investir no desenvolvimento industrial levou o Estado à responsabilidade e execução desse processo, tornando-o indispensável para os países que começaram seu processo de industrialização como retardatários. Havia a necessidade de vultuosos investimentos no departamento 1⁵ da indústria, a produção de bens de produção, cujo sucesso depende do departamento 2, a produção de bens de consumo, que por sua vez depende do mercado interno, praticamente inexistente nesse momento. Além disso, requer ainda, a indústria de base, de grandes investimentos cujo retorno, dentro desse arranjo, não se tem garantido.

O mercado brasileiro tinha o comportamento regional, não articulado internamente, as mudanças colocadas pela industrialização concentrada no Estado de São Paulo irão integrar o mercado nacional por meio da centralização de capitais,

O desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira,

⁵ O departamento 1 abrange as indústrias dos meios de produção e o departamento 2 as indústrias dos bens de consumo:

“II. Os dois departamentos da produção social;

O produto global e, portanto, a produção global da sociedade decompõe-se em dois grandes departamentos.

I. Meios de produção, mercadorias que possuem uma forma em que têm de entrar ou pelo menos podem entrar no consumo produtivo.

II. Meios de consumo, mercadorias que possuem uma forma em que entram no consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora.

Em cada um desses departamentos todos os diferentes ramos da produção que lhes pertencem constituem um único grande ramo da produção, uns o dos meios de produção, outros o dos meios de consumo. Todo o capital empregado em cada um desses dois ramos da produção constitui um grande departamento particular do capital social” (Marx, 1985 b, p. 293).

ou mais rigorosamente, começou a forjar *uma divisão regional do trabalho nacional*, em substituição do “arquipélago” de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior. Derrocam-se as barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, na rota das transformações operadas pela Revolução de 1930, pois existiam na forma de um imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros Estados; instituiu-se o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país, e aboliu-se a capacidade que detinha cada Estado de legislar sobre o comércio exterior. Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que *tendia* a ser hegemônica; voltada agora para a produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral; essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado (Oliveira, 1977, p. 74-75).

Nesse momento, segundo Tavaréz e Belluzzo, a característica da industrialização brasileira é a de uma “industrialização restringida” (Tavarez e Belluzzo, 1979, *apud* Graziano da Silva, 1981, p. 44-45), assim chamada, “porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção” (Cardoso de Mello, 1975, *apud* Silva, 1981, p.45).

Foi necessária a constituição do departamento 1 para que o país pudesse receber as indústrias, principalmente estrangeiras, que estavam em crise de valorização do valor e em busca das compensações, “inundadas com capital excedente, [como] as empresas norte-americanas [que] começaram a expatriar a produção em meados da década de 1960” (Harvey, 2011, p.21), ou seja, deslocam seus capitais para novos espaços, buscando a valorização.

Na periodização do desenvolvimento capitalista brasileiro proposta em 1979 por Tavaréz e Belluzzo, citada por Graziano da Silva em 1981, há uma explicitação sintética desse momento:

[...] no período de 1956 a 1966, que se inicia com a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares que se delineiam uma *industrialização pesada*. Essa fase configura um ciclo de acumulação e, por isso, compreende dois momentos: o de expansão entre 1956 e 1961, apoiado no Estado e no novo capital estrangeiro que se transfere sob a forma de capital produtivo [...] (Tavarez e Belluzzo, 1979, *apud* Graziano da Silva, 1981, p. 45).

A crise na produção de valor nos países centrais do capital é o que provocou deslocamento desses capitais,

[...] a economia mundial entrava, neste momento, em sua mais severa recessão desde os anos 30. Há que se notar, ainda, que o “choque do petróleo” em 1973, diferentemente do que foi muito apregoado naquele momento, não foi causa direta para a desaceleração: a economia já se encontrava extremamente

vulnerável e o “choque” externo do petróleo apenas apressava sua deterioração (Gonçalves Neto, 1997, p.32).

Isso fez com que aqueles capitais que não conseguiam se reproduzir com taxa acima de 3% fossem investidos em espaços onde havia possibilidade de se reproduzir com essa margem ou acima dela (Harvey, 2011). Aqui para Harvey, a exportação do capital excedente dos países centrais do capitalismo, em busca da reprodução do valor, poderá encontrar novos meios de exploração e possibilidade de extração de mais-valia a partir dos juros.

Assim, o domínio do capital estrangeiro vai colocar a forma da expansão da produção de valor em larga escala para todo o território nacional,

[...] a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu *locus* na “região” Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das “regiões”. Esse movimento dialético *destrói para concentrar*, e capta o excedente de outras “regiões” para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação nacional das mercadorias, produzidas agora no centro de gravidade da expansão do sistema tantas outras formas do movimento de concentração; e a expansão de capitais das “regiões” em estagnação são a forma de movimento de centralização. Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das economias “regionais”, mas essa destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema *em escala nacional* (Oliveira, 1977, p. 75-76).

Os resultados dessa indução estatal objetivando a industrialização, na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba⁶, foi a reestruturação produtiva (Delgado, 2012), que alterou substancialmente a exploração de trabalho, o produto, a produção e a produtividade no campo, com diminuição das áreas da pecuária e da produção de alimentos, imposição da produção de *commodities* e a implantação de agroindústrias multinacionais.

⁶ Sobre a questão da regionalização desse espaço, fica em aberto uma problemática a ser no futuro discutida, pois o fundamento da regionalização priorizado nessa análise tem por fundamento a “[...] especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume [...]” (Oliveira, 1977, p. 27)” já a oficial do Estado assume uma “perspectiva supostamente neutra do planejamento estatal – materializada sobretudo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, por longo período, influenciada por certa Geografia quantitativa (Boechat, Toledo e Leite, 2018, p.63)”, daí as dificuldades de lidar com as estatísticas do IBGE, pois não são coincidentes com as formas de regionalização colocadas pelo movimento da busca pela valorização do valor. Com essa questão da regionalização, fica nítido que o IBGE opera com uma classificação que, frente às formas de territorialização do capital, perde o sentido e dificulta a análise de seus dados, é uma regionalização quantitativa e não qualitativa, porém seus dados são os que dispomos para, após tratamento, nos ajudar a compreender o movimento do capital. Porém, enfatiza-se que essa regionalização a partir de mesorregiões não nos oferece facilidades à análise, antes resistência.

A modernização agrícola na Mesorregião do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba será, portanto, uma nova forma de territorialização do capital, agora com abertura da “região” para capitais externos a ela,

[...] A “abertura” da região e a consequente “integração” nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode ser mais reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional (Oliveira, 1977, p.32).

As transformações nesse espaço de estudo têm íntima ligação com a industrialização retardatária, tardia em relação aos países centrais do capital, e concentrada em São Paulo, “região” (Oliveira, 1977) que, já em consolidação, irá coordenar essa “integração” nacional.

Essa industrialização estava em desequilíbrio com o atrasado setor agrícola, que não atendia suas demandas e não tinha um consumo eficaz de seus produtos. Então, o Estado brasileiro vai interferir na economia visando sua expansão e dinamização, para possibilitar a produção e reprodução do valor em larga escala,

[...] o Estado decide participar mais diretamente da expansão econômica brasileira, definindo políticas públicas que atendessem ao interesse do grande capital. A estratégia era não somente financiar a implantação do capital privado, mas investir em empreendimentos industriais estatais do setor de bens de produção, os quais dariam suporte às empresas estrangeiras que se estalariam no Brasil, principalmente as do setor de produção de bens de consumo de massa. Aparecem aí os primeiros passos para a definição do padrão de acumulação capitalista brasileiro, [...] (Alves, 2000, p.46).

Ou seja, excetuando o Estado de São Paulo, cuja reestruturação agrícola é anterior ao do restante do país, “é apenas após se haver consolidado a hegemonia do capital industrial com a industrialização pesada *que se deslancha o processo de “modernização” da agricultura brasileira* [...] (Graziano da Silva, 1981, p.46).⁷

Esta indústria busca estreitar suas relações com a agricultura, são em suas intersecções que estão os objetivos da intervenção estatal, haverá a indústria a montante e a jusante da agricultura,

A implantação da indústria para a agricultura ou internalização da indústria produtora de bens de capital e insumos para a agricultura (D¹), no Brasil, foi um processo onde o Estado teve um papel de suma importância: de um lado, estimulando a expansão das indústrias por meio de vários incentivos fiscais;

⁷ A literatura sobre a “reestruturação agrícola” (Delgado, 2012), utiliza o termo “Modernização agrícola”, o que pode levar a algumas contradições e dubiedades, preferimos adotar a nomenclatura de Guilherme Delgado, 2012, ao longo do texto o leitor entenderá a crítica à concepção de “modernização agrícola” e o motivo da adoção do termo de Delgado.

e, de outro, assegurando um mercado através da política de crédito rural (Cleps Junior, 1998, p.21).

Portanto, a industrialização colocou as bases para uma mudança profunda no campo denominada de reestruturação agrícola (Delgado 2012). No próximo subcapítulo, veremos como foi esse processo de alteração na agropecuária.

4.3 A reestruturação agrícola

O Brasil, assim como outros países às margens dos centros do capital, nesse momento, a partir da década de 1950 e mais acelerado a partir da década de 1970, passa a produzir não somente produtos primários, agora entram no circuito de produção de bens de produção e bens de consumo. Aqui, isso se dá concomitante à “acumulação de renda no setor privado ocorrido no segundo governo Vargas” (Alves, 2000, p.47).

Houve o problema do financiamento interno e externo para essa “modernização”, pois devido à crise externa, havia o desequilíbrio da balança comercial, baixos índices nas exportações, sustentáculo do modelo de desenvolvimento adotado,

[...] o que existiu não foi, propriamente, estreiteza do mercado interno, mas de mercado externo, o que não propiciou que o setor internacional moderno gerasse as divisas que lhe permitiriam continuar caminhando por suas próprias pernas. A fragilidade do sistema era colocada a nu pela balança de pagamentos (Gonçalves Neto, 1997, p. 47).

A solução encontrada para o financiamento externo foi a

[...] utilização direta do capital de risco. Já o interno se tornaria mais difícil de encontrar uma resolução, tendo em vista que o Estado ainda não havia incorporado o excedente produzido pela indústria de bens de consumo de massas, entretanto necessitaria manter os investimentos na área de infraestrutura básica [...] (Alves, 2000, p. 47).

Os governos pós Juscelino Kubitschek, mais precisamente os do regime de exceção que suprimiu a democracia e firmou-se por meio do autoritarismo, instaurando a Ditadura Militar (1964-1985), cuja imposição de suas políticas se deram com amplo exercício da violência, ficaram com o problema da continuidade do financiamento da industrialização, para tanto precisavam garantir uma balança comercial favorável, lidar com os desafios da urbanização impulsionada pela industrialização retardatária e ainda com as questões do desenvolvimento no campo, setor atrasado, ainda que já vinham se expandindo substancialmente a partir da década de 1950.

O debate colocado para o setor rural era o da necessidade de se efetivar ou a reforma agrária, voltada para o desenvolvimento interno, e essa temática “aparece com relevância, e dela se ocupam tanto estudiosos de linha conservadora como pesquisadores situados mais à esquerda” (Gonçalves Neto, 1997, p. 52) ou a “modernização agrícola”, vencendo a proposta que defendia a cultura de exportação sobre a cultura para o mercado interno, “[...] E este processo, analisado em seu conjunto, levará ao desenvolvimento do complexo agroindustrial brasileiro, que se transformará no agente determinador do setor agrícola” (Gonçalves Neto, 1997, p.38).

A estrutura agrária centrada no latifúndio não era capaz de atender os interesses da industrialização e da urbanização, sendo um dos entraves do desenvolvimento. Não atendia à demanda, colocando os preços dos produtos agrícolas de tal maneira que transferia os recursos da indústria para esse setor, tornando inviável a acumulação na indústria. A concentração dos recursos nas mãos dos proprietários latifundiários impedia, ainda, a “modernização” da agropecuária, “por outro lado, a pressão desses preços agrícolas sobre as condições da vida do trabalhador urbano, forçava a elevação dos salários, cercando ainda mais as possibilidades de acumulação na indústria” (Gonçalves Neto, 1997, p.54).

Graziano da Silva (1981) assim coloca essa questão:

[...] a agricultura brasileira, depositária de uma estrutura de posse da terra herdada dos tempos coloniais, seria um obstáculo ao processo de formação de um capitalismo industrial no País, seja pela rigidez da oferta de alimentos, seja pela retenção de mão-de-obra, seja pela não-expansão do mercado interno [...] (Graziano da Silva, 1981, p. 27).

A forma de trabalho no setor rural, com parceria, meação etc., não permitia o acesso dessa população ao mercado consumidor de bens industrializados, impedindo o crescimento do mercado interno, com baixa oferta de alimentos às cidades e impedindo o desenvolvimento da indústria de insumos para a agropecuária (Gonçalves Neto, 1997).

Assim, há dois problemas, primeiro o de abastecimento de gêneros alimentícios para a população urbana, que estava crescendo, e, segundo, impede o desenvolvimento das indústrias que são necessárias à “modernização” desse setor. Os latifundiários, sempre imbricados com as estruturas do poder nesse país, possuíam, assim como ainda possuem, grande influência na política, pois “[...] é importante que nos lembremos das características do legislativo do início da década de 1960, ainda profundamente marcado pelos interesses rurais [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p.56).

Dominando mais da metade do território nacional e respondendo por outro tanto da receita do comércio exterior, o latifúndio encontra amplo respaldo para resguardar seu poder e manter as arcaicas relações de produção em seus domínios, imune a qualquer tentativa de mudança [...] (Gonçalves Neto, 1997, p.59).

Há, no entanto, autores que defendiam o pensamento de não haver ligação entre a estrutura agrária e os problemas econômicos do país. Um de seus maiores expoentes foi Delfin Netto, que colocava que o setor rural cumpria seu papel para com a economia. Sua “[...] análise, confirma a tremenda transferência dos ganhos de produtividade agrícola para o setor comercial e industrial e mostra claramente como a agricultura está propiciando a formação de capitais daqueles setores” (Netto, D. apud Gonçalves Neto, 1997, p.69). Onde se encontra esse capital industrial e comercial nacional? Por que este capital não serviu para o desenvolvimento urbano e industrial e foi necessário, como veremos abaixo, a interferência do Estado e de capitais externos? A história nos demonstra que esse servo das elites apenas defendia interesses de seus senhores, sem nenhuma preocupação com o quadro social do país. O desenvolvimento econômico que almejou e ajudou a executar quando integrou o governo ditatorial apenas atendeu os interesses de uma pequena parcela da população brasileira.

Os interesses dos capitais internacionais foram então prontamente atendidos, com a elite brasileira se submetendo aos seus desígnios, pois também tinham vantagem sobre a maioria da população, enquanto proprietários fundiários darão continuidade da extração da renda da terra, e ainda terão para esse espólio a utilização de dinheiro público para seu desenvolvimento, unindo seus interesses com os de fora, assentados na interdependência do setor industrial com o setor agrícola, pois com sua reestruturação produtiva, via alteração do capital constante dentro das unidades produtivas, entrarão à montante com os insumos, e com a compra da produção do campo se colocarão à jusante, destarte, a crise de produção de valor, internacionalizada, encontra aqui formas de compensação, dando os rumos do desenvolvimento nacional, os

[...] gargalos da crise econômica do início da década de 60: o impasse dos rumos do desenvolvimento a ser imprimido à sociedade brasileira, interessando fundamentalmente aos países cêntricos e aos grupos internos a eles ligados, já que uma opção de tipo nacionalista, autonomista, poderia afetar grandemente seus interesses, que só poderiam ser reforçados caso a alternativa de desenvolvimento associado, internacionalizante, fosse a vencedora [...] (Gonçalves Neto, 1997, p.38).

Havia, então, as opções, uma pela via de um desenvolvimento calcado nos interesses internos e aquela ligada aos interesses dos capitais dos países centrais, com submissão da burguesia nacional à dos países desenvolvidos,

Para promover o aumento da produção e da produtividade agrícola, a partir de meados da década de 1960, o Estado, a partir de suas instituições de pesquisas e em cooperação com empresas multinacionais, reestruturou, mesmo que de forma seletiva, o sistema técnico agrícola brasileiro, por meio da implantação do paradigma da Revolução Verde. Esta foi proposta e implementada por vetores externos como as instituições dos EUA e multilaterais (Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Banco Mundial e USAID), com cooperação de instituições criadas em várias partes do mundo [...] (Frederico, 2008, p. 19).

As elites locais, ao optar pelo atrelamento às internacionais, submetem-se aos seus desígnios, impedindo qualquer possibilidade de um desenvolvimento que promovesse mudanças estruturais no quadro social do país, ou ao menos tentar esse caminho, pois ainda temos a crise de valorização do valor, e uma concorrência a ser experimentada em um quadro onde as forças produtivas já estão bastante desenvolvidas para que um novo território do capital possa adentrá-lo com a possibilidade de produção de valor e extração do equivalente geral.

O modelo adotado foi o de alteração da base produtiva sem alterar a base fundiária, e o debate sobre a reforma agrária, que por meio da distribuição de terra almeja a distribuição de renda e poder, foi combatido, suprimindo os movimentos sociais reivindicatórios, ou seja, “[...] a “modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária [...]” (Delgado, 2012, p.13).

A questão central para se entender a presença dessas relações de produção é que a forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil, reafirmou a grande propriedade como um de seus baluartes. Ou seja, a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra (Graziano da Silva, 1981, p.36).

É necessário um olhar crítico sob essas outras possibilidades de “modernização” que podemos perceber na literatura. A compensação da produção de valor se desdobra aqui para a extração da mais-valia relativa, que necessita de altos índices de produtividade, garantido pela superexploração da terra e do trabalho, dado o nível de concorrência internacional. Alguns autores classificam esse momento como de “modernização” e adjetiva-a como “dolorosa” (Silva, 1981)” ou “conservadora” (Delgado, 1985 apud Pitta, 2016, p.18) entre outros termos, levando a uma crítica dualista, “distributivista e reprodutória” (Pitta, 2016, p.18), não há, neste trabalho, esta perspectiva, a análise centra-se na forma histórica como ocorreu, a forma como se deu essa reestruturação agrícola segue os desígnios da forma mercadoria cujo processo inverte sujeito e objeto, colocando os indivíduos como seres sujeitados, pois o processo passa às costas dos sujeitos. Aqui não pressupõe a possibilidade de ter existido uma outra “modernização agrícola”, interpretação dualista, “que pressupõe a possibilidade de outro

processo de modernização, mais “positivo”, “distributivista” ou “democrático” (Pitta, 2016, p. 271).

Há também a questão da manutenção das relações de superexploração do trabalho, da “[...] quase inexistência de legislação trabalhista e previdência social no meio rural, que permitiam baixíssimos custos de reprodução da força de trabalho, [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p.40). O modelo é o de concentração de terra e superexploração do trabalhador, para assim dar aos grandes produtores rurais condições de adentrar à concorrência com os produtos primários, basicamente *commodities*, com vantagem competitiva, entrelaçando o desenvolvimento do setor agrícola com um modelo de industrialização dependente e permitindo assim a extração de equivalente geral, já que o preço de suas mercadorias conseguirá se realizar no mercado. Esse movimento da mercadoria é importante para esse processo, pois é dele que serão extraídos também os juros dos empréstimos, e essa produtividade aumenta a possibilidade de extração de renda da terra.

Destarte, mesmo dentro da lógica contraditória do desenvolvimento capitalista, não houve a tentativa de melhor posicionar a economia brasileira, antes sempre a subsumiram aos desígnios da reprodução ampliada do capital, revelando-o como sendo o sujeito desse processo, sem oferecer a ele qualquer resistência, diferente do que se materializou nos países centrais do capitalismo, onde foi moldada uma estrutura agrária que criou

[...] condições para que a agricultura se desempenha um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura do consumo dos assalariados fosse cada vez menor, e, portanto, que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1970 (Abramovay, 2012, p. 32).

O modelo aqui escolhido de “modernização” tinha, pois, disponível o necessário para a execução de sua estratégia de alteração da forma de produção agrícola: terras e uma estrutura fundiária, clima adequado, recursos hídricos abundantes, com o problema dos solos que, com pesquisas e correções, poderiam ter, como hoje o tem, altos índices de produtividades, além de, nas áreas do domínio morfoclimático do cerrado, relevo propício à mecanização.

Foram criados centros de pesquisas para a produção e difusão de tecnologias, assim como a importação de tecnologia mecânica. Ruy Miller Paiva (apud Gonçalves Neto, 1997) coloca a ressalva de que essa “modernização” calcada apenas no desenvolvimento técnico para aumento da produtividade não vai contribuir com o desenvolvimento do dinamismo econômico

do país, sua posição é secundária, é necessário o desenvolvimento do setor não agrícola, coloca que existe um mecanismo de autocontrole,

[...] que impede que a difusão se expanda além de um certo limite, ou grau máximo de modernização, atuando de forma a reprimir o preço dos fatores tradicionais de produção (terra e mão-de-obra), aliada à queda natural dos preços em virtude do aumento da produção [...] (Paiva, R.M; apud Gonçalves Neto, 1997, p. 83).

Ora, esse é exatamente o objetivo da “modernização”, permitir uma produtividade alta com baixo preço para que haja sucesso no mercado via concorrência. O impedimento da difusão será para aqueles agricultores que não tem recursos ou acesso a eles para seguir esse modelo de “modernização”, ou seja, são os pequenos agricultores que utilizam técnicas tradicionais que serão prejudicados. O desenvolvimento do setor não agrícola colocou o caminho da “modernização agrícola”, o modelo escolhido foi o do complexo agroindustrial, a busca pela tautologia do valor.

O preço da terra vai aumentar, pois haverá o desenvolvimento de infraestruturas e fixação de trabalho morto nas unidades produtivas, ou seja, alteração do capital constante, para facilitar a extração da renda diferencial da terra. Entre 1965 e 1980, houve um incremento real de preço da terra em “35,3%” (Delgado, 2012, p. 80). Simultaneamente, haverá dispensa do capital variável, a necessidade de mão-de-obra no campo vai cair drasticamente, baixando o seu valor, pois será substituída pela mecanização, intensificando o êxodo rural.

A submissão da elite local à dos países centrais foi o que permitiu a materialização desse processo “[...] a vontade externa só poderia avançar com a colaboração explícita das elites locais” (Gonçalves Neto, 1997, p.39). O resultado foi a supressão de movimentos sociais, pois a classe dominante não almejava qualquer possibilidade de aliança com os subordinados, mesmo que sua aliança com os setores internacionais os colocasse sob domínio estrangeiro. Esse movimento de imposição da lógica de valorização ampliada sobre extensos espaços do cerrado se deu através de uma “[...] ampla coalizão internacional-modernizadora, cabendo a liderança exatamente à burguesia internacional [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p. 44).

O caminho para essa “modernização” encontrou o estoque de terras agricultáveis do Centro-Sul do país se esgotando, a solução foi uma expansão, orientada para uma nova fronteira de reprodução ampliada do capital, assim começa a ocupação, por essa forma de agricultura, das terras da Região Centro-Oeste e Norte e da mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba,

Nesse processo, as áreas fisiográficas com características de cerrado têm sido um papel estratégico, tanto em função de sua proximidade dos principais centros consumidores do país como pela sua potencialidade de adequação, em curto espaço de tempo, a uma série de atividades agrárias (Salim, 1986, p.298).

O cenário que se tem contribuiu para que os governos militares colocassem o setor agrário como o fundamental para enfrentar os problemas, assegurar que a exportação garantisse a continuidade das importações necessárias ao crescimento da indústria e desenvolvimento urbano, produzir matéria-prima e alimentos, ao mesmo tempo, como objetivo central da sociedade produtora de mercadorias, esse setor deu garantias para o financiamento e para a produção e reprodução do capital,

[...] foi a partir de então que o Estado passa a não medir esforços para produzir as condições necessárias à territorialização do grande capital também no campo, [...] o setor agropecuário passa a representar a mola de salvação do modelo industrialista brasileiro. Para inserir o país na lógica do capitalismo mundial, os governos passaram a encarar as exportações dos produtos agrícolas como uma saída para continuar financiando a entrada de capital, ou para saldar compromissos com a dívida externa (Alves, 2000, p.48).

A concretização desse processo foi possível graças à disponibilidade de terras e mão-de-obra barata, união dos interesses industriais aos do campo, resultando em superexploração do trabalho e da terra, atendendo à acumulação de capitais concentrados nas mãos de poucos, com o trabalhador precarizado ao extremo, com baixo custo de reprodução, tanto é que está na figura dos *boias-frias* uma das garantias de que as mercadorias desse setor terão sucesso na concorrência,

[...] a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra não-qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com consequente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais (Graziano da Silva, 1981, p.30).

Com essa forma de exploração do trabalho, diminuem-se os custos com ele, aumentando-se as possibilidades de melhor colocação frente à concorrência, já que a dispensa dos trabalhadores diminui a quantidade de valor por mercadorias individuais, forçando a sua busca em um universo maior de mercadorias que será garantido pelo aumento da produtividade por unidade produtiva, a busca pela extração da mais-valia relativa. É a própria contradição capital trabalho se colocando como sujeito do processo, dispensa-se aquilo que é a substância do valor, para que possa se extrair mais valor, ou seja, a “modernização agrícola” é uma

reorganização da composição orgânica do capital no campo, uma reestruturação agrícola (Delgado, 2012). Não é um processo de imposição da forma mercadoria, não é acumulação primitiva de capitais. No espaço em questão, já havia os elementos da modernidade em pleno funcionamento, mercadoria, dinheiro e trabalho já estavam autonomizados.

Assim, nessa busca pelo equivalente geral, a reestruturação, através dos investimentos, foi realizada em espaços que poderiam aumentar a produtividade para que houvesse a possibilidade de maior retirada de renda diferencial, que por sua vez se dá por meio de boa localização ou boa fertilidade.

A materialização desse processo é a “[...] internacionalização da economia brasileira, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se fez e se faz no seio de um capitalismo mundializado [...]” (Oliveira, 1999, p.76). O financiamento da industrialização brasileira coloca a necessidade das exportações com as cotações dadas pelo mercado internacional, assim, é induzida uma produção agrícola com culturas para exportação, as *commodities*, “[...] quase sempre em detrimento daqueles produtos alimentícios destinados ao mercado interno (arroz, feijão, mandioca etc.), produtos esses que deveriam servir ao consumo da população brasileira. [...]” (Oliveira, 1999, p.76).

Como os produtores de mercado interno, em razão da pouca utilização do progresso técnico e do controle de preços, não conseguem competir em pé de igualdade, a consequência é a diminuição na oferta de alimentos. Acrescenta-se que a pressão sobre o mercado de produtos domésticos é reflexo de aumento de rendas que porventura estejam ocorrendo no nível interno, que foi o caso do Brasil durante boa parte do período em questão, notadamente o intervalo que vai de 1968 e 1973, de intensa aceleração econômica (Gonçalves Neto, 1997, p.88).

Esta internacionalização está interligada com as empresas cujos interesses assentam-se sob o campo, o complexo agroindustrial, que terão no cerrado seus tentáculos,

As empresas dinâmicas estão tornando-se cada vez mais globalmente descentralizadas, organizadas em uma “teia empresarial” e constituídas de centros de negócios e de lucros, onde os produtos são elaborados internacionalmente, a partir de controle corporativo mundialmente difuso, traduzindo, porém, formas espaciais (Cleps Junior, 1998, p.5).

Ainda temos, com o segundo choque do petróleo em 1979, outro agravante para a produção de alimentos e divisas. Foi colocada para a agricultura a necessidade de se produzir culturas que diminuíssem a dependência dessa *commodity*. Nesse sentido, a cana-de-açúcar terá

incentivo para a produção de etanol, por meio da instauração do Programa Nacional do Alcool - Proálcool⁸ (Gonçalves Neto, 1997).

Com essa configuração econômica nacional e para atender aos desígnios da lógica de reprodução do valor, buscando as compensações da produção e extração do valor em crise, foi então desencadeado, por indução do Estado, sob as áreas do cerrado, esse processo de alteração na forma produtiva no campo, que visava

[...] a utilização de insumos modernos e de capital no processo de produção que leva a um aumento nos níveis de produtividade e de rendimento das atividades agropecuárias. [...] para que se processe essa modernização, [...] depende da melhoria de aspectos infraestruturais, tais como a pesquisa e a extensão rural, a assistência creditícia, a comercialização e a armazenagem dos produtos agrícolas, fatores estes que, se constituem no chamado desenvolvimento agrícola (Pessoa, 1982, p. 94).

O enxerto de texto acima nos revela que a “modernização” foi um processo de busca do aumento da produtividade por meio da alteração tecnológica no campo.

Um processo que,

basicamente preconiza a urgência de se promover também a expansão vertical da fronteira – através da utilização crescente de técnicas modernas no uso e manejo do solo – como condição necessária tanto para a maximização dos benefícios como para uma integração mais efetiva destas áreas ao processo de desenvolvimento do país como um todo (Salim, 1986, p.298).

Esta citação também comprova que o processo é de alteração, “expansão vertical”, aprofundamento da exploração da terra através dos frutos da racionalidade científica, ou seja, reestruturação produtiva, reorganização da composição orgânica do capital no campo.

Ruy Miller Paiva também contribui, sobremaneira, nessa discussão sobre a “modernização”, demonstrando que seu significado é a alteração da composição orgânica do capital nas unidades produtivas rurais,

a teoria da modernização agrícola apoia-se basicamente na criação e difusão da nova tecnologia, ou seja, na criação de novos conhecimentos e de novos insumos que trazem aumentos de produtividade dos fatores empregados nas atividades agrícolas, assim como na geração adicional de renda. E a estratégia do desenvolvimento agrícola, apresenta-se por sua vez, na intensificação de pesquisas que criem esses conhecimentos e esses insumos, e na difusão dos mesmos por maior número de agricultores, pois desse modo pode-se ter aumento de produção e de produtividade, assim como a geração adicional de

⁸ O Proálcool foi lançado em 1975 e implementado efetivamente a partir de 1979.

renda que impulsiona o crescimento econômico (Miller, R. P. apud Gonçalves Neto, 1997, pp. 81, 82).

Assim, essas mudanças não ficam restritas às áreas internas das unidades de produção rurais, elas necessitam de uma transformação do espaço para além das cercas e porteiras,

[...] agricultura moderna é caracterizada pelo uso de insumos modernos (maquinário, químicos, sementes melhoradas); pela monocultura de grãos em grandes propriedades, destinadas em grande parte à exportação; pela presença de maiores firmas mundiais do comércio de grãos, sementes e agrotóxicos, pela funcionalização dos núcleos urbanos à demanda do campo moderno; pelo discurso da necessidade e construção de sistemas de transportes com o objetivo de ligar as regiões produtoras aos portos exportadores (Frederico, 2008, p.9).

O Estado,

Perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preço). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediante a adoção desses pacotes com mecanismo de seguro de preço e seguro do crédito à produção (Delgado, 2012, p.13).

A “modernização” induzida pelo Estado nesse espaço de estudo é, portanto, a alteração da composição orgânica do capital nas unidades produtivas do campo, com diminuição da utilização do capital variável e aumento do capital constante. Essa alteração vai se dar a partir do crédito subsidiado, com capitais nacional e do estrangeiro, sob domínio do capital industrial e financeiro.

Aqui se processa uma das maneiras da compensação da crise de produção do valor, com o aumento da produtividade dada a partir do desenvolvimento das forças produtivas, pela contradição capital trabalho. Sendo assim, busca-se uma maior produtividade, como menor utilização de mão de obra, para que se possa distribuir por um universo maior de mercadorias o valor trabalho, barateando a mercadoria e colocando a possibilidade de sua realização no mercado, extraíndo a mais-valia relativa.

A composição orgânica do capital, dessa maneira, vai permitir que, caso haja a produção de valor, possa haver a extração da mais-valia nas unidades produtivas industriais, e da renda da terra nas unidades produtivas agrícolas, pois os índices de produção e produtividade irão crescer vertiginosamente, posicionando o mercado brasileiro de forma competitiva no âmbito das *commodities* no mercado internacional, e dando, portanto, a possibilidade de ser geradora

do abstrato valor, desta forma, realizando o fetiche da mercadoria, garantindo a supremacia do *a priori* metafísico. Porém, nesta questão, fica a dúvida se realmente há produção de valor a partir das unidades produtivas ou se apenas há aumento do equivalente geral por meio do crédito, sendo dinheiro sem substância de valor, que ainda assim permite as metamorfoses do capital, ampliando sua crise, colocando sempre a necessidade de novas compensações.

A “modernização agrícola” é, portanto, um momento de reestruturação produtiva da agricultura brasileira, não é a imposição da forma mercadoria, não se configura como uma acumulação primitiva de capitais, essa “modernização” nada mais é que uma readequação da composição orgânica no capital, é uma busca pela extração da mais-valia relativa. Além disso, também significou a abertura das regiões, uma integração do capitalismo brasileiro.

Essas mudanças no campo estabeleceram-se por meio do mercado internacional, destino majoritário de sua produção, acesso a créditos que são utilizados na aquisição dos elementos técnicos e científicos para a transformação da força produtiva, pesquisa e extensão, aumento da produtividade e por estímulos ao setor industrial para que o processo se efetivasse (Gonçalves Neto, 1997).

Uma reestruturação desigual e diferenciada, tanto no tipo de mercadoria produzida, como espacialmente e na composição orgânica do capital por unidade produtiva. O campo passa a ser parte importante da indústria, consumindo seus produtos como máquinas e insumos, indispensáveis ao aumento da produtividade e adequação ao tempo social médio para a possibilidade de extração da renda da terra sob a ótica da concorrência, e produzindo matérias-primas para a indústria. Assim haverá uma transformação técnica da agropecuária e submissão ao capital financeiro e industrial, o resultado é a subsunção ainda maior dos elementos naturais aos desígnios do valor. A tecnificação representa domínio sobre os processos naturais, que passam a ser manipulados para a produção do valor em larga escala, é também um aprofundamento da exploração do meio natural.

A tecnificação da agricultura e da pecuária que se dá sob a necessária articulação com a indústria garantirá que este setor se apropriará de grande parte do equivalente geral das metamorfoses do capital nesse processo, pois o setor agrícola é expropriado na compra dos produtos necessários para a realização de suas mercadorias e no controle dos preços delas, cujo comprador e controlador do preço é a indústria, mas, não haverá conflito entre esses dois setores, antes, complementariedade, mesmo com a agricultura subordinada, unir-se-ão para espoliar os cofres públicos, mediante créditos subsidiados, cujo montante maior ficará com a indústria. Vale ressaltar que o crédito subsidiado nada mais é que a transferência de recursos públicos, aumento da dívida pública ou provenientes de impostos, para os setores privados,

então, é a transferência de recursos provenientes de toda a sociedade, e gerida pelo Estado, que é espoliado.

Ainda temos qual será o

[...] papel da agricultura dentro deste novo processo: pelo lado das exportações, garantir a entrada de divisas que permitam a continuidade das importações que asseguram o crescimento do setor urbano-industrial; e pelo lado dos produtos de mercado interno, não elevar os custos de alimentação e das matérias-primas, de forma a não criar problemas à acumulação urbano-industrial (Gonçalves Neto, 1997, p.97).

“Moderniza-se” a força produtiva mantendo arcaica a exploração da mão de obra, “o boia-fria torna-se um novo agente do cenário econômico rural” (Gonçalves Neto, 1997, p.98), com irrisório custo de sua reprodução, exatamente para não ter aumento no valor dos alimentos, garantindo a continuidade que esse modelo, conservador na essência, não altere a estrutura fundiária ou a trabalhista, pelo contrário aprofunda sua exploração, impedindo que o processo de alteração das forças produtivas no campo não seja natimorto, garantindo que não entre em crise devido à necessidade de produção de alimentos a custos baixos.

Há uma questão importante desse processo quanto à forma de trabalho, que sofrerá alterações substanciais. Havia relações de trabalho sem o assalariamento pleno, mas sim com outra relação de trabalho. Esses trabalhadores ou “camponeses”, conforme é definido por uma série de autores, entre eles Oliveira 1999, tinham acesso parcial à terra, meio produtivo, assim produziam parte do necessário à sua reprodução, era uma forma de trabalho permanente. Com a “modernização”, ou seja,

[...] com a industrialização da agricultura terras que eram utilizadas pelo trabalhador com acesso parcial a estas como meio de produção passam a ser cobradas deste, já que no cálculo do proprietário estariam deixando de ser ocupadas com a produção de mercadorias que sua fazenda deveria empreender, em um momento de valorização das terras no Brasil. [...] As condições dessa forma de reprodução nesta forma de relação de produção se tornaram cada vez mais difíceis e miseráveis, impondo o acirramento entre as classes e a migração para a venda da força de trabalho desses trabalhadores como assalariados a partir de então [...] (Pitta, 2006, p.272).

Pois temos uma relação de não proprietários se relacionando com os proprietários por meio de mediação, agregamento, colonato, posseiros, parceiros etc., “[...] relação de trabalho que era anteriormente hegemônica, no Brasil [...]” (Pitta, 2016, p. 273). O nível de desenvolvimento das forças produtivas nessa forma de trabalho era baixo, sua mercadoria não

consegue adentrar ao nível da média de trabalho socialmente útil dado pela concorrência, sendo assim, não vai conseguir se reproduzir como antes, sendo expulsos do campo.

A intersecção entre o setor rural e a indústria coloca o primeiro com papel relevante no processo de acumulação capitalista no Brasil, o segundo, os setores industriais, “[...] se apropriam de uma boa parte da mais-valia gerada pelo setor agrário [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p.105), se é que ela vem a ser produzida, ou se apenas o equivalente geral é extraído. A crise de produção e reprodução do valor, a contínua queda de valor trabalho contido nas mercadorias, encontra no campo brasileiro a possibilidade de uma compensação, um novo fôlego contra a crise de produção do valor, dado pela queda da quantidade de trabalho vivo contido nas mercadorias, assim na substância de seu valor.

Com a queda contínua do valor das mercadorias individuais e a necessidade de pagamento das dívidas contraídas, há uma nova crise, cujos desdobramentos podem levar à reprodução social por meio de dívidas, fazendo-as a se tornarem capital produtivo, é o momento do capital fictício. Essa via de análise aqui não será aprofundada, pois o objetivo dessa dissertação é a compreensão do processo de reestruturação agrícola enquanto busca da compensação da produção de valor em crise, ou seja, busca pela mais-valia relativa.

A apropriação do equivalente geral será possível nos setores mais dinâmicos, após a fricção com os demais trabalhos socialmente úteis que se encontram na concorrência, vai garantir, para aqueles que tem melhor tecnificação em seu processo produtivo, a extração de equivalente geral, mesmo que suas mercadorias já não contenham nenhum trabalhador em sua produção.⁹

O setor agrícola, com os médios e grandes proprietários, não só se torna os maiores provedores de matérias-primas para a indústria, mas torna-se também enormes consumidores de seus produtos, máquinas, equipamentos, insumos, entre outros. Além disso, parte da renda fundiária, devido ao financiamento, será expropriada também do proprietário rural, “os juros do capital dinheiro reivindicam uma fatia crescente do lucro agrícola” (Delgado, 2012, p. 67).

⁹ Com o pequeno produtor como os encontrados na ocupação Terra Livre (Fazenda Cabaças), no município de Uberlândia, ligado ao movimento social Movimento Popular pela Reforma Agrária, em cujo espaço realizei trabalho de campo, em 6 de abril de 2024, em companhia com professores e pesquisadores do Laboratório de Geografia Agrária e do CIEPS da Universidade Federal de Uberlândia, para o Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR), fica nítido essa diferença, sua produção com baixo grau de tecnificação não consegue concorrer com os grandes produtores, e por não terem o título das terras, pois está em processo para se tornar assentamento, não conseguem financiamento, portanto, não possuem capital para o investimento necessário para adentrar à produção e extração do equivalente geral, tem dificuldade de produzir e de escoar a produção, além de não conseguirem preços capazes de ser suficiente para a reprodução digna da vida e do vivido, nos deixando claro que o modelo de Estado que temos é o que privilegia o latifúndio e deixa os pequenos produtores sob pauperismo, tornando-os supérfluos.

Não é apenas um mercado de bens de consumo, também se configura como um mercado de bens de produção, é o entrelaçamento do agrícola com a indústria, do campo com a cidade em diversos aspectos. É, inclusive, no ambiente urbano onde residem os trabalhadores rurais, onde as reivindicações são feitas, como na greve dos *boias-frias* do município de Guariba-SP, e é aí, no espaço urbano, onde localizam-se as unidades produtivas industriais.

Cleps Junior em sua tese de doutorado também discute essa questão,

[...] Karl KAUTSKY (1980, p.272) mostrou grande percepção do processo evolutivo da agricultura ao formular que “o modo de produção moderno chega ... no fim do processo dialético, a seu ponto de partida, a supressão do divórcio entre a indústria e a agricultura”, mostrando que “se a agricultura campestre primitiva, a agricultura era, do ponto de vista econômico, o elemento decisivo e dirigente, esta relação agora se subverte. A grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura passa a obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências. A direção da evolução industrial serve de regra à evolução agrícola” (Cleps Junior, 1998, p.12.).

A interligação entre esses dois setores por meio das induções estatais revela ainda que o Estado, como agente do capital, buscando a mudança no meio produtivo, tem “[...] por objetivo básico manter inalteradas as formas de acumulação dominantes na sociedade, [...]. Promove, portanto, a modernização de grande parte da agricultura, aumenta a produção e a produtividade sem, contudo, tocar nos padrões de acumulação” (Gonçalves Neto, 1997, p. 122).

O Estado brasileiro coloca-se como o condutor do processo, promove os meios, as condições e busca os objetivos, que é a produção e reprodução do valor em larga escala, agindo em todas as etapas, do planejamento ao produto final, passando à montante, depois na unidade produtiva do campo, e também a jusante, interligando-os e impondo-se a favor do capital, demonstrando sua “maciça presença [...] na economia brasileira, com o desenvolvimento de uma máquina que perpassa todas as etapas da atividade produtiva: planejamento, produção, fiscalização, determinação de preços, estocagem, circulação e comercialização dos produtos, exportações etc.”(Gonçalves Neto, 1997, p. 144).

Os problemas enfrentados pelo capital para se apropriar do espaço do cerrado foram duplos, primeiro a questão da falta de infraestrutura, segundo por conta das condições físicas desse espaço, assim a prática da agricultura em larga escala sendo impedida, era o obstáculo para a imposição do processo de produção de mercadorias em larga escala. Considerando os elementos físicos foi necessário alterar as condições de fertilidade da terra com insumos químicos e alterar geneticamente as sementes, o relevo plano dos chapadões permitiu a utilização dos insumos físicos com a mecanização, fazendo com que, assim, a agricultura atingisse o padrão necessário para a indústria, interligando campo e cidade. Houve também a

manipulação genética animal, para tender os desígnios da produção de mercadorias em larga escala.

O processo de reestruturação agrícola foi instaurado no município de Uberlândia, sob o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sob as áreas do cerrado, por via das induções estatais e seguiu algumas etapas, “[...] o capital se apodera da agricultura, inicialmente, pelas vias de circulação, e, posteriormente, revolucionando seu modo de produzir” (Cleps Junior, 1998, p.12).

O significado dessa “modernização agrícola” está fundamentalmente apoiada na diminuição do tempo médio socialmente necessário à produção de determinada mercadoria, dado pela fricção de todos os trabalhos úteis na sociedade, imposto pelos mecanismos da concorrência, que passa então a vigorar sobre amplos espaços do território brasileiro, e por meio dele, haverá a configuração da possibilidade de extração de equivalente geral, desdobrando-se em elemento de compensação da crise mundial de produção e reprodução do valor, externo ao açambarcar novos espaços à produção em larga escala e internos aumentando a produtividade, dando fôlego a essa lógica abstrata e irracional que passa as costas dos sujeitos, sujeitando-os aos seus desígnios.

4.4 A reestruturação agrícola sob o cerrado

Para a execução desse processo de transformação da agricultura sob o cerrado, vários programas, medidas e mecanismos governamentais são criados, com o objetivo de ofertar “[...] financiamentos especiais, assistência técnica e extensão, investimentos de infraestrutura [...]” (Salim, 1986, p.298), buscando dar condições para o desenvolvimento de novas tecnologias e utilização das já existentes, visando o aumento da produtividade e ampliação da oferta, essa racionalidade empregada nas terras do cerrado, nada tem com o valor de uso dessas mercadorias que irá ser produzidas em larga escala, mas sim com a busca pelo seu par contraditório e objetivo de toda produção sob a égide do sistema produtor de mercadorias, o valor de troca, assim, “[...] recursos são canalizados, criam-se institutos de pesquisa e de assistência técnica, estabelece-se um sistema nacional de crédito rural e incentiva-se a utilização de técnicas e insumos modernos, o que propicia a integração da agricultura ao circuito industrial” (Gonçalves Neto, 1997, p. 145).

O processo de modernização não foi de forma homogênea por todo o cerrado, foram escolhidas algumas áreas capazes de adotar e difundir novas tecnologias, áreas que já tinham experiências, na prática de agricultura sob as características físicas do cerrado, dessa maneira, foram criados, por parte do Estado, “[...] formulação de planos setoriais e programas específicos

dirigidos para a região” (Salim, 1986, p.299) para dar as condições à assimilação tecnológica e alterar a força produtiva, no primeiro momento sob as áreas do “oeste de Minas Gerais, sul de Goiás e Mato Grosso do Sul. Mesmo nestas áreas, o processo não foi homogêneo, mas diferenciado [...]” (Salim, 1986, p. 299). Não foi um processo como o descrito por Pierre Monbeig (1984), na ocupação do Oeste paulista e Norte paranaense, não é uma ocupação pioneira desse espaço, antes uma transformação da forma de se produzir.

No caso da Mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a fronteira agrícola já estava fechada do ponto de vista fundiário, as terras já haviam sido apropriadas, a “modernização” será a intensificação de emprego de capital no campo, “apenas quando essa possibilidade de expandir a fronteira se vai esgotando, ou se tornando relativamente mais difícil, é que o desenvolvimento capitalista no campo começa a se fazer de modo a intensificar a produção nas áreas já ocupadas” (Graziano da Silva, 1981, p.49). Esta “modernização” tem por característica a intensificação da reprodução do capital, não a apropriação de um espaço onde ainda não havia a forma mercadoria.

Esse espaço, no período que antecede a “modernização agrícola”, década de 1960, não se configura como uma frente pioneira, já havia a propriedade da terra. Ao examinarmos as informações sobre o uso da terra, notamos mudanças na forma de se produzir, que se tecnifica, não um incremento de novas áreas. Houve aprimoramento das vias de transporte e comunicação, construção de novas infraestruturas e expansão dos centros urbanos. Esse espaço já se encontrava sob a égide da mercadoria, o elemento central já era o *a priori* metafísico, porém em menor proporção.

O cerrado não era, antes da década de 1970, período da expansão da agricultura moderna, uma área desocupada, um grande vazio. O seu legado histórico deixou no território algumas heranças, representadas por uma incipiente rede urbana, subproduto, primeiro da atividade mineradora e, posteriormente, dos programas de colonização e construção planejada de algumas cidades e por uma agricultura de pequenos produtores, principalmente de fundos de vales, ainda presente em diversas áreas (Frederico, 2008, p. 29).

A citação acima, referente ao cerrado, também se aplica no caso da Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, excetuando o planejamento de novos centros urbanos. Nesse espaço, o urbano foi intensificado pela modernização agrícola. Destarte, conclui-se que esse espaço já estava ocupado, era um vazio apenas para a subjetividade da lógica ampliada do capital.

Então, essa transformação da base técnica produtiva, visando atender novo patamar de acumulação, era o objetivo do governo, expressa em metas e planos a partir da década de 1960. Houve então a busca pela transformação da agropecuária, que utilizava técnicas tradicionais, a “agricultura da enxada” (Pessôa, 1982, p. 58) e a pecuária extensiva, por métodos mais racionais do ponto de vista do capital, o resultado foi uma nova configuração espacial, um novo arranjo, que possibilita a extração do valor, caso seja reproduzido, ou a extração do equivalente geral nas metamorfoses do capital.

Assim, para a busca do crescimento econômico do país, a agricultura foi considerada como uma das suas prioridades. A produção agrícola foi orientada progressivamente pelo complexo agroindustrial, que alterou as bases tecnológicas no campo para que sua demanda fosse aí atendida, integrando o campo ao setor industrial.

Consumindo máquinas, fertilizantes, agrotóxicos e equipamentos, criando um mercado para os bens industrializados à montante da produção agrícola, altera-se o padrão e a tecnologia empregada no cerrado, segundo as necessidades dos produtores de tais mercadorias industrializadas, como por aquelas que processam o produto final do campo, à jusante das unidades de produção agrícola, configurando um círculo, possibilitando a continuidade de produção de valor, a extração do equivalente geral, a acumulação de capital (Salim, 1986).

O campo entra nesse circuito subordinado,

[...] Nesse sentido, fica também evidente que os parâmetros tecnológicos adotados são determinados fora do setor agrícola porque verifica-se claramente uma imposição tanto da forma como no grau de sua modernização. Tal situação decorre do fato de que o progresso técnico verificado atualmente não é resultante do desenvolvimento endógeno da agropecuária. Ele é um desenvolvimento exógeno, ditado em consonância com os interesses industriais. Assim o que se verifica é que ele existe, em sua essência, para viabilizar o desenvolvimento dos ramos industriais produtores de insumos e de processamento de produtos agrícolas e não para resolver os problemas do campo. Com essa última instância, esse progresso técnico responde às necessidades de acumulação do polo dinâmico da economia, adiando-se assim as soluções para os problemas agrários [...] (Salim, 1986, p.301).

A indústria que impôs seus interesses à agropecuária é fortemente dominada pelo capital internacional. Esse processo de subordinação que vai subsidiar a agricultura está intimamente relacionado com a falta de pesquisa nacional acumulada nesse setor, assim importa-se tecnologia, que por sua vez são inadequadas à realidade econômica e naturais do país, portanto, é o capital internacional que vai ditar qual o paradigma tecnológico, a produtividade e o tipo de cultura. A indústria nacional ou se adequa ou desaparece (Salim, 1986). Portanto, temos, uma organização da agricultura estimulada por programas governamentais, acessível a um número

reduzido de produtores¹⁰, “ela implica uma elevação dos custos de produção, via intensificação do uso de capital. Parcela significativa de agricultores nem sempre tem condições de reordenar suas bases produtivas” (Salim, 1986, p. 302),

[...] a distribuição desse subsídio não ocorre de forma homogênea entre os agricultores, mas centralizado nas mãos dos mais poderosos ou dos que já estavam envolvidos no processo de modernização, contribuindo para a transferência de renda dentro do próprio setor e aumentando o quadro de miséria dos pequenos produtores rurais [...] (Gonçalves Neto, 1997, p.153).

O resultado é que a reestruturação agrícola é excludente e não homogênea, a produção em uma mesma região é composta por diversos níveis tecnológicos, privilegiando os grandes proprietários produtores de *commodities*, em detrimento dos pequenos produtores e da produção de alimentos, deixando o setor industrial em patamar melhor que o setor rural, pois lhe confisca a renda controlando os preços das suas produções,

[...] no Brasil, há dois tipos de agricultura, cujas origens remontam à fase de colonização inicial do país. Há um setor dessa agricultura destinado a atender o mercado externo e, outro, direcionado ao mercado interno, que é basicamente, o mercado produtor de alimentos. Dessa forma, os produtos ligados ao setor exportador recebem as maiores atenções dos órgãos de pesquisas nacionais pela facilidade com que dispõem de maiores recursos financeiros. Uma vez que a menor atenção é dada à agricultura que atende ao mercado interno e que é praticada, em grande parte pelos pequenos proprietários, esta fica colocada em segundo plano, sendo considerada como o setor tradicional da agricultura brasileira, onde a maioria das vezes, o desenvolvimento tecnológico é inferior às culturas de exportação. Assim, essa modernização da agricultura brasileira vem sendo feita com o objetivo de atender, principalmente, ao interesse dos grandes proprietários rurais e das empresas comerciais e industriais que compreenderam ser de grande importância investir em terras pela sua grande valorização e pela renda auferida nas exportações. Mais uma vez, acentuam-se as desigualdades no meio rural, onde a classe de trabalhadores assalariados que vendem a sua força de trabalho para manter sua sobrevivência, cresce em ritmo acelerado (Pessôa, 1982, p.133).¹¹

Temos essa simultaneidade de tipos diferentes de exploração agrícola, uma em grandes propriedades e com incentivos governamentais, que através dos créditos conseguem alterar a tecnologia e produzir mercadoria para o mercado externo, assim com possibilidades de extrair a renda da terra, e uma pequena produtora de alimentos que está paulatinamente diminuindo,

¹⁰ Eduardo Nunes Guimarães coloca que “[...] referente ao crédito oficial, principal fonte de recursos, [...] 80% das propriedades rurais não recebem crédito oficial e [...] 1% das propriedades recebeu 40% do total de recursos” (Guimarães, 2010, p.184).

¹¹ Conceito(s) eram utilizados na época do estudo e a caracterização foi dado pela autora.

sem incentivos, os trabalhadores dessa agricultura, menos competitiva, acabam migrando para a cidade.

A extração da renda da terra está interligada com as formas da produção, parte dela será para o pagamento das dívidas contraídas para o processo de reestruturação produtiva, a “modernização” da unidade produtiva, ou seja, se transforma em pagamento dos juros, outra parte é açambarcada pelos intermediadores, as indústrias que se colocam a jusante do processo, ou ainda as *holdings*.

O modelo de industrialização, via substituição de importações, não acrescenta às reservas públicas os resultados “[...] proporcionado por essa indústria nascente é praticamente nulo, ficando o Estado dependente da tradicional fonte geradora desses recursos, a agricultura [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p.147). A crise do petróleo agravou ainda mais os problemas de dependência externa, exigindo o acesso ao mercado financeiro internacional para garantir o pagamento das contas, “alargando o caminho para a grande crise do endividamento externo que mergulha e que persiste na década seguinte [1980] [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p. 150).

A assistência técnica necessária a modernização da agricultura no cerrado do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e no município de Uberlândia começa a ser implementada a partir de 1964, por meio da ACAR¹² – Associação de Crédito e Assistência Rural, cuja atividade perdurou até 1975, visando o aumento da produção agrícola e o consequente desenvolvimento econômico, suas ações iam desde educação aos produtores rurais com objetivo de “promover mudanças em seus hábitos e atitudes como meio de conseguir melhores níveis econômicos, sociais e culturais” (Ribeiro e Wharton Jr. 1975, apud Pessôa, 1982, p.96) até a concessão de crédito supervisionado, “baseado em planos de administração agrícola e doméstica, e as técnicas transmitidas durante a supervisão subsequente” (Ribeiro e Wharton Jr. 1975, apud Pessôa, 1982, p.97).

A política de crédito rural, implementada desde a década de 1960, contribui para essa organização moderna da agricultura e todas as suas contradições, com “taxas de juros preferenciais, abaixo dos índices inflacionários, tem como objetivo incrementar a produção e a produtividade no campo, favorecendo as necessidades urbanas de alimentos e matérias-primas” (Salim, 1986, p.302), ou seja, “[...] o maior de todos os estímulos para o crescimento da

¹² Programa criado em 1948 em Minas Gerais para a disseminação de novos conhecimentos e técnicas agrícolas, “[...] formada pela conjugação de esforços do governo do Estado de Minas Gerais e a AIA (Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social), entidade fundada em 1946 pela família Rockefeller [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p. 203).

demanda pelo crédito rural: taxas reais negativas para os tomadores de empréstimos, sempre atraentes no decorrer dos anos” (Gonçalves Neto, 1997, p.166).

O crédito rural está intimamente ligado à concentração de terras, uma vez que permite o acesso ao capital. A estrutura agrária determina quem terá acesso a esse capital, “o crédito rural, que tem privilegiado o grande proprietário de terras, por poder dá-las como garantia, além de possuir outras facilidades junto à rede bancária” (Silva, 1981, p.39). Ainda temos que “parte desses recursos foram investidos pelas grandes propriedades em reserva de valor, principalmente na compra de mais terras” (Silva, 1981, p.39). É um mecanismo contra a desvalorização do equivalente geral pela inflação, terra enquanto reserva de valor, não somente como estabelecimento produtivo.

O crédito colocou a ocupação parasitária da terra, pois o controle dela é o que garante o acesso a ele, inflacionando seu preço e expulsando o pequeno produtor. Ainda temos que também ela irá funcionar como reserva de valor,

[...] a valorização da terra é um dos fenômenos mais característicos da estrutura fundiária brasileira, expressando-se, em princípio de duas formas: pela valorização da terra urbana e suburbana, produto do surto de urbanização que acompanhou a industrialização; e pela valorização da terra rural propriamente dita, consequência, originariamente, da fome de terra induzida pelo surto pecuarista e viabilizada, a seguir, pelo surto rodoviário. Essa valorização, entretanto, prossegue, movida por um novo fator: o fato da terra se converter em objeto de demanda especulativa e financeira, isto é, “pelo, aparecimento da terra como meio de entesouramento, como meio de defesa da poupança contra a erosão inflacionária e como fonte de uma renda que não depende de sua utilização agropecuária ou residencial, visto como se apresenta sob uma forma aparentada de taxa de juros, como taxa de valorização da terra. A simples retenção da propriedade fundiária surge, assim, como uma forma de investimento, acessível tanto aos agricultores como a não-agricultores e que se aplica tanto à terra utilizada, como a terra excedente (Rangel, apud Graziano da Silva, 1981, p.72-73).

A terra é um investimento, por si só, possibilita a ampliação do capital investido apenas por meio de sua posse, além de garantir vantagens na obtenção de crédito. Assim, esses programas levaram ao aumento da produtividade, a partir da utilização dos insumos químicos e físicos, garantindo a Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba média acima da nacional. Houve mudanças na forma de ocupação e uso da terra, porém não alterou a estrutura fundiária, possibilitou ainda mais a concentração de terras. Para a sociedade a alteração da forma produtiva deu continuidade e agravou a desigualdade social.

Os financiamentos “[...] cobriam praticamente todas as etapas da produção, como: preparo, correção e adubação do solo, aquisição de máquinas e implementos, construção e instalação de benfeitorias, formação de pastagens artificiais, custeio agrícola etc. [...]” (Salim,

1986, p. 324), porém destinados aos grandes proprietários, que ao concentrar terra, concentra também poder político.

Os bancos privados não tiveram uma ampla participação nessa fonte de crédito, uma vez que a agricultura oferece riscos que são complexos e de difícil gestão, sua produção está interligada com as condições físicas do espaço geográfico, ou seja, às condições naturais. Apesar das alterações técnicas no espaço rural, a produção ainda é dependente da insolação, do regime de chuvas, amadurecimento, entre outros fatores de ordem física. Além disso, há os fatores sociais que também oferecem riscos, como o transporte, o armazenamento e as oscilações do mercado. Por fim, ainda temos as taxas de juros para beneficiar os produtores, afastando ainda mais os bancos comerciais e deixando esse financiamento ao encargo do Estado. A sociedade, portanto, foi o financiador dessa modernização conservadora e desigual.

Para ilustrar a dependência da produção ao crédito, temos que “[...] a participação do crédito no produto agrícola é extremamente significativa: de um índice médio na faixa de 50% no início da década de 70, adentra os anos 80 em torno de 80%, depois de alcançar o patamar recorde em 1975, de 102% [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p. 165). A explicação desse índice de 1975 pode ser dada a partir da utilização desse investimento não diretamente na produção, mas sim na infraestrutura ou nas culturas permanentes, cujos produtos requerem tempo para serem colocados em circulação. É uma política de espólio público, com apropriações individuais dos ganhos e socialização dos prejuízos, pois extrai recursos do tesouro público e devolve enquanto pressão inflacionária para toda a sociedade.

Mesmo com o financiamento da produção agrícola, o país continuou a importar gêneros alimentícios de primeira necessidade. Essa taxa de juros negativa torna os salários dos trabalhadores rurais mais caros do que os insumos, reduz os custos do capital constante e, ao mesmo tempo, aumenta a produtividade e coloca a agricultura dependente da indústria. O crédito, além de permitir a mecanização e o acesso a insumos, também coloca um parâmetro tecnológico. Traz também o endividamento, a dependência com o setor financeiro e o encarecimento da terra: “a concentração do escasso - o dinheiro - inflaciona o abundante - a terra.” (Salim, 1986, p. 305). O processo teve as características de ser estrategicamente “conservadora do ponto de vista político, de modernização do ponto de vista econômico e técnico-científico e, lamentavelmente, de forte exclusão do ponto de vista social” (Salim, 1986, p. 305). O “[...] sentido da modernização conservadora: alterar a base técnica sem alterar a estrutura agrária” (Gonçalves Neto, 1997, p.175) foi atingido com êxito.

Houve privilegiamento do financiamento de algumas culturas, levando à especialização da produção, notadamente as de exportação, *commodities*, em detrimento das culturas de

mercado interno, os alimentos. O setor agrícola foi colocado como o setor propício a tornar a balança comercial do país favorável.

Ainda, temos que o crédito facilitado e barato, ou seja, com juros atrativos, menor que a inflação,

inaugura uma nova forma de ganhos: a substituição de capital, utilizando na produção o dinheiro de origem governamental e aplicando os recursos próprios no mercado financeiro, imobiliário etc. Ou outra forma comum de desvios, está de caráter criminal, é a utilização do próprio crédito rural em atividades outras que não a agrária; [...] (Gonçalves Neto, 1997, p.180).

O crédito facilitado e com juros baixos contribui sobremaneira para o encarecimento do preço da terra. Esse processo foi descrito por Alves (2006) em sua tese de doutorado, ao discutir a modernização agrícola no Sul do estado do Piauí, a terra passa a ser objeto de especulação, pois ao garantir o acesso ao crédito com taxas de juros atrativas, ela também funciona como uma forma de acesso a esses recursos. Seu encarecimento impede o acesso do pequeno produtor e os afasta do campo, e são esses os produtores de alimentos no Brasil, colocando uma reação em cadeia que culmina no encarecimento da cesta básica e em pressão inflacionária.

Em relação à especulação temos, a questão da terra improdutiva, terra parada, sem produção de mercadorias, ainda assim, para o capital, ela pode permitir a extração de mais dinheiro do que foi usado para a sua obtenção. A terra não tem valor, mas sim preço, uma vez que não é fruto do trabalho humano, ela entra nas metamorfoses do capital enquanto mercadoria e permite a extração da renda da terra, um tributo pago aos proprietários fundiários por toda a sociedade, assim, mesmo a terra sem utilização, após esses mecanismos acima descritos serem instaurados, elas passam por aumento do seu preço, seja por permitir acesso ao crédito barato, ou através de mudanças nas infraestruturas próximas, o que permite a especulação, dessa forma, pode-se extrair mais dinheiro de sua venda do que foi investido em sua compra. Do ponto de vista do capital, ela produziu, permite a extração do equivalente geral com acréscimo. Daí ser a terra uma forma de poupança via especulação.

Para a implantação do necessário para a busca pela reprodução ampliada do valor, houve a necessidade de inserir a agricultura nos moldes industriais. A produção em larga escala exigiu transformação da agricultura com técnicas tradicionais para esta que atende às necessidades urbanas, que contenha maiores índices de produtividade. Foi para isso que, na década de 1960, o mecanismo Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR) foi institucionalizado. Esse mecanismo foi um dos que colocaram em curso o processo de alteração das forças produtivas da agropecuária no cerrado, visando a reprodução do valor, e, concomitantemente a

possibilidade de transferência, via crédito subsidiado, de recursos públicos ao setor privado, sem representar riscos à reprodução do capital. “Nasce daí a aliança do capital industrial e financeiro com o Estado. E é ela que vai conduzir as transformações que ocorrerão no campo brasileiro a partir de então” (Alves, 2000, p.48-49). Temos que “[...] A esse estilo de financiamento correspondeu um papel bem especial da política monetária voltada para o setor agrícola, cuja essência consiste em transferir e subvencionar poupança financeira pública, para aplicação no crédito rural” (Delgado, 2012, p. 30), mecanismo que faz com que toda a sociedade arque com a transformação do cerrado, assim,

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária [...] (Marx, 1984, p.288).

O necessário financiamento e instalação das infraestruturas para dotar esse espaço do cerrado apto aos designios da forma mercadoria sob reprodução ampliada, ou seja, busca pela extração da mais-valia relativa, como forma de compensação da crise advinda da contradição capital trabalho, assim sendo crise da produção do valor, então o almejado pelo foi permitir a transformação da agricultura que utilizava técnicas tradicionais em moderna, diminuindo os riscos para o capital.

O Estado brasileiro assumiu essa empreitada, é dessa maneira que socializa para o povo brasileiro esse financiamento, pois a dívida pública

[...] se respalda nas receitas do Estado, que precisa cobrir os juros e demais pagamentos anuais, o moderno sistema tributário tornou-se um complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais. Os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias, sem que o contribuinte o sinta imediatamente, mas exigem, ainda assim, como consequência, elevação dos impostos. Por outro lado, o aumento de impostos causado pela acumulação de dívidas contraídas sucessivamente força o governo a tomar sempre novos empréstimos para fazer face a novos gastos extraordinários. O regime fiscal moderno, cujo eixo é constituído pelos impostos sobre os meios de subsistência mais necessários (portanto, encarecendo-os) traz em si mesmo o germe da progressão automática [...] (Marx, 1984, p.289).

Além disso, os riscos da produção ficarão ao encargo dos produtores diretos, no campo: “[...] queda dos preços, intempéries climáticas, políticas governamentais desfavoráveis e desvalorização cambial. Enquanto as firmas atuam na parte mais segura e lucrativa da produção, relacionada à venda de insumos, à exportação de grãos e às relações financeiras” (Frederico, 2008, p.110).

Os resultados dessa política de financiamento via dívida pública resultaram na crise do final do insidioso governo militar no Brasil, com drásticas consequências para a população, que além de enfrentar uma inflação galopante, terá ainda que ter com o pagamento desses compromissos contraídos. A década de 1980 será a década perdida, “[...] a única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletivos dos povos modernos é – sua dívida de Estado” (Marx, 1984, p. 288).

Assim, visando a continuidade da industrialização brasileira dentro daquela conjuntura econômica específica, com o objetivo de, por meio da reestruturação agrícola, interligar o rural ao urbano, com aumento da produtividade e expansão da produção no primeiro, o Estado criou as bases para a alteração da composição orgânica do capital nas unidades de produção do campo, via crédito subsidiado, buscando os meios para a produção de valor de forma expandida e extração do equivalente geral. Privilegiou, nesse processo, os grandes proprietários, mudou a estrutura produtiva, especializando-a, sem alterar a questão agrária.

Essa reestruturação, que se insere dentro das buscas de compensação da crise de produção de valor, do equivalente geral que não se reproduzia a uma taxa mínima de 3% (Harvey, 2016) nos países centrais do capitalismo, realizada por meio de crédito, deixa a questão de que se realmente há a produção de valor por meio do trabalho vivo, ou se apenas há metamorfoses do capital, cujo incremento se dá por meio dos juros dos empréstimos, sendo assim, produção de mercadorias sem valor real, resultando em um equivalente geral sem substância.

Os resultados desse processo de modernização são o aumento do número e extensão das grandes fazendas, adoção de novas tecnologias, aumento do uso de crédito agrícola, privilégio a um pequeno grupo de grandes proprietários de terras, “[...] o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma consequente deterioração da distribuição de renda no setor agrícola” (Graziano da Silva, 1981, p. 29).

Para o trabalhador, o impacto é maior, em seu bojo vem o desemprego, pois necessita cada vez mais de mão-de-obra especializada e em menor número. O trabalhador permanente torna-se volante, boia-fria, sua força de trabalho é necessária sazonalmente.

A modernização leva à industrialização da agricultura, insere esse ramo dentro de um processo maior, passa a consumir produtos industrializados, sua produção tem como destino também unidades produtivas industriais. Nesse processo, “[...] quanto maior for a circulação da produção – ou, visto pelo lado da oferta, quanto maior o número de fases de processamento do produto final – maior o mercado numa economia capitalista [...]” (Graziano da Silva, 1981, p.63).

Uma das regiões de cerrado menos refratária a esses impulsos foi o Triângulo Mineiro. Como “entrada” do Centro-Oeste e, portanto, via de acesso à ocupação/incorporação da Amazônia, pode atrelar-se dinamicamente aos impulsos advindos do novo padrão agrícola brasileiro, que promoveu, e continua promovendo, uma grande reestruturação espacial da agricultura e da agroindústria, comandada pela lógica de interpenetração de capitais, próprio dos Complexos Agroindustriais (CAIS) (Brandão, 1981, p.148).

Assim, no município de Uberlândia, como já vimos, com uma ampla infraestrutura instalada, condições propícias à produção em larga escala, experiência em comércio regional, vai ter os impactos mais profundos, como veremos adiante. Assim como em todo o Triângulo Mineiro, haverá diminuição na produção de alimentos e aumento na produção de *commodities*. Para chegarmos a esses resultados no espaço de estudo, antes é necessário perseguir como se deu essa transformação de forma pormenorizada no próximo capítulo.

5 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DA MESSORREGIÃO GEOGRÁFICA DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA

Para compreender como se deu o processo de reestruturação produtiva da agricultura na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e no município de Uberlândia, é necessário a compreensão de quais foram os mecanismos utilizados pelo Estado para efetivar essa transformação. A execução de cada um desses mecanismos, programas oficiais de indução dessa modernização, tinha objetivos específicos, cada qual em uma frente dessa mudança na forma de se produzir no campo. Assim, houve programas que visavam ofertar crédito barato, outros de incentivo ao uso de insumos, de desenvolvimento industrial à montante e à jusante das unidades de produção do campo e aqueles destinados ao desenvolvimento de novas tecnologias, assim como de extensão rural. A seguir, apresentaremos esses programas, seus objetivos e resultados. Os autores consultados foram os mesmos do capítulo anterior.

5.1 Os Programas de fertilizantes, agrotóxicos e máquinas

As transformações na agricultura da Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e as alterações no município de Uberlândia, enquanto subsidiário e polarizador do processo, foram estimuladas por meio de diversos programas governamentais e incentivos à industrialização. O processo teve início na década de 1960, porém ganhou força a partir da década de 1970.

Na década de 1950, os fertilizantes eram trazidos de fora do país, como parte das iniciativas de substituição de importações e visando ao mesmo tempo incrementar a produção doméstica e seu uso. Houve a “[...] taxa preferenciais de câmbio para a importação de fertilizantes, que só serão extintas na próxima década [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p.207), a partir da década de 1960 as indústrias nacionais de fertilizantes começam a responder aos estímulos públicos específicos a elas, como o concedido por meio do Fundo Geral para Agricultura e Indústria (Fumagri) de 1965. A partir de 1964 havia também o estímulo de “[...] abater os gastos com fertilizantes do imposto de renda [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p.207).

Em 1966, foi criado o programa FUNEFÉRTIL (Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Implementos Minerais), cujo objetivo era oferecer subsídios para a compra de fertilizantes. Visando motivar os agricultores a utilizarem esses insumos, em 1968, como substituição desse programa, foi criado o FUNDAG (Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola), com objetivo de subsidiar o financiamento para a aquisição de

insumos como fertilizantes, corretivos de solo, suplementos proteicos para animais, inseticidas, herbicidas, sementes melhoradas e outros (Pessoa, 1982).

A crise do petróleo em 1973 encareceu o preço dos fertilizantes, levando à queda de seu consumo. Assim, “[...] durante os anos de 1975 e 1976 o governo adota a política de subsidiar o consumo de fertilizantes, assumindo uma participação de 40% de seus preços [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p.208). Na década de 1970, como resultados dos estímulos, cresce o consumo de fertilizantes. Em 1974, foi criado o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), cujo intuito era a autossuficiência na produção de nitrogenados e fosfatados (Gonçalves Neto, 1997).

O resultado do estímulo foi o aumento da demanda por esses insumos, e houve interesse do Estado para a expansão da indústria de fertilizantes para o campo brasileiro, colocando-o menos dependente das importações, pois o aumento pela demanda de adubo colocaria o país em um déficit de “2603,5 mil toneladas” (Brasil, Ministério da Agricultura, apud Salim, 1986, p. 334).

A Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba recebeu investimentos para essa indústria de bens de produção,

O maior projeto agroindustrial do estado de Minas Gerais, na segunda metade da década de 70, foi a indústria de fertilizantes, idealizada para atender à grande demanda interna de insumos agrícolas e às elevações do preço do produto importado. Com isso, as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, favorecidas pelas grandes jazidas de fosfatos e calcários, foram escolhidas para a localização dos investimentos. Os projetos foram para a instalação da indústria de fosfatos do Triângulo Mineiro (Valefertil), a indústria de fertilizantes Arafertil (Araxá) e a indústria de fosfato em Patos de Minas (Fosfertil), que exigiram investimentos que ultrapassaram os US\$ 300 milhões (Cleps, 1998, pp.173-174).

A assistência técnica necessária para a disseminação do conhecimento do uso desses insumos ficava a cargo da ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural, cuja atividade perdurou até 1975. Visava, com o aumento do uso dos insumos, também o aumento da produção agrícola e o desenvolvimento econômico. Com esses esforços, consegue-se a disseminação do uso de fertilizantes entre os produtores agrícolas, porém, “[...] a discriminação no uso dos fertilizantes não difere da encontrada [...] da distribuição do crédito rural [...] privilegiando os produtos e produtores mais dinâmicos e as regiões mais desenvolvidas” (Gonçalves Neto, 1997, pp. 209-210).

Houve ainda a indução para a utilização dos agrotóxicos, buscando o mesmo caminho de substituição de importações, pois pesquisas indicavam aumento significativo de seu

consumo nas unidades produtivas rurais, com baixa produção nacional e a nítida presença das multinacionais nessa produção interna. Em 1975, o governo lança o “Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), com o objetivo primordial de, em cinco anos, diminuir a dependência externa de 80% para 50% [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p. 210). Em 1979, os resultados de tais estímulos são observados, com o mercado brasileiro de agrotóxicos sendo o terceiro do mundo (Gonçalves Neto, 1997), terceiro do mundo em consumo de veneno.

Tivemos, também, no período, pesquisas voltadas para a melhoria de sementes, privilegiando as culturas de exportação, principalmente de *commodities*, que ficara a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisas agropecuárias - EMBRAPA¹³, criada em 1972 no bojo dessa reestruturação agrícola, sem a qual sua efetivação, a transformação da maneira de se produzir nas áreas do cerrado, não seria possível.

A mesma política que visava à substituição de importações de insumos químicos e aumento de sua oferta no mercado interno será aplicada aos insumos físicos, incentivando a produção de máquinas e equipamentos para a agricultura,

[...] A forma de alcançar esses objetivos continua sendo usar incentivos fiscais, subsídios, facilitar crédito para a sua aquisição etc. O desenvolvimento do setor tem início com a produção de tratores em 1960, dentro do Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas de Rodas, de 1959, que contou, além dos estímulos citados acima, com a proteção do mercado, garantida pela Lei do Similar Nacional e, posteriormente, com incentivos para exportação [...] (Gonçalves Neto, 1997, p. 213).

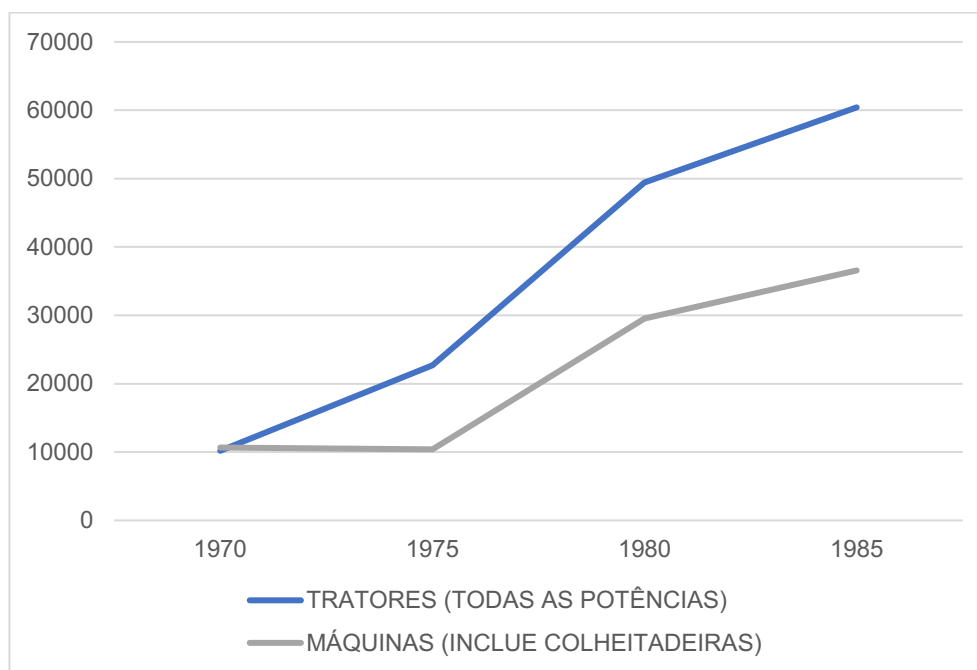
Abaixo, ilustração com dados do Estado de Minas Gerais sobre número de tratores e máquinas agrícolas em quatro momentos diferentes, 1970, 1975, 1980 e 1985. São tratores de diversas potências. Entre as máquinas inclui-se as colheitadeiras.

Os resultados desses estímulos também são observados no país, com alteração da “[...] relação trator/hectare de área plantada, saltando de 520 hectares por trator em 1960, para 130 hectares por trator em 1977 [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p. 214).

Como vimos os objetivos desses programas foram atingidos alterando substancialmente o consumo desses insumos tanto no Brasil quanto no estado de Minas Gerais.

¹³ A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi criada em 1972 pela Lei nº5851, de 7 de dezembro, “empresa pública, vinculada do Ministério da Agricultura, para promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisas, bem como produzir conhecimentos e tecnologias agrícolas, além de dar apoio técnico e administrativo a órgãos do poder executivo [...]”. (Gonçalves Neto, 1997, p.195)

Gráfico 1 - Minas Gerais: Número de Tratores e Máquinas (1970-1985)



Fonte: Elaboração própria.

Como é demonstrado no gráfico 1, o resultado desses incentivos foi o aumento no consumo dos insumos físicos na Unidade Federativa de Minas Gerais. Esse aumento, no período dos dados, demonstra o sucesso da indução estatal, que coloca o campo como consumidor de produtos industrializados, causando aumento no capital constante nas unidades produtivas, impactando o mercado de trabalho, com dispensa de mão-de-obra.

Foi instituído pelo governo federal, em 1972, o Programa Corredores de Exportação, com o qual “planejava assentar um fabuloso suporte infraestrutural (armazenagem, terminais expedidores etc.) na direção das vias agilizadoras do deslocamento das mercadorias provenientes do Centro-Oeste, rumo aos grandes portos do Centro-Sul” (Brandão, 1989, p.146).

No mesmo ano, o Banco de Desenvolvimento de Minas gerais lançou o projeto “Bases para uma ação integrada na região IV” propondo readequar a agricultura local (já bastante tecnificada) ao novo momento da “luta exportadora”. Segundo o documento, a região era extremamente suscetível a tais impulsos, pois dotada de “adequada estrutura fundiária, representada pelo menor número de minifúndios, infraestrutura de assistência técnica,

empresarial e topografia favoráveis que explicam a maior concentração de máquinas e implementos agrícolas” (Brandão, 1989, p. 146).¹⁴

Somado a esses programas, veio o esforço de integração dos cerrados à produção em larga escala do valor dado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)¹⁵ que criou em 1972 o Programa de Crédito Integrado – PCI, que “coadunava inteiramente com o programa federal intitulado Corredores de Exportação e se constituía em um dos principais desdobramentos da política agrícola preconizada pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)” (Salim, 1986, p. 309). Essa ação do BDMG, executada sob Minas Gerais, tornou-se o “paradigma para a elaboração de programas subsequentes, notadamente na esfera federal” (Salim, 1986, p. 309). Seu auge se deu entre 1972 e 1975, fundamentado sob os princípios do capital com administração empresarial e racionalidade técnica, orientou a agricultura para o mercado com uso intensivo de capital,

Contando com a participação articulada de vários órgãos estaduais, como a Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG), a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-MG) (hoje Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG), e o Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais (PIPAEMG) (hoje Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais – EPAMIG), esse programa visava, sob vários aspectos, assegurar maiores níveis de produtividade e de lucro ao empresário rural, não somente através da adaptação de culturas às melhores condições do solo da gleba, mas também concentrando a produção de tal modo que favorecesse as chamadas economias de escala, através da redução dos custos de produção. Uma das técnicas utilizadas para o planejamento agrário da gleba ou da região eram as fotografias aéreas que, propiciando o mapeamento sistemático, identificava não só a sua real situação, como a capacidade potencial do uso das terras. Com base nesses dados, eram definidas as melhores opções em termos de manejo do solo (conservação, rotação e preparo) e de técnicas culturais (fertilização, sementes selecionadas, tratamentos fitossanitários etc.), num período de três anos aproximadamente (Salim, 1986, p.310).

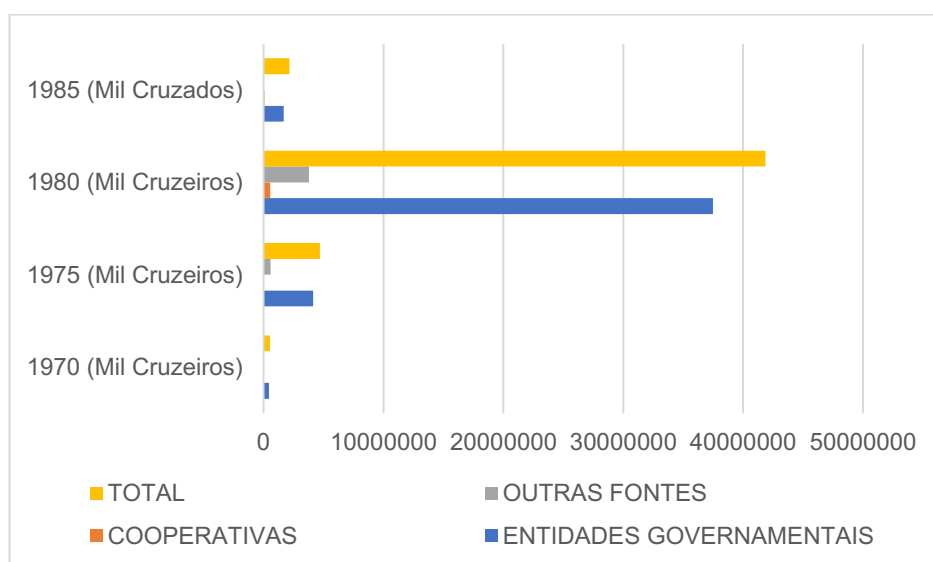
O Programa de Crédito Integrado - PCI teve seus recursos advindos do Banco Central do Brasil, por meio do Plano Estadual para Aplicação de Crédito Rural (PESAC), teve ainda recursos vindos do Banco Mundial, via empréstimos, “[...] no valor de 32,9 milhões de dólares a preços de 1973 [...]. Isto significou 38,8% dos recursos previstos para a implantação do

¹⁴ Região IV: Macrorregião do Triângulo Mineiro.

¹⁵ “[...] Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) – que entrou em funcionamento em 1963 -, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do Estado, oferecendo assistência financeira e técnica à indústria e à agropecuária.” (Guimarães, 2010, p. 186).

programa [...]” (Salim, 1986, p. 311). Esse programa teve, portanto, significativas quantias de dinheiro disponíveis e dado as condições de financiamento, “favorecendo sobremaneira os proprietários que detinham maiores patrimônios” (Salim, 1986, p. 312), com juros para o financiamento de insumos que eram de 0,6% ao ano, com amortizações também favoráveis, para capital de custeio, dois anos com seis meses de carência, para investimentos semifixos, animais e máquinas, cinco anos com dois de carência, para investimentos fixos, prazo de doze anos de amortização com três de carência, ou seja, o programa foi uma artimanha para a “transferência de recursos financeiros para os grandes proprietários” (Salim, 1986, p. 312).

Gráfico 2 – Minas Gérias - Fontes de Financiamentos da Agropecuária (1970-1985)



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 2 demonstra a origem dos créditos oficiais concedidos, a maior fonte é proveniente de entidades governamentais, principalmente do Banco do Brasil. Deixa nítido que a ação governamental foi de extrema importância para a execução da reestruturação agrícola, como colocado por Salim (1986), privilegiando os grandes proprietários, sendo, portanto, uma escolha política, por um modelo de agricultura conservador e excludente.

O PCI estendeu-se inicialmente à

Região do Triângulo Mineiro; depois foi estendido às regiões fisiográficas do Alto Paranaíba, Paracatu, Alto São Francisco, Alto Médio São Francisco e Zona Metalúrgica. A área programada no período 1972 a 1975 atingiu 52,7 mil Km² na região do Triângulo Mineiro, 34,9 mil no Alto Paranaíba, 51,2 mil em Paracatu, 10,2 mil no Alto Médio São Francisco e 2,9 mil Km² na Zona Metalúrgica (Cleps Junior, 1998, p. 126).

Assim, é a partir do

Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo e, posteriormente, com o I PND (1972-1974) que um conjunto de medidas conhecido como “política agrícola” passa a ser objetivado com o intuito de alterar o desempenho do setor agropecuário. Nesse período, tornou-se visível a preocupação do Governo em promover um crescimento da agricultura a taxas superiores a 7% ao ano, através de uma alteração nos “métodos de produção” propiciada por incentivos de crédito, assistência técnica e preços favoráveis no sentido de elevar os seus níveis de produtividade (Salim, 1986, p.305).

A esse processo soma-se a necessidade de produzir cada vez mais alimentos à crescente população urbana, cujo ritmo de crescimento tinha relações com a pressão inflacionária. Temos ainda a crise do petróleo nos primeiros anos da década de 1970, que corroeu as divisas internacionais do país, fazendo com que as políticas públicas privilegiassem a exportação de produtos agrícolas, as *commodities* (Alves, 2000).

Para a consolidação da ocupação capitalista em larga escala no cerrado, houve, em substituição à produção sob moldes tradicionais, não mecanizada, sem a utilização de insumos, a “agricultura da enxada” (Pessôa, 1982, p.58), os impulsos dados pelo Estado, “[...] voltado para a expansão da cultura de grãos — soja e arroz, principalmente — no cerrado do Brasil Central [...]” (Oliveira, 1999, p. 94). Este espaço, “[...] surge como uma possível solução das dificuldades e interesses mais imediatos. Dotado de uma rede viária que o coloca em comunicação com os centros mais industrializados do país, converte-se num local acessível e favorável [...]” (Salim, 1986, p. 306).

A ocupação do cerrado pela reprodução ampliada do capital na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi concomitante à ocupação de áreas do cerrado de outras Mesorregiões Geográficas, os programas visavam não somente esta Mesorregião objeto de estudo desse trabalho.

Na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a infraestrutura necessária para a possibilidade da produção e reprodução do capital via produção de mercadorias começou a ser construída e/ou modernizada a partir do Plano de Meta de Juscelino Kubitschek (1956-1960), que modernizou as vias de transporte, os meios de comunicação e construiu hidrelétricas, visando interligar a então futura capital federal, que estava sendo construída, à maior economia do país, a paulista. A infraestrutura será complementada a partir dos programas de financiamentos para que o cerrado mineiro e principalmente o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba possuíssem as necessárias condições à possibilidade de produção e reprodução do valor ampliado. A instalação dessa infraestrutura, fixação de trabalho morto, substância do valor, sob essa região, vai ter como um de seus resultados a alteração do preço da terra, concentrando-a.

O Estado, via Programa de Crédito Integrado – PCI, tinha alguns critérios para contemplar os projetos, sendo

[...] em torno de Cr\$16 milhões, a preços de 1980, e a área respectiva de cada financiamento ao redor de 483 hectares, fica evidenciado o caráter seletivo e excludente do programa, que, se não chegou a atingir as metas previstas, criou pelo menos condições propícias para a realização de uma série de investimentos produtivos, concentrando recursos nas mãos de uns poucos privilegiados (Salim, 1986, p.311).

Dessa forma, essa iniciativa trouxe mudanças significativas, como o aumento do consumo de insumos químicos, fertilizantes, corretivos de solo e agrotóxicos, e físicos, equipamentos e máquinas agrícolas. Além disso, incorporou produtivamente vastas extensões de terras e recuperou uma parcela também significativa de terras cuja fertilidade estava em esgotamento ou operavam em moldes tradicionais com baixa produtividade, e ainda se tornou modelo para um programa a nível federal, executado a partir de 1975, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO (Salim, 1986).

5.2 PADAP, POLOCENTRO e PRODECER

Antes do POLOCENTRO, houve um programa dirigido para áreas do cerrado o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP (1973-74), um “plano-piloto” de ação estatal buscando a “ocupação intensiva dos cerrados” (Brandão, 1989, p.146), que nasceu como¹⁶,

resultado da articulação do governo estadual mineiro e a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), com ligações com o governo japonês, e foi implantado entre 1973/74 em quatro municípios da região do Alto Paranaíba (Campos Altos, Ibiá, São Gotardo e Rio Paranaíba). O objetivo do programa foi o de assentar descendentes de imigrantes japoneses em uma área de 60 mil hectares, cerca de 90 colonos previamente selecionados pela CAC, em áreas médias de 250 hectares. No primeiro ano de implantação do PADAP foram introduzidos os cultivos de café, soja e arroz, passando-se ao segundo ano com o cultivo de trigo e, no terceiro ano, foram definidas as culturas básicas do projeto: soja, trigo e café (Clepes, 1998, pp.127-128).

As ações aí implementadas, com

¹⁶ Interessante notar como o Japão desenvolveu grande interesse pela agricultura brasileira. Após a Primeira Guerra Mundial, esse país comprava algodão e não “somente estava disposto a comprar, mas enviara mão-de-obra para plantar e colher, capitais para montagens de casas de comércio, navios para o transporte da produção” (Monbeig, 1984, p.117). Teve relação com o PADAP e, como veremos nas páginas seguintes, está inserido no PRODECER.

[...] experiências modelos de agricultura intensiva que deveriam ser imitadas pelas áreas de cerrado. De sorte que “a partir do PADAP – o Estado passa a regular e intervir diretamente na própria utilização e posse da terra, ou seja, adequa a propriedade (privada) rural (seu tamanho) ao interesse para o cerrado, desapropriando a área onde seria implantado o programa, utilizando-se da legislação à época sobre reforma agrária” (Brandão, 1989, p.146-147)

Em 1984, o número de assentados por esse programa era de 180 colonos. O PADAP colocou em marcha o desenvolvimento de infraestrutura, disseminou assistência técnica, incentivou o cooperativismo, promoveu o crédito rural subsidiado, selecionou e limitou o número de colonos e, por isso, o PADAP foi eleito como um dos programas que servirá como modelo para a exploração agrícola da região dos cerrados, vai ser base para outros “programas como os PRODECERs, o PADSA e o PADVALE” (Cleps Junior, 1998, p. 128). Para a materialização desse programa, o governo desapropriou, sob argumentação de ser para interesse social, “um latifúndio com área superior a 20 mil hectares, além da destinação de recursos da ordem de US\$ 200 milhões para o programa” (Cleps Junior, 1998, p. 128).

O PADAP teve vários problemas, como a marginalização da população da área do projeto, que serviu como mão-de-obra temporária. As infraestruturas e a produtividade elevaram o preço da terra, colocando a especulação e expulsando os pequenos proprietários para os centros urbanos. Outro fator que contribuiu para a concentração da terra foi a forma de agricultura praticada, aquela para grandes proprietários de capital, os retornos só se concretizam a partir da segunda safra.

Assim, estes programas, que tiveram suas execuções no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, vão servir de modelo para os subsequentes. O PCI vai ser a base para um novo programa, que abrangerá toda a sua área e será estendido para outras áreas do cerrado, com exceção das áreas do Alto São Francisco e da Zona Metalúrgica. Com isso, um novo programa foi criado pelo presidente da República,

[...] através do decreto nº 75.320 de 19 de janeiro de 1975, o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. O objetivo era tornar ainda mais atrativos esses domínios ao capital nacional e estrangeiro. Para tanto continuou mantendo a política de crédito subsidiado, além de ampliar a rede de infraestrutura de comercialização, principalmente de transporte e armazenamento. Investiu também na criação e ampliação de empresas de assistência técnica e de pesquisas, estas últimas sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA). Tal empresa se encarregaria de investir em pesquisas para o melhoramento genético das culturas agrícolas, sobretudo no caso da soja, amplamente favorecida por esse Programa, e ainda, difundir o uso de tecnologias para o aproveitamento dos cerrados (Alves, 2000, p.56).

Para atender os objetivos desse programa, houve a criação do Centro Nacional de Pesquisa da Soja, ligado à EMBRAPA, tornando essa *commodity* um dos principais produtos da balança comercial brasileira. O sucesso dessa empreitada governamental está justamente nesses investimentos em amplos setores para a efetivação da modernização da agricultura sob o cerrado,

[...] uma das principais condições de êxito relativos a tais programas foram as grandes quantias despendidas a fundo perdido e que se destinavam tanto ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, na tentativa de gerar tecnologias agrícolas mais adequadas, quanto aos investimentos em infraestrutura básica para suporte às atividades produtivas propriamente ditas (Salim, 1986, p.309).

A pesquisa e experimentação agropecuária coube quase que inteiramente à EMBRAPA, por meio de seu Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), que ganhou destaque com o programa, realizou:

- 1) inventário dos recursos naturais e socioeconômicos da região;
- 2) pesquisas para o aproveitamento dos recursos de solo-clima-planta; e
- 3) desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para a alteração dos métodos de produção existentes na região (Salim, 1986, p.318).

Pois, foi então sob inspiração do PCI e do PADAP e dentro do II PND, que o POLOCENTRO preconizou a expansão da estratégia de ocupação de novas áreas, que estavam sob produção de mercadorias, porém com baixa produtividade, para a produção e reprodução do valor em larga escala, visava para tanto, a racionalização da produção, via substituição da agricultura tradicional pela mecanizada, com grande incremento de insumos e equipamentos técnicos,

Todos os programas especiais de ocupação agrícola do POLOCENTRO propostos pelo Governo Federal foram orientados dentro da concepção de polos de desenvolvimento e abrangeram uma extensa área dos cerrados e um conjunto de estados localizados na região Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais [...] (Cleps Junior, 1998, p.129).

Essa reestruturação produtiva do cerrado necessitava de profundas mudanças nas infraestruturas,

[...] para que lograsse sucesso a incorporação e o ajuste dos cerrados aos ditames do desenvolvimento industrial. Neste sentido, apoiar-se-iam: a utilização intensiva de corretivos de solo, a eletrificação rural, o reflorestamento, a mecanização, a construção de um sistema de transporte e armazenagem, o desenvolvimento da extensão rural e a adequação fundiária (Brandão, 1989, p. 147).

O cerrado tem terras com condições para essa reestruturação, a topografia com poucos acidentes facilita a utilização de equipamentos mecânicos de grande porte, o solo, apesar de arenoso, pobre em nutrientes e com alto nível de acidez, é bem drenado e com boa permeabilidade. Essas características tornavam esse ambiente apto ao

[...] pacote agrícola internacionalmente definido e controlado [...] os agentes das grandes inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas eram alguns poucos e grandes grupos internacionais que podiam assim impor a seletividade do próprio pacote, que requeria uma escala mínima de utilização (Brandão, 1989, p.148).

O POLOCENTRO não foi homogêneo para todo o cerrado, concentrou-se em áreas estratégicas, que tinham potencial agrícola favorável, “[...] foram selecionadas inicialmente doze áreas prioritárias: três em Minas Gerais, duas em Mato Grosso do Sul, duas em Mato Grosso e cinco em Goiás [...]” (Salim, 1986, p. 315). Em Minas Gerais, esse programa estabeleceu-se sob áreas da Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, ao longo da rodovia BR 365, entre Patrocínio e Canápolis, no Alto Médio São Francisco e Vão do Paracatu (Salim, 1986).

O Programa tinha por meta principal incorporar, no período de 1975 a 1979, 3 milhões de hectares de cerrado à agropecuária, sendo 1,8 milhões com lavouras (Salim, 1986). Apesar de o crédito ser o atrativo maior e que teve o maior destaque no programa, as principais medidas foram:

O POLOCENTRO deverá consistir na conjugação da pesquisa, experimentação e promoção da agropecuária, florestamento-reflorestamento, assistência técnica e crédito rural orientado, aliado ao fortalecimento da infraestrutura básica de apoio (estadas vicinais, eletrificação rural, armazenagem, comercialização etc.) dentro das seguintes linhas principais:

1. Pesquisa e experimentação agropecuária, através principalmente da EMBRAPA, do Centro Nacional de Pesquisa do Cerrado, a ser criado, do Centro do Arroz, Universidades e demais entidades especializadas inclusive estaduais;
2. Promoção e extensão agropecuária através de:
 - a) apoio aos governos do Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, com vista ao fortalecimento de seus organismos voltados para a mecanização agrícola e extensão rural;
 - b) apoio creditício, principalmente a projetos integrados, provendo-se taxa especial de juros para o financiamento de desmatamentos e conservação do solo, além de amplos recursos para corretivos do solo e fertilizantes, de acordo com o que vier a ser estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. Os financiamentos poderão ser concedidos em toda a área dos cerrados, nos Estados considerados do Programa;
3. Estímulo aos projetos de florestamento-reflorestamento, beneficiários dos incentivos fiscais (FISSET);
4. Estradas vicinais;
5. Eletrificação rural;

6. Implantação de sistema de beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos agrícolas;
7. Estímulo à produção e comercialização regional de calcário e de outros insumos agrícolas;
8. Regularização Fundiária” (Brasil. Presidência da República, 1975, p.11 e 12, apud Salim, 1986, p.317-318)

Foi a partir de 1975 que as ações efetivas para a incorporação do cerrado se materializam, é com o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1974 -1979), cujo objetivo foi o aumento da produção e produtividade agrícola por meio de apoio financeiro, com isso visava-se alterar a infraestrutura básica de produção para aumentar a participação da agropecuária na renda interna do país para que proporcionasse uma dinamização da economia, pois traz o aumento do emprego de insumos e bens de capitais e tem a possibilidade de alterar a balança comercial do país por meio das exportações de produtos agrícolas (Salim, 1986).

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) trazia como estratégia a expansão da fronteira agrícola brasileira, a especialização da produção e a alteração da infraestrutura produtiva por meio da implementação de novas tecnologias, visando o aumento da produção e da produtividade. Com isso, integra-se a agricultura à indústria,

[...] Dessa forma, o Governo tornou-se o principal agente na indução da transferência de capitais para o setor agrícola, dotando-o de bases empresariais sólidas. Isso tem-se concretizado através da transformação das condições materiais de produção e da substituição de uma forma de produção por outra, através de emprego de maiores conhecimentos científicos e tecnológicos, capazes de favorecer o progresso técnico da agricultura nestas áreas (Salim, 1986, p. 308).

A indução do Estado à modernização agrícola do cerrado, portanto, se deu naquele momento, do II PND, através do “crédito rural orientado, assistência técnica seletiva, seguro contra riscos, incentivos fiscais etc.” (Salim, 1985, p.308). O que resulta em atração e territorialização de investimentos para as áreas do cerrado.

Após esse programa, teremos outro na sequência, também com acordos diretos com os japoneses, como foi o PADAP, esse foi constituído em fases, e em simultâneo teremos um programa para facilitar a aquisição de equipamentos de irrigação, vejamos os seus processos.

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, criado em 1979, foi resultado de acordo de parceria entre o Governo brasileiro e japonês firmado em 1976. Visava a integração de terras das regiões Centro-Oeste e Norte ao capitalismo, por meio de “grandes unidades agrícolas, com sólido suporte empresarial, ao lado de fazendas de pequeno e médio porte, fundamentadas no sistema de operação cooperativista” (Salim, 1986, p. 327). Mais uma vez, o intuito era o de promover a reestruturação agrícola para

aumento de produtividade com o objetivo de melhorar a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional. Para tanto, havia também o objetivo de investimentos na infraestrutura produtiva, tanto para armazenamento quanto para o escoamento, assim estava previsto a construção de ferrovias, portos, silos e armazéns, para, dessa forma, facilitar a exportação.

A sua coordenação coube a uma empresa binacional denominada de Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), cujo capital era proveniente em 51% da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BASAGRO), uma holding composta por 44 acionista, sendo os principais: o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A (BNCC), Banco da América do Sul, Banco do Brasil, Banco Nacional, UNIBANCO, DESENBANCO, Banco da Amazônia; empresa estatais como a Companhia Vale do Rio Doce¹⁷, Companhia Brasileira de Armazenamento (CIABRAZEM), a Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), COBEC e empresas privadas, algumas produtoras de insumos e maquinária agrícola, entre elas: Cataguases Leopoldina, Cica Norte, Manah, Eucatex, Solorrico, Minasa, Brahma, Nutrícia, Florestal Acesita, MADAL e Granja Resende (Salim, 1986; Cleps Junior 1998).

A outra parte do capital restante da CAMPO (49%) pertencia à *Japan Brazil Agricultural Development Corporation* (JADECO), *holding* japonesa cuja liderança estava com a *Japan International Corporation Agency* (JICA), com participação do Banco de Tóquio, Central de Cooperativas do Japão, Banco Nacional de Crédito Agrícola e Florestal e as empresas MITSUI, MITSUBISHI, TOSHIBA, MARUBENI, SUMITOMO, ISHIKAWAJIMA, YAKULT, KAWASAKI, KOMATSU, C. ITOSH etc. (Salim, 1986 e Cleps Junior, 1998).

A primeira fase do PRODECER foi uma experiência piloto atingindo uma área de aproximadamente 60.000ha em Minas Gerais, sob os municípios de Iraí de Minas, Nova Ponte, Coromandel, Patrocínio, Romaria, Guimarães, Patos de Minas, Paracatu e uma pequena parte do município de Unaí, sendo todas as áreas dentro das áreas do POLOCENTRO (Salim, 1986) (Cleps Junior, 1998). Torna-se importante mais uma vez frisar que não eram terras sem ocupação da forma valor, são áreas que já estavam ocupadas pela produção de mercadorias. Na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a “modernização agrícola” não se deu sob áreas de expansão da fronteira agrícola, ela já estava fechada.

¹⁷ Naquele momento, uma companhia estatal.

Em termos gerais, as condições de empréstimos nesse programa se assemelham com as do POLOCENTRO, diferem onde esse oferecia também uma linha de crédito fundiária, com prazo de 20 anos e juros de 12% a.a., para a aquisição de terras.

Na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, de grande relevância foi o Projeto de Colonização de Iraí de Minas, executado sob a égide do PRODECER,

cuja área inicial era de 8,9 mil hectares e que foi entregue a 26 colonos. Executada pela então Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. (COSUEL), do Rio Grande do Sul - atual Cooperativa Agrícola Mista Iraí Ltda. (COPAMIL) -, esse projeto tem sido de grande impacto para as transformações produtivas da região do cerrado no oeste mineiro. Do ponto de vista agrícola, o papel desempenhado pela cooperativa foi atuante no sentido de ampliar enormemente o espaço incorporado dos cerrados e de inserir novos agricultores na região (especialmente gaúchos), servir como campo de aplicação e veículo de difusão das novas tecnologias nas variedades de plantas e produção de sementes (milho e soja, sobretudo), estimular o uso de agroquímicos diversos, atuação esta realizada através de parcerias com empresas privadas e órgãos oficiais de pesquisa (Cleps Junior, 1998, p. 133).

Esse programa servia de modelo às áreas que ele não atingia, e dado os mecanismos de concorrência, todas as unidades produtivas do campo, dentro dessa região, terão que se adaptar a essa nova realidade ou não conseguirão atingir a média socialmente útil de tempo de trabalho, o que acarreta prejuízos. Os programas elaborados para áreas específicas efetivam seus objetivos também onde não se estenderam seus tentáculos diretamente.

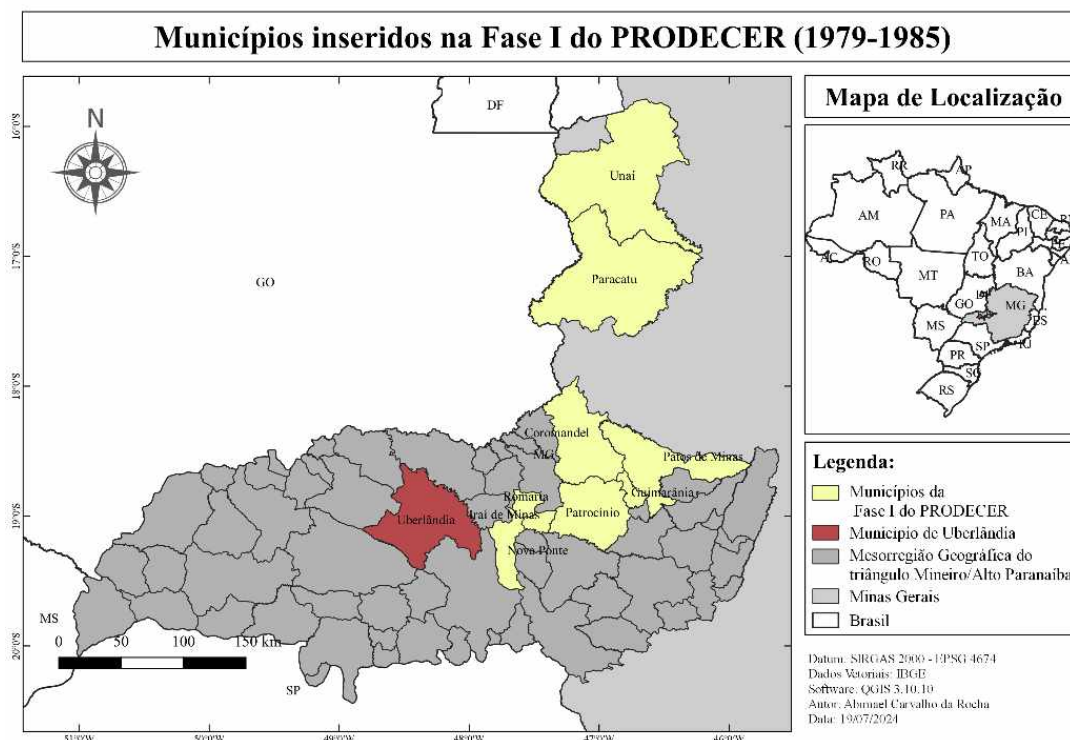
A localização e a área de abrangência dos projetos executados pelo PRODECER I (1979 a 1985) foram:

1) Projeto de Colonização de Iraí de Minas (Iraí de Minas), abrangendo 8.910 hectares, distribuído em 26 lotes com área média de 343 hectares.; 2) Projeto de Colonização Mundo Novo (Paracatu), com uma área total de 23.100 hectares, com 50 lotes de área média de 462 ha; 3) Projeto de Colonização Coromandel (Coromandel), com 18 lotes de área média de 333 ha, somando 6.000 hectares; 4) Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial do Cerrado - CDAC (Paracatu), numa área total de 10.120 ha.; 5) Curral do Fogo Agroindustrial S.A. (Unaí), com área de 4.840 ha e, 6) Fazenda Coromandel, pertencente a CAMPO, com área de 5.784 ha. (Cleps Junior, 1998, p.133).

Em Iraí de Minas, Coromandel e Paracatu,

O modelo de agricultura proposto para o cerrado teve indicação certa. Os participantes deste programa não foram os proprietários tradicionais (agricultores, pecuaristas, meeiros, arrendatários) residentes nos referidos municípios. A escolha foi feita pelas cooperativas que se responsabilizaram por cerca de 80% do pessoal e pela CAMPO que se encarregou dos 20% restantes” (PESSÔA, apud Cleps Junior, 1998, p.139).

Figura 3 - Municípios Contemplados na Fase I do PRODECER (1979-1985)



Fonte: Elaboração própria.

A segunda fase do PRODECER, ou PRODECER II (1985-1993), tinha por objetivo promover a produção de grãos em 200 mil ha e assentar “agricultores selecionados em lotes de 250 a 400 hectares, compreendendo 15 projetos em cinco estados brasileiros: sete projetos em Minas Gerais, três em Goiás, dois na Bahia, dois em Mato Grosso e um em Mato Grosso do Sul” (Cleps Junior., 1998, p.137).

Devido ao cenário internacional e nacional desfavorável do período de implementação dessa segunda fase do PRODECER, os agricultores tiveram créditos diferentes, mais caros e ainda tiveram que incorporar outros custos como o dos insumos e maquinários, porém “esses agricultores contavam com vantagens tais como: subsídios nas taxas de juros dos créditos obtidos, correção monetária parcial, baixos preços da terra, assistência técnica e outros. Os projetos desse programa foram responsáveis ainda pela introdução de novos cultivares irrigados, como a fruticultura e a olericultura, e promoveram a diversificação na criação de animais com a suinocultura e a bovinocultura de corte.

A terceira fase do PRODECER, ou PRODECER III, insere-se dentro de uma realidade de dificuldades do Governo em oferecer grandes volumes de créditos e com cortes nos subsídios. Suas ações foram com as construções de,

infraestrutura de transporte e energia liberação de financiamento direto ao produtor agrícola para as culturas de soja, milho e arroz abrangendo, em ordem de destinação de volumes de recursos, os estados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins. Os investimentos iniciais do PRODECER III somam cerca de US\$ 850 milhões, onde cerca de 40% destina-se a Minas Gerais (em torno de US\$ 300 milhões), para ser aplicado na construção do ramal ferroviário Pirapora-Unai (US\$ 200 milhões), da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); o restante desse percentual destina-se aos produtores rurais mineiros para a compra de máquinas e implementos agrícolas, com condições especiais de pagamento, além de projetos de silvicultura para atender a carvoarias, siderúrgicas e indústria moveleira mineira (Cleps Junior, 1998, pp.137-138).

Até 1998, o PRODECER III já havia envolvido mais de 40 mil hectares de terras no município de Pedro Afonso, no estado de Tocantins, para a produção de soja, e já se vislumbrava a expansão para outras áreas, seguindo em direção à transição entre os Domínios Morfoclimáticos do Cerrado e o Amazônico.

Nas ilustrações seguintes, podemos observar a extensão de terras onde esse programa executou seus projetos, assim como o número de produtores beneficiados e o montante de dinheiro proveniente do financiamento.

Quadro 3 - Projetos da Fase 1 do PRODECER (1979-1985)

Nome do Projeto/ Empresa	Localização	Área do Projeto (em hectares)	Número de Produtores Beneficiados	Tamanho Médio dos Lotes (em hectares)	Valor dos Investimentos (em mil US\$)
1. Projeto de Colonização Mundo Novo CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia –Coop. Central	Paracatu-MG	23.100	48	462	26.500
2. Projeto de Colonização Iraí de Minas COPAMIL – Cooperativa Agrícola Mista Iraí Ltda	Iraí de Minas-MG	8.910	26	342,7	11.610
3. Projeto de Colonização Coromandel Associação de Produtores de Coromandel	Coromandel-MG	6.000	18	333,3	4.800
4. Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros PCPER – I	Paracatu-MG	10.315	41	251,6	17.120
5. Fazenda Coromandel CAMPO	Coromandel-MG	5.784	(*)	—	—
6. Cia. de Desenvolvimento Agroindustrial Cerrado CDAC	Paracatu-MG	10.120	(**)	—	—
7. Curral do Fogo Agroindustrial CFA	Unaí-MG	4.840	(***)	—	—
Total	—	69.069	133	—	60.030
(*) Fazenda de experimentos e produção de sementes básicas melhoradas de milho, soja, feijão e trigo; (**) Empresa agrícola formada pela associação entre a CAMPO, JADECO, Banco América do Sul, BEMGE entre outros, para a produção de arroz, soja, trigo e café; (***) Empresa controlada por capitais privados (família Vitor Ribeiro, com mais de 70% de ações) em associação com a CAMPO e BRASAGRO, para a produção de soja, milho, arroz, feijão, ervilha e tomate.					

Fonte: Adaptado de Cleps Junior., 1998, p.134.

Quadro 4 - Projetos da fase 2 do PRODECER (1985-1993)

Nome do Projeto/ Empresa	Localização	Área do Projeto (em hectares)	Número de Produtores Beneficiados	Tamanho Médio dos Lotes (em hectares)	Valor dos Investimentos (em mil US\$)
PROJETOS DE EXPANSÃO					
1. Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros II / COOPERVAP- Coop. Agrop. Vale do Paracatu Ltda.	Paracatu – MG	10.843	28	387,2	23.655
2. Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros III / COOPERVAP- Coop. Agrop. Vale do Paracatu Ltda.	Paracatu – MG	5.953	20	297,6	19.317
3. Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros IV / COOPERVAP- Coop. Agrop. Vale do Paracatu Ltda.	Paracatu – MG	3.984	10	398,4	9.103
4. Projeto de Colonização Bonfinópolis/ FEMECAP – Federação Meridional das Cooperativas Agrop. Ltda.	Bonfinópolis e Unaí – MG	16.588	49	338,5	38.300
5. Projeto de Colonização Piratinga/ COOPERTINGA – Coop. Agropecuária da Região de Piratinga Ltda.	Formoso – MG	20.643	53	389,5	41.800
6. Projeto de Colonização Buritis/ COOPAGO - Coop. Agropecuária do Planalto Goiano Ltda.	Butitis – MG	17.004	42	404,8	24.200
7. Projeto de Colonização Guarda-Mor/ SULBRAS – Coop. Central Agr. Sul Brasil Ltda	Guarda-Mor – MG	11.916	37	322	24.350
8. Projeto de Colonização Paineiras/ COCARI – Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari Ltda.	Ipameri e Campo Alegre-GO	8.274	29	285,3	23.129
9. Projeto de Colonização Cristalina/ COCARI – Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari Ltda.	Cristalina-GO	6.115	16	382,2	9.428
10. Projeto de Colonização Buriti Alto/ COPACEN – Coop. Agropecuária do Planalto Central Ltda.	Niquelândia, S.J. da Aliança, Planaltina de	15.615	40	390,4	35.650

	Goiás, Água Fria e Alto Paraíso – GO				
11. Projeto de Colonização Alvorada/ CAMAS – Coop. Agrícola Mista Alvorada do Sul Ltda.	Água Clara – MS	22.001	56	392,9	26.096
PROJETOS PILOTO					
12. Projeto de Colonização Ouro Verde/ CAC- Coop. Agrícola de Cotia- Coop. Central	Formosa do Rio Preto – BA	16.404	48	341,7	26.000
13. Projeto de Colonização Brasil Central/ COACERAL – Coop. Agrícola do Cerrado do Brasil Central Ltda.	Formosa do Rio Preto – BA	15.028	38	395,5	24.000
14. Projeto de Colonização Ana Terra/ COOPERCANA – Coop. Agropecuária Mista Canarana Ltda.	Tapurah – MT	18.600	40	465	22.000
15. Projeto de Colonização Piúva/ COOPERLUCAS – Coop. Agropecuária Lucas Rio Verde Ltda.	Lucas do Rio Verde e Mutum – MT	16.717	39	428,6	28.000
Total:		205.685	545		375.028

Fonte: Adaptado de Cleps Junior (1998, p. 135-136).

Quadro 5: Projetos da Fase 3 do PRODECER (1993-1998)

Nome do Projeto/ Empresa	Localização	Área do Projeto (em hectares)	Número de Produtores Beneficiados	Tamanho Médio dos Lotes (em hectares)	Valor dos Investimentos (em mil US\$)
1. Projeto Balsas CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola e Batavo Nordeste	Balsas (MA)	40.000	60	654	76.600 (1)
2. Projeto Pedro Afonso CAMPO/ Cooperativa Mista São João Ltda.	Pedro Afonso (TO)	40.000	41	500	76.600 (1)
3. Projeto Javaés (2) JICA	Formoso do Araguaia (TO)	162.000	N/d	N/d	120.000
Total	—	242.000	—	—	273.200
(1) Valores estimados com base nos investimentos totais previstos para os dois projetos, de US\$153,2 milhões. (2) Projeto desenvolvido pelo governo do Estado de Tocantins em cooperação com a Agência JICA para o fornecimento exclusivo de arroz para o Japão.					

Fonte: Adaptado de Cleps Junior (1998, p.136).

As ilustrações permitem dimensionar a extensão de terras que foi incorporada à reprodução ampliada do capital: na Fase I, 69.069 hectares, na Fase II, 205.685 hectares, na Fase III, até 1998, 242.000 hectares, totalizando 516.754 hectares postos à serviço da busca da valorização do valor, atingindo na I e II fases, 678 produtores. O financiamento das Fases I, II e III, esta última fase sendo com números de 1998, tem um montante de 708258 milhões de dólares.

O PRODECER teve sucesso, portanto, na incorporação de vasta extensão de terras para a busca da tautologia do valor, promovendo nas localidades de sua execução alteração da forma produtiva, instaurando a mecanização, a utilização de insumos químicos, visando o aumento de produtividade.

Completando os programas de reestruturação agrícola, teremos um destinado à irrigação, contemplando uma questão importante na produção agrícola, já que na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba as chuvas são abundantes no verão e escassas durante o inverno, sendo que este espaço tem um tipo climático que é dominado por duas estações anuais.

O Programa de Financiamento de Equipamentos e Irrigação - PROFIR foi criado pelo Decreto nº 86912 de 10 de fevereiro de 1982, com o objetivo de implantação de sistemas de irrigação para aumento de produtividade nas áreas de cerrado, sobretudo nos períodos de estiagem. Na primeira fase, 37,5% dos recursos foram provenientes de empréstimos externos. Soma-se a essa questão que boa parte dos equipamentos técnicos foram importados, pois a indústria nacional não tinha condições de atender à demanda. Visava o aumento da produção de grãos, sobretudo o de trigo, e assim aumentar a disponibilidade para o mercado interno e gerar excedente para exportação desse produto (Salim, 1986).

O programa visava grandes propriedades e essa escolha foi política, mantém o processo concentrador de terras e riqueza e fica de acordo com a composição das forças políticas atuantes. A tecnologia implementada possui dimensões operacionais para grandes dimensões de terra, poupa mão de obra e eleva a produtividade e a lucratividade. A concentração fundiária expropria os pequenos proprietários, eleva a sazonalidade do trabalho e onde as áreas são mais desenvolvidas há despovoamento. Essa tecnologia adotada na modernização por esses programas, além de ser altamente seletiva, seu acesso se dá de forma desigual pelos segmentos de produtores rurais, ainda eleva a necessidade de energia e insumos, aumentando a importação e, assim, aumentando a dependência externa.

5.3 Pesquisa e extensão rural

O desenvolvimento de pesquisas e novas tecnologias, assim como sua disseminação, por meio da extensão rural, coube nesse processo principalmente a organismos estatais. O protagonismo ficou com a EMBRAPA e a EMBRATER¹⁸, com custo zero para os produtores. Sob a responsabilidade da EMBRAPA estava o desenvolvimento de inovações adaptadas à realidade física do cerrado, assim, concentrou-se nas “inovações biológicas: novos cultivares [...], melhoria genética para a pecuária, controle de pragas e moléstias, etc.” (Gonçalves Neto, 1997, p.195), ou seja, essa produção científica foi realizada com dinheiro público para serem apropriadas de forma privada, já as “inovações mecânicas e físico-químicas, que podem ter seus benefícios apropriados e patenteados e são de retorno mais rápido [...] são dominadas pelo grande capital industrial, seja ele estatal, multinacional ou nacional privado” (Gonçalves Neto, 1997, p.195).

As pesquisas desses órgãos públicos para o desenvolvimento da agropecuária e a disseminação por via da extensão rural, da mesma forma que o crédito rural, privilegiaram algumas culturas, notadamente as de exportação, beneficiando também as indústrias interligadas ao processo de reestruturação agrícola. Sem a atuação da EMBRAPA e da EMBRATER¹⁹ não seria possível a ocupação de áreas de cerrado da mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, dos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás etc.

Não é a elevação da composição orgânica do capital em si – resultante de maior aumento do capital constante em relação ao capital variável, tendo a mecanização como um dos seus principais componentes – o responsável pela elevação do quantum produzido por hectare. É o aumento da quantidade de mercadorias produzidas numa mesma área a principal condição de geração da renda diferencial. Desde modo, cabe à pesquisa agropecuária encetada pelos organismos estatais um papel fundamental no incremento da produtividade agrícola nos cerrados, pois ao promoverem, através de melhoramentos genéticos, inovações biológicas nas principais linhagens de produtos agrícolas, estão também gerando de forma associada os chamados “pacotes tecnológicos por produtos”. Tais pacotes implicam quase sempre o aumento do consumo dos insumos modernos destinados à agropecuária, notadamente os fertilizantes químicos e agrotóxicos como herbicidas, inseticidas e fungicidas (Salim, 1986, p.338).

¹⁸ A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), foi criada pela Lei nº6126, em 6 de novembro de 1974, substituiu “as ACARs pelas Ematers estaduais, formando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p.204).

¹⁹ “[...] o público potencial atingido pela empresa, no final da década de 1970, estava em torno de 14% dos produtores rurais, outros dados, da de 1977, indicavam que os produtores que se esperava atingir pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) incluíam 36% das empresas e latifúndios do país e apenas 4% dos minifúndios [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p.205).

Também aqui podemos ver o Estado como o principal agente e articulador, utilizou-se dos recursos de toda a sociedade para benefício dos grandes produtores rurais e das indústrias que estão em direta relação com essa produção agropecuária. Foi feita a adaptação de sementes de soja, assim como de tecnologias específicas, que permitiram a intensa ocupação e transformação de áreas do cerrado por essa *commodity*. Esse pacote tecnológico significa que, “[...] ao adquirirem as sementes, os produtores eram obrigados também a incorporar à produção uma série de normas e novos objetos técnicos, como os fertilizantes, produtos fitossanitários, pesticidas e adubos, que os tornavam ainda mais dependentes das firmas transnacionais” (Frederico, 2008, p. 129).

Isso promoveu alteração na forma de ocupação da terra, privilegiando os grandes produtores em detrimento dos pequenos e da produção de alimentos. Assim, podemos perceber que a ocupação do cerrado pela agricultura em larga escala, em todos os seus âmbitos, teve o Estado como principal viabilizador.

A alteração que se processou é na composição orgânica do capital no campo, a implementação do pacote tecnológico alterou significativamente a forma de trabalho, a produção e a produtividade,

[...] a região sintetizou profundamente a verdadeira revolução na base técnica e nas relações de produção que se processaram no campo brasileiro. Sua agricultura passou a ocupar a posição de “variável dependente” na cadeia de múltiplas junções de capitais agroindustriais. Ou seja, está a região a perder, cada vez mais, a autonomia de sua reprodução enquanto setor produtivo, e assim, ser encarada como mais de um (mero) espaço de valorização do capital, seja como diversificação dos capitais locais, seja como locus privilegiado de penetração dos capitais forâneos, cabendo destaque ao grande capital estrangeiro (Brandão, 1989, p.153-154).

Essa reestruturação produtiva causou profundas transformações na agricultura brasileira. O país estava com uma estrutura econômica em forma de arquipélagos, com as regiões “fechadas” (Oliveira, 1977), sem a mobilidade do trabalho, se reproduzindo internamente, para ao final ter uma “integração” nacional com a dissolução das regiões e a configuração de um mercado nacional. No início dessa alteração produtiva no campo, a Mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba era o capital mercantil, apoiado na compra dos excedentes regionais e venda ao maior mercado nacional, que centralizava a economia. A partir de então, haverá a dominação por capitais industriais e financeiros, nacionais e internacionais. A reestruturação da produção agrícola é também a implosão das regiões, causou a “abertura” das regiões aos capitais externos a elas.

5.4 A agroindustrialização do Triângulo Mineiro

Como vimos, no desenvolvimento da modernização agrícola, houve mudança nos hábitos, na forma de se produzir, dos produtores rurais a partir da introdução dos elementos técnicos e científicos que alteraram a composição orgânica do capital nas unidades produtivas rurais, com aumento de produtividade,

[...] o processo de integração técnica agricultura-indústria foi ainda fortemente impulsionado pela modernização da indústria processadora de insumos rurais, a qual em interação com o setor produtivo agrícola, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio constituem verdadeiros complexos ou “sistemas agroindustriais” interligados (Delgado, 2012, p. 16).

Essas alterações atraíram para a região, sob indução estatal, empresas ligadas à produção de bens de produção que serão utilizados enquanto insumos necessários às atividades no campo. Algumas dessas empresas irão atuar subsidiando a produção através da alteração das características naturais da mesorregião, submetendo os elementos naturais à razão instrumental, assim buscam alterar a química do solo por meio de corretivos que alteram o PH, tornando-o propício à prática agrícola, já que o solo do cerrado tem a característica de ser ácido. Também teremos as empresas que irão produzir os fertilizantes, aumentando a possibilidade de se produzir cada vez mais.

Assim, através da cientificidade, houve as alterações necessárias para a superexploração do solo, correção dos problemas de erosão, aumento da fertilidade, combate às enfermidades das plantas, pragas no solo ou nos vegetais, sempre visando os corretivos para se atingir altos índices de produtividade, ou seja, é uma agricultura dependente da indústria, o que levou à formação do Complexo Agroindustrial (CAI) na mesorregião.

CAI diz respeito à rede [de] articulação estabelecidas entre as indústrias que beneficiam/transformam os produtos da agricultura, as indústrias que fornecem insumos mecânicos, químicos e biológicos para a agricultura e, ainda, a agricultura propriamente dita. É a agricultura tendendo a se transformar num mero “setor” da indústria, pois que se vê premida e jungida à montante e à jusante ao domínio do capital industrial, participando subordinadamente da reprodução ampliada do grande capital agroindustrial que coleta, armazena, beneficia, transforma e distribui os bens agrícolas e lhe impõe o consumo de bens industriais (Brandão, 1989, p. 156).

O município de Uberlândia atraiu a maior parte dessas empresas, que se posicionam tanto a montante, quanto a jusante das unidades de produção do campo, completamente inseridas nesse processo de reestruturação da produção agrícola promovida tanto no município quanto na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, quanto nos estados

do Mato Grosso do Sul e sul do estado de Goiás. Algumas dessas empresas estavam desde o início do processo, como a de fertilizantes, outras foram se estabelecendo enquanto subsidiárias, e por fim chegaram àquelas posicionadas à jusante, interessadas na alta da produtividade.

O município apresenta uma localização ideal que melhora as taxas de lucro dessas unidades produtivas industriais, está próximo de grandes centros consumidores, do Centro-Sul do país, assim essas empresas ficam melhor situadas dentro da fricção colocada pela concorrência. Suas estratégias colocam relações com os produtores para garantirem acesso ao necessário às suas atividades, com margem de ganhos melhores do que se estivessem posicionadas em outras localidades, longe dos produtores.

Pierre Monbeig, em seu livro *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo* (1984), coloca uma grande diferença na forma como se deram os desdobramentos da forma mercadoria sob esses espaços contíguos, o Estado de São Paulo e a Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Na Unidade Federativa de São Paulo, no século XIX, foram sendo paulatinamente adicionados novos espaços à produção cafeeira, que impelidos pela lucratividade sempre avançou sobre as terras que tinham boa fertilidade, excluindo aqueles espaços que não tinham as características naturais propícias a essa cultura, foram deixado de lado assim as terras além do rio Paraná e do Rio Grande, esses ocupados pela pecuária extensiva, a cultura do café não adentrou a Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba por falta das condições adequadas naquele período e pelo país não ter as condições para o desenvolvimento de pesquisas capazes de modelar os elementos naturais, havia além disso falta de conjuntura favorável.

A conjuntura favorável à ocupação do Triângulo Mineiro pela forma ampliada da produção de valor se deu a partir da segunda metade do século XX. As condições naturais precisaram ser transformadas, com alto índice de tecnologia, fruto de pesquisas, e a ocupação para a reprodução ampliada de mercadorias se deu dentro de uma realidade econômica mundial de crise de produção do valor, acirrada pela terceira revolução industrial, da microeletrônica. Assim, a forma mercadorias aqui buscava, do ponto de vista conceitual, maneiras de compensação à queda tendencial da taxa de lucro. Seus tentáculos somente se apropriaram desses espaços sob forte indução estatal. Se a marcha da mercadoria sob o Estado de São Paulo foi criando as suas próprias condições, derrubando florestas e implantando o meio de transporte necessário, na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba essas condições foram criadas pelo Estado. Teve as condições de transformações a partir da segunda metade do século XX, e o processo de reestruturação agrícola está intrinsecamente relacionado com a instalação do

parque industrial que produz os insumos para a produção agrícola e consome os frutos dessa produção.

A reestruturação agrícola, resultado dos investimentos estatais, vem da interligação entre indústria e a produção rural, é a industrialização da forma de produção do campo. Para tanto, como já foi apresentado nesse estudo, houve o necessário financiamento via crédito subsidiado. Esses recursos serão utilizados para a compra dos equipamentos e insumos, ou seja, são transformados em capital constante, assim,

[...] a própria industrialização criou o mercado que receitava para sua expansão. De um lado, pelo processo simultâneo de ampliação da fronteira agrícola e de urbanização crescente da população anteriormente dedicada às atividades agropecuárias. De outro, pelas transformações que provocou na própria agricultura, ao transformá-la também numa “indústria” que compra certos insumos (adubos, máquinas) para produzir outros insumos (matérias primas para a indústria de alimentos, tecido etc.) (Graziano da Silva, 1981, p. 63).

Esses investimentos se traduziram também em industrialização que resultou em uma produtividade elevada, colocam os preços posicionados de forma competitiva no mercado, o que acaba atraindo não apenas empresas ligadas à montante das unidades produtivas do campo, mas também aquelas que se situam a jusante e que utilizam a produção como matéria-prima para o seu processo de produção. As empresas líderes, por exemplo, do complexo de soja e carnes no Brasil, mantêm investimentos, mesmo durante os anos de recessão econômica, em novas unidades produtivas na região do cerrado, para acessar de forma privilegiada as fontes dessas matérias-primas.

Portanto, essas empresas se beneficiaram tanto a esse acesso quanto da infraestrutura instalada na região e que são condições necessárias para o seu processo produtivo. Dessa maneira essas indústrias também se beneficiam dos incentivos dados ao campo. Um desses benefícios veio da continuidade de preços mínimos pelo Governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), pois garantiu à agricultura do cerrado manter-se dentro da concorrência com outros espaços produtivos nacionais. Essa medida ao deixar o preço nivelado, impede a livre concorrência e dá vantagens à produção nesse espaço que acabará de se inserir na produção de *commodities*. As empresas que utilizam dessas mercadorias em seu processo produtivo e que estavam longe desse espaço acabam sendo penalizadas. Essa política de preços acabou funcionando para a consolidação dessa agricultura com altos índices de produção na região do cerrado e ainda acaba atraindo as agroindústrias para esse espaço.

No final da década de 1980, houve redução da participação do Estado no financiamento

A rearticulação do financiamento da produção agrícola ficou, a partir da década de 1990, à mercê do “mercado”. Grandes agroindustriais e *tradings* mundiais passaram a ocupar gradativamente o espaço deixado pelo Estado e começaram a financiar as produções agrícolas mais lucrativas e com grandes nichos de mercado, como no caso da soja (Frederico, 2008, p.23).

A forte presença do Estado se deu com o início da modernização agrícola nesse espaço, o resultado desse esforço é sentido até a década de 1990, quando da consolidação dessa produção articulada entre campo e indústria. Daí o recorte temporal dessa pesquisa, pois essa presença estatal colocou algumas características como o crédito, o tipo e a forma de produção, que por sua vez impôs novos elementos técnicos, resultando em alta de produtividade, com início na década de 1960 e, como fim desse ciclo, a abertura neoliberal da década de 1990. A partir de então, como novo ciclo, o campo passa a contar com uma menor participação do Estado, porém, as empresas multinacionais continuarão a ser beneficiadas, pois as articulações estatais para a construção das infraestruturas para novas áreas de produção continuarão intensamente.

Porém, ainda houve investimentos no setor rural e agroindustrial através de dois Programas Governamentais, lançados em 1989 e 1993,

o Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) e o Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA). No que diz respeito ao primeiro, cabe destacar que o mesmo atendeu preferencialmente à ocupação da fronteira agrícola dos cerrados do Brasil Central e contribuiu para consolidar a agropecuária de grãos e a pecuária em bases empresariais e modernas. Quanto ao programa voltado ao segmento agroindustrial, segundo avaliação de FONSECA e GONÇALVES (1995, p.36), “O traço institucional mais marcante do programa revelou a preocupação em não caracterizar a existência de uma seleção orientada pelo Governo. Na ausência de definições de prioridade, a alocação dos seus recursos acabou sendo sancionada pelas políticas de portfólio dos bancos que atuaram como agentes repassadores do PNDA. Nota-se que essa opção está de acordo com a orientação do próprio Banco Mundial, expressa em documentos encaminhados ao Governo brasileiro, em que se manifesta claramente a preferência por uma orientação de liberalização dos mercados, em lugar da política que o BIRD considera como ‘excessivamente intervencionista’ do Governo brasileiro nos mercados de crédito agrícola” (Cleps Junior, 1998, p.143).

Nesses programas, havia recursos destinados ao processamento alimentar, incluindo as fases de transformação agroindustrial, primeira fase de transformação e a de processamento final, a alimentar,

[...] dentro desse grupo foram incluídas atividades relacionadas ao esmagamento de grãos para obtenção de farelos, óleos e fabricação de gorduras vegetais derivadas, produção de açúcar e álcool em usinas e destilarias, instalação de armazéns e silos graneleiros, processamento de suco

de laranja e alimentos enlatados, industrialização de matéria-prima de origem animal, fabricação de farinhas, pães e massas industrializadas e a seleção e armazenamento de sementes melhoradas (Cleps Junior, 1998, p.144).

Os recursos serão apropriados quase que exclusivamente por empresas multinacionais dos setores de produtos agroquímicos, como os “herbicidas, acaricidas, fungicidas, produtos veterinários (antibióticos para aves) e para a fabricação de fertilizantes” (Cleps, 1998, p.144). As distribuições desses recursos foram feitas “em inversões associadas ao manejo do solo (correção e fertilização) e água (irrigação), aquisição de máquinas e equipamentos, em implantação de culturas e na construção de infraestruturas” (Cleps Junior, 1998, p.145).

Os bancos, que repassaram os recursos, por sua vez, escolhiam clientes de acordo com a capacidade que possuíam de saldar os compromissos, excluindo dessa maneira os pequenos produtores. Isso ainda funcionou como mecanismo para aumentar a capacidade concorrencial dos grandes produtores e permitiu a mudança de localização e consolidação daqueles ligados ao agronegócio, assim como ajudou esses a se fundirem e adquirirem outras empresas agroindustriais, o que não conseguiriam de outra maneira senão com baixas taxas de juros.

Sobretudo, a partir da década de 1970, à jusante temos as seguintes indústrias: alimentícia, de madeira, de couro, abate de animais, tanto a de gado quanto a de suínos e aves, e a indústria de laticínios. A montante, teremos praticamente as indústrias ligadas à produção mineral, os insumos químicos para o campo (Brandão, 18989).

Entre 1950 e 1960 havia duas empresas relacionadas aos insumos, entre 1970 e 1980 aparecem mais 14, cujos produtos são “[...] originário de São Paulo, justificando assim, a influência desse estado no crescimento das áreas do Triângulo Mineiro [...]” (Pessôa, 1982, p. 106). Há busca de um desenvolvimento agrícola relacionado ao desenvolvimento industrial, os insumos, os objetos técnicos são produzidos por indústrias “especialmente estrangeiras” (Vinhas apud Pessôa, 1982, p.106).

A reestruturação produtiva da agricultura no Brasil elegeu como seu símbolo do complexo agroindustrial as indústrias ligadas ao complexo da soja, pois sua introdução no cerrado exigiu desenvolvimento tecnológico tanto na adaptação da semente para as latitudes desse domínio morfoclimático, quanto para as correções do solo e de tecnologia no próprio sistema produtivo. A produção de soja só foi possível graças ao pacote tecnológico imposto, que impõe o consumo constante de bens de produção no campo e gera a matéria-prima para as empresas processadoras. Assim, essas indústrias demonstram claramente a interligação entre a produção rural e a industrialização.

A indústria de soja no Brasil começou a ser implantada no começo da década de 1950, com a Incobrás no Rio Grande do Sul. Em 1970, o volume de soja processada era de 1 milhão de toneladas. Entre 1974 e 1981, saltou de 4 milhões de toneladas para 14 milhões de toneladas. Em 1981, a capacidade de esmagamento de soja no país atingiu 20 milhões.

As ramificações da cadeia produtiva de oleaginosas são complexas, interagem com inúmeros produtos diferentes e tem forte ligação com a cadeia produtiva de rações e carnes, assim, essa *commodity* atua em diferentes mercados. Esse complexo agroindustrial exige capital fixo e circulante. A liderança do complexo de “grãos-aves”, por exemplo, é de multinacionais que dominam o mercado mundial de grãos e de grandes empresas nacionais. As multinacionais se concentram na integração de cadeias de grãos, no caso e especialmente da soja, onde consegue obter vantagens na comercialização mundial. Já as empresas nacionais, devido à sua especialização, direcionam-se para os segmentos de soja para aves-rações ou para produtos congelados e diversificação de produtos substitutos, aves e suínos para carnes e derivados.

Nesse período de estudo, destacam-se, entre as principais empresas exportadoras do complexo agroindustrial da soja, empresas de pequeno, médio e grande porte, tanto nacionais quanto internacionais. Também há cooperativas e empresas regionais e nesta categoria se enquadram principalmente as que se localizam no Centro-Oeste.

Em Uberlândia, havia a Ceval e Sadia, no seguimento de grãos-óleo-carne, a Cargill, Sangra e Braswey, no seguimento de grãos-óleo, e a Incobrasa e Cutrale Quintela, uma *trading*, no seguimento de esmagamento.

Além do financiamento para as unidades de produção do campo, temos também o financiamento para o setor de transformação, completando a agroindustrialização.

O movimento de transferências de unidades processadoras de soja se deu para a região do cerrado a partir da ociosidade das plantas industriais do Sudeste e Sul do país, e coadunou com o processo de transferência do parque agroindustrial para essa região, assim como o desenvolvimento de indústrias locais, formando a fronteira dessas agroindústrias, aproveitando-se do fator locacional da produção de sua matéria-prima, facilidades de escoamento da produção, incentivos fiscais, o mercado consumidor local e a abertura de novos mercados.

Em meados da década de 1990, o segmento de esmagamento de soja estava passando pela dominação de grandes empresas do setor, a multinacional Bunge Internacional, a Cargill, o Grupo Luís Dreyfus e a empresa nacional Refinadora de Óleos Brasil. Os programas que promoveram a transformação produtiva do campo no cerrado permitiram, então, o domínio e monopolização do segmento industrial de soja. Os investimentos que foram feitos resultaram em benefícios para o capital internacional em sua busca pela produção e reprodução do valor.

Com custos de produção mais vantajosos no Centro-Oeste, o resultado foi produtividade crescente e deslocamentos de indústrias esmagadoras para as proximidades dessas áreas produtivas. Assim, os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, e mais tarde no Piauí, Maranhão e Oeste da Bahia acabam atraindo esse complexo agroindustrial da soja. O deslocamento foi “[...] de mais de 40% da produção de soja para as áreas do cerrado brasileiro [...]” (Cleps Junior, 1998, p. 161).

Há vantagens na produção da soja no cerrado em relação à produção no Sul do Brasil, pois sua qualidade melhora devido ao menor teor de umidade, garantido pelo clima seco da região em boa parte do ano, que gera maior teor de óleo e proteína, o que melhora a cotação do preço no mercado internacional. Esses fatores contribuíram para a diversificação de atividades produtivas na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com a introdução, via reestruturação agrícola induzida pelo Estado, de novos cultivares, principalmente *commodities*, com a soja assumindo o protagonismo, mas também com transformações na pecuária e com o cultivo de alimentos, apesar de ser ínfimo quando comparado com a produção de culturas para o mercado internacional. O resultado foi a atração dessas empresas de processamento e transformação industrial, como foi acima exposto, atraídas por fatores que diminuem os custos e pela possibilidade de açambarcar o equivalente geral colocado em circulação por meio dos mecanismos de créditos subsidiados que o Estado colocou no mercado à disposição dos produtores agrícolas.

Houve no estado de Minas Gerais a criação do Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI, que a partir de 1969 em atuação conjunta com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BMDG) e a Companhia de Distritos Industriais (CDI), que colocou em prática uma política de industrialização neste estado. Procurou-se em conjunto a promoção de desenvolvimento industrial, desenvolvimento de infraestrutura, montagem de distritos industriais e obras para projetos prioritários, assim como houve também créditos subsidiados, repasse de recursos federais e financiamento do BMDG com seus próprios recursos, além de incentivos fiscais com base no ICM através da Secretaria da Fazenda do Estado.

Os dois primeiros planos estaduais, que ocorreram entre 1970-1977, dessa articulação favoreceram a indústria metalúrgica com 62,45% dos investimentos, 10% para a área de não-metálicos, acentuando a especialização nesses setores, outros 10% dos investimentos foram destinados para a implantação de uma indústria automobilística. Os projetos agroindustriais tiveram reduzida participação nesses dois primeiros planos (Cleps Junior, 1998).

A partir de 1975, o projeto de maior vulto foi com a indústria de fertilizantes, visando diminuir a dependência externa das importações desse produto cuja procura estava em

acentuado crescimento, o que coloca preços também altos. Assim, essa Mesorregião, favorecida pelas características naturais com jazidas de fosfatos e calcários, será palco para a materialização dos investimentos. Os projetos cujo montante foi maior que US\$ 300 milhões, serviram para a instalação da indústria de fosfatos do Triângulo Mineiro, a Valefértil, a indústria de fertilizantes, a Arafértil, em Araxá, e a indústria de fosfato, a Fosfértil, em Patos de Minas.

Vale mencionar que havia outras empresas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ligadas à produção mineral, como a “ULTRAFÉRTIL, FERTIGAS, MANNAH, COPAS, IAP, COPEBRAS, SOLORICO, CRA, COBRIM etc. Deve-se considerar ainda a importância de empresas instaladas próximas do Triângulo, como a METAGO e a FOFAGO em Catalão” (Brandão, 1989, p.164).

Quadro 6 - Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais: Principais Projetos Agrícolas e Agroindustriais Aprovados (1980)

Empresa	Localidade	Composição do Capital / Origem	Ramo
1. Nestlé	Ituiutaba	Capital estrangeiro (Suíça)	Laticínios
2. JICA- Agência de Cooperação Técnica Internacional do Japão	Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu	Capital estatal e japonês (PRODECER)	Produção de soja, Trigo, arroz, milho, café e pecuária
3. Granja Rezende	Uberlândia	capital nacional local	Avicultura
4. Grupo Pão-de-Açúcar	Uberaba	capital nacional	Sem informação
5. Sementes Cargill	Capinópolis	capital estrangeiro	Sementes
6. Cia. Souza Cruz	Uberlândia	capital estrangeiro	Cigarros
7. Triálcool	Canápolis	capital nacional	Alcool
8. Usina Delta	Uberaba	capital nacional	Alcool
9. Valefértil	Sem Informações	associação de capital estatal nacional (Cia. Vale do Rio Doce) e fundos financeiros estadual e federal, bancos estrangeiros e Banco Mundial.	Indústria de Fertilizantes
10. Arafértil	Araxá	Fundo financeiro estadual (BDMG)	Indústria de Fertilizantes
11. Fosfértil	Patos de Minas	associação de recursos estatais federais e estaduais (CAMIG, PETROBRÁS e FIBASE)	Indústria de Fosfato

Fonte: adaptado de Cleps Junior, 1998, p.176.

Como podemos ver no quadro 6, as indústrias atendidas pelos projetos do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais têm ligação com o setor agrícola, seja à montante ou a jusante. Os projetos buscavam uma articulação entre o setor urbano e rural, completando

a cadeia de agroindustrialização. Assim, os investimentos no setor agrícola também beneficiam o setor urbano.

Quadro 7- Triângulo Mineiro: investimentos e número de empregados nas Indústrias do Complexo Agroindustrial da Soja (1996)

Empresa	Localização	Investimento em mil US\$	Empregados	Linha de produção
Garcia Ind.Com. Óleos Veg.	Ituiutaba	8.000,0	50	Óleo refinado de Soja
ABC-Inco II	Uberlândia	20.538,7	132	Óleo e Farelo de Soja
ABC-Inco I	Uberlândia	3.567,7	226	Óleos Vegetais
Cargill III	Uberlândia	19.950,0	150	Óleo e Farelo de Soja
Granja Rezende Óleos	Uberlândia	20.901,6	206	Óleo e Farelo de Soja
Total		72.958	764	

Fonte: adaptado de Cleps Jr., 1998, p. 285.

O quadro 7 nos demonstra os investimentos do Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI, em 1996, para com as indústrias do complexo soja.

Acompanhando as mudanças políticas e econômicas da década de 1990, a abertura neoliberal privatista, a Fosfertil, empresa, como já foi demonstrado, atuante na produção de fertilizantes, foi privatizada. Ela pertencia ao Grupo Petrofertil e foi adquirida por um grupo de fabricantes ligados à produção de fertilizantes reunidos na *holding* Fertifos.

Outra empresa com presença no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, na década de 1990, localizada em Uberaba, foi a FMC Brasil, ligada à produção de insumos químicos, principalmente de herbicidas, atuando com produtos destinados à soja, cana-de-açúcar, café, citros e milho.

Também estavam presentes na Mesorregião indústrias beneficiadoras de algodão, com 5 unidades produtivas, com capacidade de beneficiamento de 1,5 milhões de arrobas por ano. Entre as maiores indústrias desse setor está a ASPASA, também à jusante temos a empresa japonesa DAIWA TÊXTIL LTDA, que produz fios de algodão (Brandão, 1989).

Outra importante indústria presente são as usinas de açúcar e destilaria de álcool, até 1989 havia 6 delas, com destaque à destilaria de álcool de Canápolis.

Tivemos, então, mudanças significativas na industrialização de Minas Gerais a partir da década de 1980, com as empresas de maior destaque dentro do complexo agroindustrial se deslocando para a região do cerrado, interessadas na produção de grãos e na integração com a criação e abate de animais. Na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a industrialização começa a adquirir importância. A produção pecuária e leiteira, consolidada há décadas, não havia experimentado as impulsões dadas pelos incentivos fiscais que, a partir da

década de 1980, começa a receber por parte do Governo do Estado de Minas Gerais, recebendo investimentos que a colocam em segundo lugar entre as regiões desse estado a receber as divisas advindas do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais.

A produção da agroindústria brasileira, ou seja, localizada a montante e a jusante da unidade produtiva agrícola, teve entre 1981-1993 uma expansão de 13,7%, em Minas Gerais a expansão foi de 15,8%, a expansão dos segmentos industriais ligados à agricultura cresceu nesse período no Brasil 14,4%, em Minas 37,5%. Ainda temos que “[...] diferentemente do nível de produção industrial brasileiro, que apresentou decréscimo após 1988, a produção de produtos “utilizados pela agricultura” (insumos agropecuários), em Minas, cresceu duas vezes e meia” (Cleps Junior, 1998, p.177).

Os resultados dos investimentos feitos para a modernização agrícola vai se refletir sob as agroindústrias, no caso da soja, vai ser tornar o setor mais dinâmico da agroindústria mineira com crescimento superior aos dos estados que já processavam soja há mais tempo, demonstrando que esse dinamismo é proveniente dessas políticas de transferência de recursos para o setor privado do campo, que por sua vez vai ser açambarcado pelas complexo agroindustrial, revelando que o capitalismo nessa região e nesse período de estudo é um capitalismo de capitalistas sem capital, ou com capitalistas que não querem investir seus recursos, os investimentos não são próprios, pelo contrário está intimamente interligado com a dívida pública contraída pelos governos do período da Ditadura Militar, corroborando aquilo que David Harvey (2017) coloca, a produção de valores após a década de 1970 está ligada com a dívida pública estatal, o que Robert Kurz (2014) indica como sendo a falta de substância do valor, pois já não tem ligação com a produção via trabalho vivo, pois como vimos nas tabelas das indústrias que receberam investimentos do Instituto de desenvolvimento industrial de Minas Gerais, na coluna de criação de emprego, eles não são expressivos nas indústrias, pois com o capital constante tão desenvolvido, principalmente em forma de técnicas e maquinários que dispensa a necessidade de capital variável, o trabalho vivo, e no campo os trabalhadores sendo substituídos pelas tecnificação e pelos insumos, aumentado a produtividade sem a necessidade de trabalho vivo, colocando os trabalhadores como supérfluos, resultando, portando, em mercadorias com baixa quantidade de valor posicionando-as em melhores condições na fricção, ressaltando a contradição em processo do capitalismo, de diminuir a quantidade de trabalho vivo nas mercadorias individuais, para que através da concorrência se possa recolher o máximo de equivalente geral nas metamorfoses do capital, porém esse equivalente já é desprovido de trabalho abstrato, portanto, dinheiro sem valor. Não é valor real sendo produzido, mas sim a

transmutação dos investimentos, cujas origens estão na dívida pública e empréstimos de capital externo, sendo metamorfoseados em equivalente geral no fim do processo.

Na década de 1990, os investimentos na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, feitos pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais – INDI, se concentravam na agroindustrialização de uma porção reduzida de produtos, cana-de-açúcar, soja e milho, *commodities* destinadas ao mercado externo. Houve também investimentos na industrialização de frutas e vegetais tropicais, para a produção de sucos e polpas.

Tabela 1 - Triângulo Mineiro: valor do Investimento e Número de Empregos por segmentos (acumulados até 1996)

SEGMENTOS	Investimento Total US\$ Mil	Número de Empregos
1. Óleos, Óleo Refinado e Farelo de Soja	72.958,0	764
2. Abatedouros, Incubatórios e Avicultura Integrada	23.681,4	1.367
3. Cana, Alcool e Aguardente	103.062,8	12.045
4. Frigoríficos, Abate de Bovinos e Industrialização de Carnes	12.814,4	735
5. Processamento, Armazenagem, Torrefação e Moagem de Café	24.145,0	218
6. Proces. de Leite, Leite em Pó, Leite Longa Vida, Queijos, Manteiga e Doces	45.761,3	760
7. Moagem de Trigo, Massas	26.769,5	92
8. Proces. de Milho, Derivados do Milho, Sementes e Rações	72.653,2	300
9. Beneficiamento de Algodão	4.754,8	136
10. Cigarros	528.587,0	1.495
11. Processamento de Frutas, Polpas, Sucos, Vegetais Supergelados e Enlatados, Cons. de Alimentos	26.800,0	1.582
Total	941.987,4	19.494

Fonte: adaptado de Cleps Junior, 1998, p. 180.

Na tabela 1 podemos visualizar o montante de investimentos e os respectivos números de empregos criados. A indústria do fumo, seguida pela de álcool, soja e milho, são as que receberam os maiores investimentos. No caso da soja e milho, essas *commodities* também foram contempladas com investimentos no campo.

Agora vamos entender como se deu a formação desse Complexo Agroindustrial em Uberlândia.

5.4.1 A formação do Complexo Agroindustrial em Uberlândia

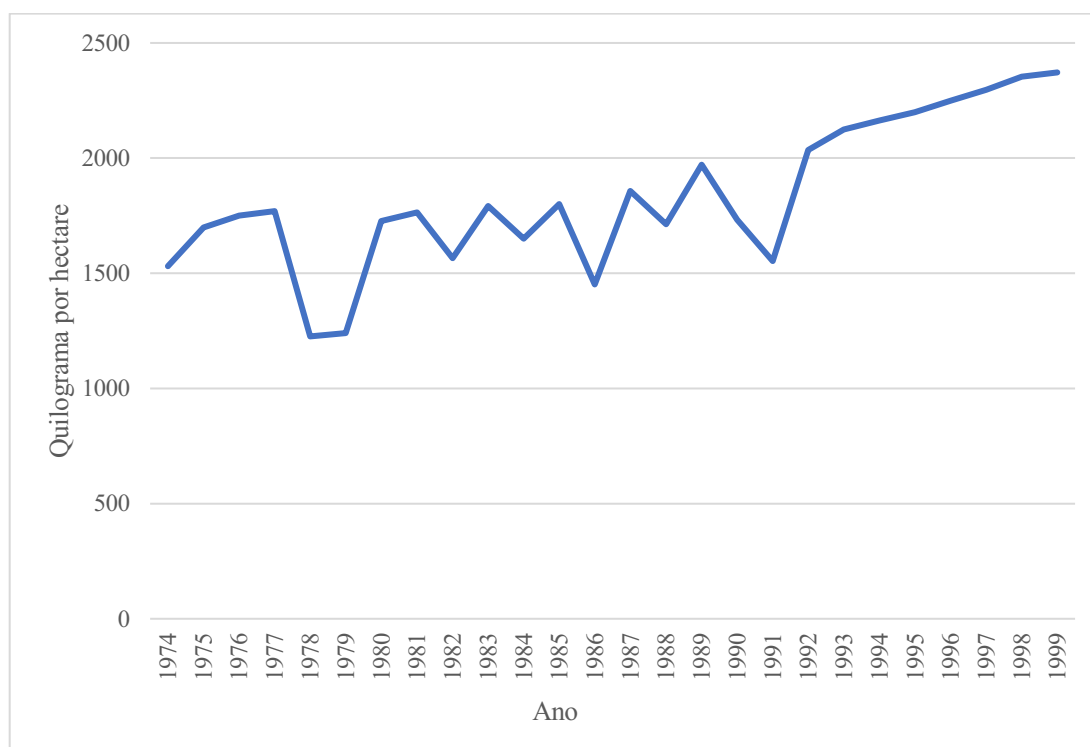
Beneficiado pela infraestrutura que parte de São Paulo, passando por Campinas e Ribeirão Preto, e dos programas de apoio ao desenvolvimento de centros urbanos de porte

médio ou intermediário, Uberlândia adentrou à lógica de crescimento das cidades polos ao longo da década de 1970. Durante a crise da década de 1980, vai ter o papel, junto com outras cidades polos, de amortecer a migração direcionada às metrópoles e vai receber contingente populacional do êxodo rural.

Ligado a esse processo, temos, como vimos, o financiamento da industrialização via Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - INDI e a reestruturação agrícola promovida com as induções estatal. O resultado é um movimento de agroindustrialização do complexo soja, que estará intimamente relacionado com a expansão da área de cultivo, de produtividade e de rendimento médio a partir de 1974, com crescimento contínuo, com quedas que são recuperadas, colocando sempre os últimos anos dos dados com aumento significativo em relação aos iniciais, como podemos verificar nos gráficos seguintes, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

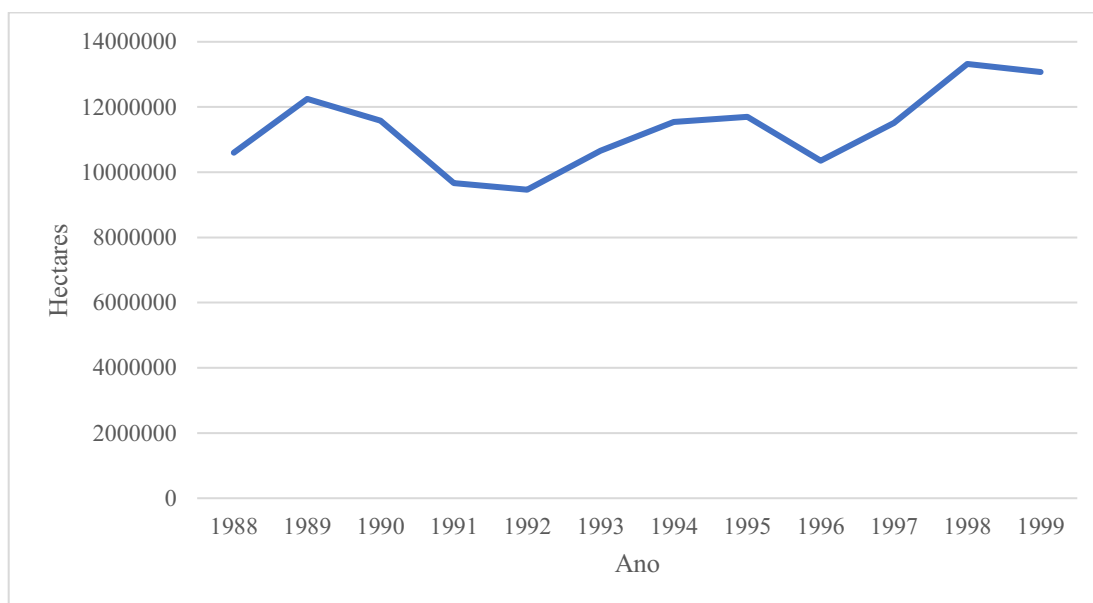
Abaixo ilustrações com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, cobrindo o período de 1974 a 1999, sobre produtividade e área plantada de soja no município de Uberlândia. Esses dados nos ajudam a entender as mudanças que ocorreram com o plantio dessa *commodity*.

Gráfico 3 - Uberlândia: rendimento Médio (1974-1999)



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4 – Uberlândia: área de produção de soja (1988-1999)



Fonte: elaboração própria.

Essa produtividade e rendimento crescente, aumento das áreas de plantio, foi fundamental para atrair as indústrias de processamento de soja para a Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Em 1986, foi instalada a primeira unidade de esmagamento de soja na região do Triângulo Mineiro, a multinacional Cargill, no município de Uberlândia, demonstrando a relação da busca por melhores condições na fricção na concorrência, posicionando-se próximo a produção da matéria-prima e o mercado consumidor. Essa empresa é a primeira a acompanhar o crescimento da produção de grãos na região do cerrado.

Outras empresas de capital nacional, do próprio Triângulo Mineiro, também vão se aproveitar das vantagens trazidas pela modernização agrícola, integrando o complexo grãos-óleos-farelos e grãos-rações-aves

Essas empresas vêm apresentando um ritmo de crescimento acentuado nos últimos anos, e seu espaço de atuação ultrapassa os limites geográficos da região, competindo também na captação da produção com outras unidades agroindustriais de Goiás e Mato Grosso (Cleps Junior, 1998, pp.202-203).

São elas a indústria ABC-Inco., do Grupo ALGAR, e a Rezende Alimentos, a primeira produzindo óleos vegetais a partir de uma fábrica que comprou no final dos anos 1970, no município de Uberlândia, sua atuação é no segmento de grãos-farelo-óleo e exportação, já a segunda, com início das atividades em 1994, atua nos segmentos de criação e abate de aves e na fabricação de rações.

Tabela 2: Empresas do ligadas à produção de soja em Uberlândia - 1997

Empresa	Capacidade de Esmagamento (toneladas por dia)	Processamento de Grãos (toneladas por ano)	Óleo Refinado (mil toneladas por ano)	Farelo de Soja (mil toneladas por ano)
ABC - INCO	1800	520000	120000	400000
Cargill Agrícola	2500	870000	200000	680000
Rezende Alimentos	1200	330000	627000	259000
Total	5500	1720000	3827000	1339000

Fonte: Cleps Junior, 1998, p.202.

Essas agroindústrias da soja concentram-se nos eixos rodoviários e próximos às áreas de produção, porém atraem a produção dessa *commodity* de estados vizinhos, e usufruí das infraestruturas que permitem a sua produção. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba oferecia e ainda oferece acesso aos maiores mercados consumidores do país. Esse dinamismo da economia ligado à soja atraiu também empresas que atuam como *tradings* na venda de grãos, como a Unilever, ADM, Richco, entre outras,

[...] Esses grupos econômicos constituem a rede estratégica de armazéns e silos criada pelas empresas atuantes no complexo agroindustrial brasileiro e cujo polo está sediado em Uberlândia, Uberaba e outros centros da região. Vale registrar ainda que as indústrias que transformam os produtos da agricultura apresentam o seu desenvolvimento plenamente integrado ao sistema atacadista-distribuidor do Triângulo Mineiro, considerado o maior polo do setor alimentar da América Latina (Cleps Junior, 1998, p.205).

Os investimentos públicos no setor agrícola e no setor industrial transformaram a Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba em polo agroindustrial, alteraram a forma de produzir no campo, com isso expandiu a área de plantio de *commodities*, aumentando a produção e a produtividade, somado aos investimentos no setor industrial, propiciou a instalação de indústrias de processamento dessas mercadorias.

A Rezende Alimentos vem do segmento genético-avícola (antiga Granja Rezende) que funciona em Uberlândia desde o início de 1960. Vende matrizes de corte para outras empresas, tendo em seu quadro de clientes as empresas Chapecó, Frangosul, Perdigão e Sadia, “[...] atuando nos setores de Carne e Pecuária, Alimentos e Transporte e Armazenagem. Fazem parte do grupo quatro empresas: a Granja Rezende S.A, Rezende Alimentos S.A, Rezende Óleo Ltda. e Rezende Armazéns Gerais” (Cleps Junior, 1998, p.209). Com a crise da década de 1980, que gerou desabastecimento interno de grãos na empresa, matéria-prima de suas atividades, houve dificuldades financeiras, com reorientação das atuações

[...] áreas mais rentáveis e que dependiam menos de capital de giro e de menor quantidade de milho e soja para os plantéis. Como uma das medidas, a empresa também paralisou as atividades do frigorífico e segmentos de engorda e abates. Esse tipo de estratégia permitiu lucro operacional e financeiro, uma vez que os lucros foram aplicados no mercado financeiro (Cleps Junior, 1998, pp.210-211).

Em 1986, a Rezende Alimentos promoveu a ampliação de granjas, de abatedouros de suínos e bovinos, indústria de carnes, indústria de processamento de soja e um novo centro administrativo em Uberlândia. Também ampliou e atualizou o abatedouro de aves e iniciou um programa de melhoramento genético com suínos. Os serviços de transporte de aves e serviços administrativos internos foram terceirizados. Mais tarde, ingressa no agroalimentar, produtos derivados de carne, “a empresa passa a atuar tanto a montante como a jusante do segmento agroindustrial, como grande criadora-abatedora de aves, partindo para a diversificação do tipo grãos-farelo-óleo e grãos-rações-carnes” (Cleps Junior, 1998, p.212).

Até a década de 1990, a Rezende Alimentos colocava algumas condições para suas relações contratuais com as empresas integradoras, o perfil de seus produtores era formado por produtores médios e grandes, excluindo os pequenos, localizados num raio de até 100km da empresa, que estavam propícios às novas tecnologias, com mudanças constantes, administração familiar da propriedade rural, área em torno de 25 hectares, que tinha diversificação produtiva, capacidade de realizar investimentos entre outros aspectos. A seletividade incluía apenas as unidades produtivas rurais extremamente capitalizadas no modelo de empresa. Como deixava ao produtor das unidades produtivas agrícolas o encargo dos investimentos e visando a continuidade do acesso à matéria-prima de que necessitava em seu processo produtivo, dividia os resultados mediante a produtividade, o que os forçava a produzir cada vez mais.

A Rezende Óleos, por sua vez, para a aquisição de matéria-prima, trabalhava com os médios e grandes produtores e financiava entre um terço a quase metade das safras anuais dos produtores. A empresa desenvolveu um sistema de logística interligado à sua fábrica de Uberlândia, que possuía, em 1996, capacidade de esmagamento de 1,2 mil toneladas por dia, capacidade de produzir 220 toneladas por dia de óleo e 900 toneladas de farelos por dia. 60% da soja utilizada nesta fábrica era proveniente do estado de Minas Gerais e o restante provinha do estado de Goiás, onde mantinha uma rede de armazéns,

[...] estratégia de arrendar armazéns em Goiás para o depósito de grãos justifica-se pela questão fiscal e operacional. A soja fica armazenada e somente é transferida para a fábrica de Uberlândia geralmente depois do término da safra, quando diminui o custo do frete e para a soja não ficar armazenada em Uberlândia aguardando o processamento (Cleps Junior, 1998, p.216).

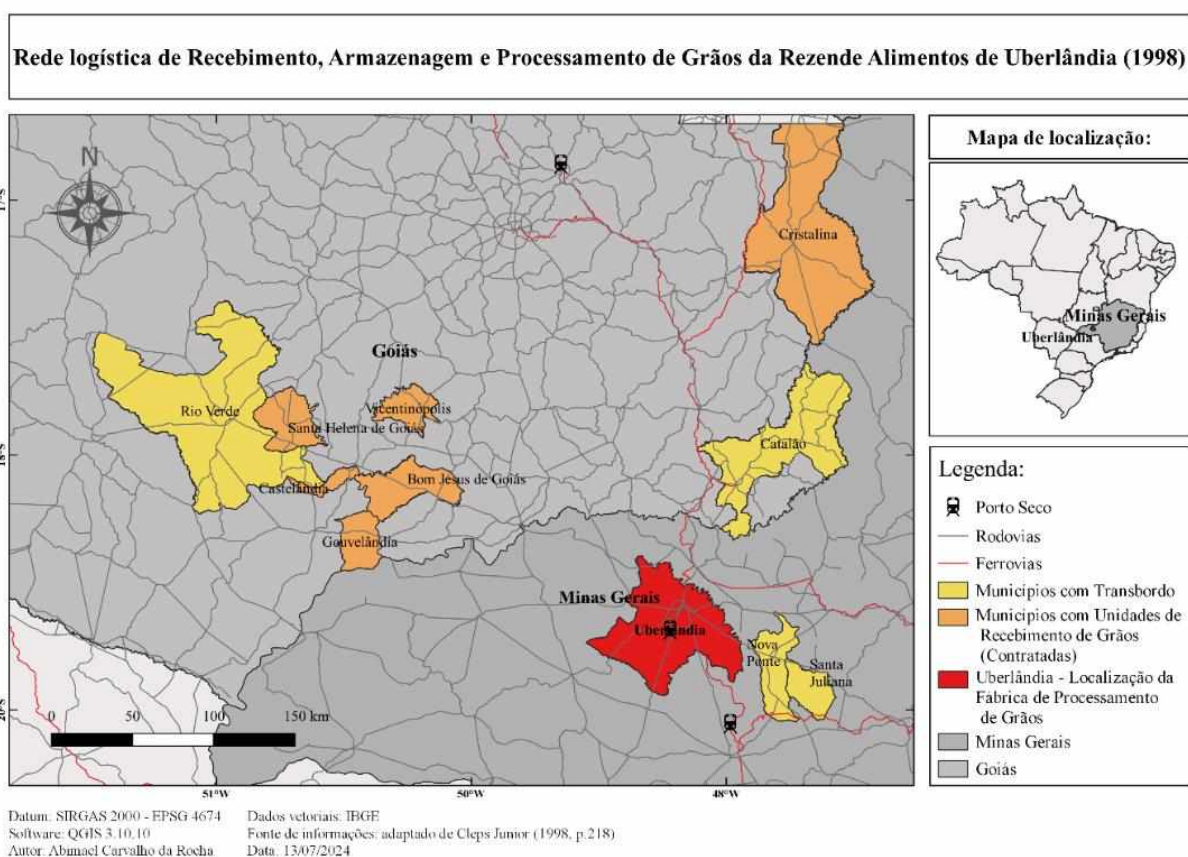
Tabela 3 - Rezende Alimentos: evolução do faturamento e esmagamento do segmento da soja e fábrica de óleo (1994-1997)

Ano	Esmagamento / em mil toneladas	Faturamento / em milhões de US\$
1994	124	45
1995	256	85
1996	300	99
1997	330	130

Fonte: Cleps, 1998, p.216.

A tabela 3 indica o aumento do esmagamento da soja e do faturamento da Rezende Alimentos ao longo da década de 1990.

Figura 3: Rezende Alimentos: rede logística (1998)



Fonte: Elaboração própria.

Outro grupo atuante, ABC-ALGAR, na década de 1990, era um verdadeiro conglomerado com atuação em diversos ramos da economia, onde se encaixa perfeitamente o termo *holding*. Suas atividades estavam na agricultura, no processamento de alimentos, na Informática e Telecomunicações, na Eletroeletrônica, Serviços Gerais, nos ramos de distribuição de automóveis e peças, na Construção, Mecânica, Comunização, Transporte e

Armazenagem e ainda Seguros e Previdência. Essa forma de atuar teve início em 1989, quando o grupo era composto por 54 empresas. Depois de reestruturação interna, reduziu-se para 31 empresas, em 1994 passou para 23, com vendas e fusões e com drástica redução do número de empregados, com corte de cerca de 58%²⁰. A redução foi possível a partir de acordos e parcerias com diversas empresas, entre elas algumas estrangeiras (Cleps Junior, 1998).

No setor de alimentos, os investimentos eram realizados na década de 1990 pela ABC-INCO. O grupo possuía 11 fazendas, com 15,2 mil hectares, produzindo e enlatando ervilhas, milho, vagem, cenouras e outros vegetais para conserva. A partir de 1996, a ABC-INCO destinou 10% de sua produção de soja para a indústria alimentar de bolos e bolachas, que requer uma matéria-prima de melhor qualidade. Essa soja atinge preços 20% superiores às demais variações. Além disso, essa empresa do Grupo ALGAR tinha forte presença regional e atuava com serviços na compra e processamento de soja, possuía contratos de prestação de serviços com grandes empresas multinacionais do segmento da soja.

Já a ABC-A&P, também do Grupo ALGAR, atuava na produção de soja e milho, sendo, nesse momento, a maior produtora dessas *commodities* do estado de Minas Gerais. Possuía fazendas no Triângulo Mineiro com extensão de 16 mil hectares dedicadas à produção de sementes de soja, feijão irrigado, milho-doce, já a produção de animais em confinamento era realizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Até a década de 1990, essa empresa atuava polarizando em um raio de 500km com centro em Uberlândia.

Quadro 8: Composição do Grupo ALGAR (Década de 1990)

Empresa	Setor	Finalidade
ALGAR (ABC A&P/ ABC-INCO) e Dole Do Brasil	Alimentos – produtos de conveniência	Produção de frutas e verduras, processamento de vegetais, acondicionamento e distribuição.
ALGAR (ABC A&P/ CTBC/ Engeset e Integris); Manah; Case IH e DuPont	Agropecuária – monitoramento Agrícola	Prestação de serviços para agricultura de precisão, sistema que emprega tecnologia de monitoramento agrícola por satélite.
ALGAR (ABC A&P) e Monsanto	Agropecuária – produção de sementes	Contrato de Parceria com a Monsoy (exemplo FT-Sementes) visando a comercialização de sementes de soja concebidas a partir da eng. Genética

Fonte: Cleps Junior, 1998, p. 227.

A empresa ALGAR, ainda na década de 1990, possuía várias ramificações, produzia de frutas a semente de soja e ainda atuava na prestação de serviços para a agricultura de

²⁰ Entre 1989 e 1994, o número de funcionários do grupo ABC-ALGAR caiu de 13.090 para 5.462, significando uma diminuição de cerca de 58%. (Cleps Junior, 1998, p.222)

precisão. Sua atuação se dava para além dos limites do município de Uberlândia, polarizando em um raio de 500km, transformando o município de sua sede em um polo agroindustrial.

Outra empresa que começou a atuar no ramo do complexo soja no município de Uberlândia nesse período de estudo foi a Cargill, que integrava como uma das principais empresas desse complexo no município. As cinco maiores empresas multinacionais que dominavam o setor de cereais na década de 1990 eram a Bunge, a Continental Grain, a Dreyfus, o complexo André-Garnac e a Cargill Agrícola, eram também as maiores comerciantes do ramo ao nível internacional. Nesta mesma década, a Cargill Agrícola fez investimentos produtivos na região do Triângulo Mineiro e no Sul de Goiás no segmento de soja, nos setores de óleo vegetal e farelos, e no processamento de subprodutos de milho, para fabricação de ração, concentrados e amido (glucose), com capacidade de processamento de 3000 toneladas por dia em 1997, e em 2024 com capacidade de processar 4500 toneladas por dia²¹.

Em 1997, a empresa tinha uma capacidade de esmagar 1 milhão de toneladas de milho. Em 2014, tinha mais fábricas além da de Uberlândia, processando milho e produzindo etanol a partir desse cereal, não apenas ração como na década de 1990. Também atuava na prestação de serviços junto a produtores da mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Com a crise da década de 1980 e o fim do financiamento estatal para o segmento de soja, as agroindústrias passaram a ser importantes agentes financeiros. A Cargill, a partir de 1994, passou a financiar produtores na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no Sul e Sudoeste de Goiás,

Os mecanismos de compra de grãos (soja e milho) adotados pela Cargill de Uberlândia são, basicamente: o primeiro tipo, a aquisição “pré-fixada” da safra, onde a empresa estipula antecipadamente prazo, preço e quantidade, sem fazer o pagamento antecipado (pagamento pré-fixado) ao produtor. Numa segunda modalidade de financiamento, o produtor entrega a produção para a Cargill, “a fixar”. A produção pode ser entregue, na ocasião do contrato ou posteriormente, à indústria, que fornecerá os critérios de classificação do produto, no momento da venda e de acordo com o preço de mercado daquele produto. No terceiro tipo, o produtor pode deixar o produto depositado, sem custo de armazenagem, podendo fazer uma “fixação” antecipada do preço do grão (Cleps Junior, 1998, p. 231-232).

²¹ Fonte: Revista Forbes, <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/04/cargill-preve-menor-demanda-da-china-por-soja-e-investe-em-processamento/#:~:text=Os%20principais%20investimentos%20foram%20realizados,%2C%20ante%203.700%20toneladas%2Fdia>.

Segundo o site da empresa, no Relatório Anual de 2014, “Nos supermercados, os consumidores encontram a marca Cargill em embalagens de óleos refinados e compostos, molhos para salada, maioneses, molhos e extratos de tomate. A companhia também amplia sua presença nas gôndolas com a distribuição de azeites, azeitonas, vinagres, chás, pipocas e condimentos” (CARGILL, 2014, p.9).

Na década de 1990, a Cargill também fornecia insumos e assistência técnica rural, além de antecipar parte dos recursos para financiamento de safras.

Os critérios da escolha da Cargill de instalar sua agroindústria no município de Uberlândia foram os de posição geográfica, a infraestrutura de transporte e a proximidade com os produtores das matérias-primas. A partir desse município, a Cargill estruturou-se para o recebimento dos grãos do Triângulo Mineiro do estado de Goiás. Na década de 1990, também obtinha matéria-prima do estado de Mato Grosso. Mantinha relações com a fornecedora de embalagens para óleo produzidos na fábrica de Uberlândia, com a empresa parceira localizada no mesmo parque industrial.

Além das agroindústrias diretamente relacionadas com o complexo soja, que se instalaram na região devido às induções estatais, houve também desenvolvimento da genética animal. No município de Uberlândia estava concentrado, na década de 1990, o maior complexo avícola produtor de matrizes do país, sendo a Granja Rezende e a Granja Planalto, concentrando, essas duas empresas, mais da metade do mercado dessas matrizes para corte e postura no país. A Granja Rezende tinha atuação na avicultura desde 1962, produzia²² ovos férteis na casa de cinco milhões por ano e cerca de 3,5 milhões de ovos para produção de vacinas e uso humano e veterinário. Produzia também matrizes para empresas como “[...] Sadia, Perdigão, Ceval, Chapecó e Frangosul, que [repassavam] aos criadores de frangos. As aves avós, que dão origem às matrizes, [eram] importadas dos Estados Unidos desde o início dos anos 70” (Cleps Junior, 1998, p.242). Já a Granja Planalto atuava no segmento de produção de pintos de 1 dia, aves para corte e postura, também na produção de ovos comerciais. No seguimento da genética bovina, duas grandes multinacionais atuavam no setor, a ABS Global e a Nova Índia Genética, com sede em Uberaba, cidade que concentra criadores de bois da raça Zebu²³.

Como podemos acompanhar, a reestruturação agrícola alterou substancialmente o produto, a produção e a produtividade do campo. No Triângulo Mineiro, o processo torna-se muito claro quando analisamos os dados de Uberlândia, município tornou um polo agroindustrial devido às características que tomou a partir dessa reestruturação. Sua infraestrutura e produção atraíram essas empresas ligadas à produção agrícola, completando a reestruturação comandada pelo Estado. Essa consolidação desse complexo agroindustrial se deu simultaneamente às mudanças profundas na política para a agricultura.

²² Dados de Cleps Junior (1998, p. 242).

²³ Dados de Cleps Junior (1998, p. 243).

6 OS RESULTADOS DA REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

A partir do que foi exposto até aqui, com a formação territorial do espaço de estudo, a reestruturação agrícola como busca pela compensação de valor, faço agora uma análise crítica dos resultados desse processo. Vimos de que maneira se processou essa reestruturação e como esse espaço conseguiu se inserir na concorrência, dentro do tempo social médio, da produção do valor em crise. Seus desdobramentos são o interesse desse capítulo.

Diversos trabalhos utilizados em outros capítulos retornam aqui, com destaque para os textos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Francisco de Oliveira e Vera Salazar Pessôa.

6.1 Abertura da região e imposição do tempo social médio

É necessário ressaltar que, nesse processo, financiado por recursos públicos, há possibilidade de extração do equivalente geral, que são apropriados de forma privada e gera desigualdades, que se manifestam em diversos contextos sociais, entre eles a luta pelo acesso à terra,

O caráter industrial da agricultura capitalista no país possibilitou a produção em grande escala das culturas cuja obtenção de preços altos no mercado garantiam lucro certo nesses empreendimentos. O Estado atuou estimulando esses setores competitivos, deixando praticamente abandonadas aquelas culturas que têm se constituído, historicamente, na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros (Oliveira, 1999, p.93 e 94).

Os programas de modernização atraíram capitais de outras regiões, já que não representavam riscos a eles, pois havia a possibilidade de financiamento integral dos projetos, compensando dessa maneira os custos para melhoria da fertilidade do solo e do aumento de produtividade. Somando a esses fatores, temos ainda o preço da terra, relativamente menor que em outras regiões do país, que já indicava virtualmente a possibilidade de especular com ela.

Após as implementações dos programas PCI, POLOCENTRO e PRODECER, houve uma elevação saliente nos preços das terras nos municípios contemplados e nas adjacências, em alguns casos com até 30% de aumento. Os programas não só atingiram as metas programadas como, em algumas chegaram mesmo a ultrapassá-las, como foi com a de infraestrutura física (Salim, 1986).

Com essa garantia da reprodução do capital e da posse da terra, houve atração de grupos econômicos que não tinham vínculo com esse setor²⁴, fazendo uma ligação entre setores urbanos e o campo, atraindo capitais dos centros mais dinâmicos do capitalismo brasileiro para outros espaços ainda não inseridos de forma ampla no circuito de valorização. Os capitais localizados no Sudeste e Sul “[...] dirigem-se agora para as novas fronteiras agrícolas localizadas no Centro-Oeste, Norte e parte do Nordeste [...]” (Alves, 2000, p. 53).

As vantagens não se restringiram ao mercado de crédito, houve também o desenvolvimento de uma rede de infraestrutura necessária para a produção e reprodução do capital. A implantação dessa rede está interligada, inclusive, com as alterações no preço da terra, e temos ainda que o aumento da produtividade aumenta a possibilidade de extração de renda da terra, ressaltando-as também como objeto de especulação, pois os novos equipamentos e a possibilidade de elevação da renda da terra valorizam-nas, “[...] É essa capacidade que as terras das fronteiras agrícolas possuem em adquirir valorização rápida, de tal maneira que passam inclusive a serem comercializada no mercado financeiro [...]” (Alves, 2000, p.53-54).

Vicente Alves, (2000), coloca que a ocupação é de nova fronteira agrícola, na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, são terras que já haviam sido ocupadas pela agropecuária desde o século XIX, como foi demonstrado no primeiro capítulo desse estudo. A conceituação, para este espaço, poderia ser de uma nova fronteira para a reprodução ampliada do valor, a inserção da lógica de valorização do valor em larga escala, esse é o diferencial, não houve a abertura de novos espaços para agricultura com acumulação primitiva de capital, há a intervenção estatal para alterar as condições de produção de mercadorias, o que se deu foi a modificação das forças produtivas já existentes, a alteração da base técnica e alteração da forma de trabalho de não assalariados para assalariados. De novo, nesse espaço do cerrado, na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, vai ser o estabelecimento das CAIS, cuja centralidade está no município de Uberlândia.

A reestruturação agrícola resulta nessa interligação entre a indústria e o campo, e nessa forma de reprodução ampliada do capital, o rural tornou-se consumidor de mercadorias industrializadas, os insumos, e produtor de matérias-primas para a indústria.

²⁴ “São exemplos desses grupos de diferentes ramos econômicos, mas que não mantinham com quaisquer atividades relacionadas diretamente à produção agropecuária: A Andrade Gutierrez (construção civil, etc.), Antunes-Caemi (mineração, siderurgia, etc.), Bamerindus, Sul América, BCN, Bandeirantes, Bradesco, Itaú (bancário e financeiro, etc.), Volkswagen (automobilístico, etc.), entre outros.” (ALVES, 2000, p.52)

Essa integração entre os setores foi induzida pelo Estado através de linhas de créditos ofertados ao setor rural, assim, os recursos públicos disponibilizados para o campo passam a ser transferidos para as indústrias, empresas e indivíduos privados, por meio da

[...] subordinação crescente das atividades agrícolas às exigências da reprodução e acumulação de capital na economia. Esse processo de subordinação da agricultura ao capital é resultado da crescente importância da agricultura como campo de aplicação do capital urbano industrial e que se manifesta através da modificação das relações técnicas de produção na agricultura, como o uso intenso de máquinas, implementos e insumos de origem industrial. A outra forma seria através do aprofundamento das relações de produção capitalista no campo, pelo aumento da importância do trabalho assalariado temporário [...] (Pessoa, 1982, p.6).

Assim, a agricultura passou a servir à indústria, com a economia brasileira internacionalizada, em busca da reprodução do capital externo, tornou o campo industrial, colocou o “modo industrial de produzir no campo, desencadeando um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura” (Oliveira, 1999, p. 77). Característica essa comum nas áreas onde se processou essa reestruturação agrícola.

Essa reestruturação, com a inserção de novos espaços para a reprodução do valor em contexto industrial, provocou diversas consequências, trouxe a especulação com a terra, mudou a estrutura fundiária, eliminou os parceiros, meeiros, agregados etc., disseminou o trabalho assalariado, marginalizou àqueles que não possuem meios de acessar essa “modernização”, fez surgir novos conflitos no campo, transferiu população do campo para a cidade de forma violenta, gerando também neste espaço novos problemas, com a questão da moradia, desemprego, acesso a serviços básicos, a insegurança alimentar e a violência.

O enorme contingente populacional no ambiente urbano, que forma um exército de reserva de trabalhadores, serviu para manter os salários baixos, pois a mercadoria dos despossuídos, dos libertos dos meios de produção e de subsistência, o trabalho, terá oferta maior que a demanda dentro de uma realidade de crise do trabalho, e em um momento em que a produção capitalista está em pleno desenvolvimento da terceira revolução industrial, que reorganiza a composição orgânica do capital e aumenta a capacidade das unidades produtivas por meio de tecnologias que dispensam mão-de-obra, desvalorizando-a. Conforme a tabela 4, podemos perceber a dimensão da transferência de população rural para o centro urbano no município de Uberlândia. No período entre 1940 e 1991, houve uma redução de 11.160 habitantes no meio rural, no mesmo período, a sede do município, teve um acréscimo de 336.042 novos habitantes.

Tabela 4 – Uberlândia: população rural e urbana (1940-1991)

Ano	Urbana	Rural	Total
1940	22.123	20.056	42.179
1950	35.799	19.185	54.984
1960	71.717	16.565	88.282
1970	111.480	13.226	124.706
1980	231.583	9.384	240.967
1991	358.165	8.896	367.061

Fonte: elaboração própria.

A questão agrária se tornou tão relevante que até mesmo um dos setores sociais mais reacionários e que sempre se posicionou ao lado do capital irá colocar a situação como insustentável, pois é nítida a superexploração do trabalhador rural e da terra. Esse setor é a Igreja Católica, que por meio da Teologia da Libertação e da Pastoral da Terra cobrou o posicionamento da defesa do humano à frente do econômico. A reestruturação agrícola não vem para resolver os problemas do campo, se é que podem ser solucionados por essa forma social, vem para acentuá-los, supervaloriza o atraso sob uma nova roupagem, sempre perseguindo o objetivo da produção de valor.

Nenhum desses espaços ocupados por essa nova forma de produção eram espaços desabitados, são vistos assim apenas pela subjetividade do capital, que define a ocupação não pelos indivíduos que a usam para a reprodução da vida e do vivido, mas sim pelo sujeito automático, o processo de produção do valor, o *a priori* metafísico, portanto, a terra precisa gerar lucros para ser considerada como ocupada, seja enquanto espaço ou enquanto unidade produtiva, se for para garantir as formas de existências que não possuem essa tautologia como objetivo, são desconsideradas e instaura-se esse processo de inserção na lógica do capital, pois aí não está o sujeito transcendental. Na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a reestruturação veio como forma de aprofundamento da exploração capitalista.

Há uma contradição colocada por esse processo que envolve os camponeses, sua forma de uso da terra demonstra que,

“Para observar o trabalho comum, isto é, o trabalho diretamente socializado, não precisamos voltar à forma naturalmente desenvolvida do mesmo que

encontramos no limiar da história de todos os povos civilizados. A indústria rural patriarcal de uma família camponesa, que produz para o seu próprio uso cereais, gado, fio, linha, peças de roupa etc., constitui um exemplo mais próximo. Essas diversas coisas defrontam-se à família como produtos diferentes de seu trabalho familiar, mas não se relacionam entre si como mercadorias. Os trabalhos diferentes que criam esses produtos, lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura etc., são na sua forma natural funções sociais, por serem funções da família, que possui sua própria divisão de trabalho naturalmente desenvolvida, assim como a tem a produção de mercadorias. Diferenças de sexo e idade e as condições naturais do trabalho, que mudam com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família. O dispêndio de forças individuais de trabalho, mediado pela sua duração, aparece aqui, porém, desde sua origem como determinação social dos próprios trabalhos, porque as forças de trabalho individuais a partir de sua origem só atuam como órgãos da força comum de trabalho da família” (Marx, 1985, p.74-75).

Assim, podemos entender que o tempo social médio, que é o elemento principal na valorização do valor, já age sobre essa forma de produção, a chamada produção familiar ou camponesa, a mediação é dada pela forma mercadoria. O camponês, ao vender sua produção, antes precisa colocá-la sob a equivalência do dinheiro, a partir de seu valor, constituído sob o trabalho abstrato. Assim, quando a vende para os proprietários da terra que ocupa, ou ainda no mercado, sua mais-valia pode ser extraída, sua produção entra na fricção do trabalho socialmente útil, é como se houvesse um padrão virtual a explorá-lo, porém não o há, e ainda assim a exploração de seu trabalho se efetiva. Há hipostasiação do trabalho camponês, como se produzisse apenas valor de uso, como se essa forma de trabalho fosse ontológica. Onde há a mercadoria, há também suas contradições, o valor de uso tem um par indissolúvel, o valor de troca. A problemática em torno desse pensamento envolve uma possibilidade de controlar o capitalismo através de um dos polos da mercadoria, o lado abstrato, colocando uma aparência positiva identitária entre o trabalho e a mercadoria, elevando o trabalho à categoria de sujeito, negando-o enquanto mediação social (Pitta, 2016).

6.2 Os resultados da reestruturação agrícola

Para o capital, é necessário substituir essa forma de exploração da terra, que tem baixa produtividade, para instaurar em seu lugar essa lógica da reprodução ampliada do valor e, assim, contraditoriamente, possa ter a possibilidade de gerar lucros a quem se apropria da produção advinda dessa forma de ocupação e uso da terra, atendendo ao mesmo tempo à necessidade de compensações da forma valor em crise.

Até a década de 1960, o espaço do cerrado não era atrativo ao grande capital, integrando-se ao circuito de valorização com o extrativismo, à produção de produtos destinados ao mercado interno, como alimentos, à agricultura de subsistência com comercialização de seu excedente e à criação extensiva de gado. Esse quadro alterou-se radicalmente a partir da década de 1970.

A ocupação dessas terras passa a fazer parte da produção e reprodução do capital pela iniciativa estatal. O estado privilegiou,

[...] aqueles grupos econômicos que podiam praticar uma agricultura mecanizada com uso de mão-de-obra assalariada e destinadas a produção de culturas que atendiam aos interesses do mercado externo. Cria-se, assim, um padrão de ocupação dos cerrados que privilegia as grandes e médias propriedades, comandadas por um tipo de agricultor que estivesse sintonizado com o modelo tecnológico que se pretendia implantar no campo brasileiro (Alves, 2000, p. 55).

Ou seja, essa indução do Estado privilegiou, via financiamento, os grandes e médios proprietários em detrimento dos pequenos, que são os responsáveis por boa parte da produção de alimentos. Essa reestruturação tem também um elemento multiplicador de si nas áreas onde os projetos não tangenciaram, pois, a nova configuração da composição orgânica do capital, agora com sobrepeso do capital constante, vai ditar o padrão de acumulação para este espaço, forçando todos os produtores a perseguir a média socialmente útil de trabalho.

No município de Uberlândia,

[...] a concentração de terras e capitais em vista das políticas agrícolas de crédito rural subsidiado de exportação e abastecimento interno, vem favorecendo apenas uma parcela de agricultores, representados pelos proprietários fundiários e capitalistas agrícolas de maiores recursos econômico-financeiros, em detrimento da grande parcela de trabalhadores rurais, representados pelos pequenos minifundiários, parceiros, rendeiros e posseiros. Essa classe de trabalhadores rurais tem uma importância muito grande na produção de alimentos para a população (Pessôa, 1982, p.7).

A reestruturação agrícola, que atingiu principalmente as grandes propriedades, vem acompanhada da mudança de indivíduo. A nova forma de produção já não comporta o que utiliza tecnologias e organizações tradicionais, seja grande proprietário ou pequeno, requer aquele típico da urbanidade, afoito às tecnologias e produzindo para o mercado externo. Buscou-se um agricultor e uma agricultura sob a égide empresarial. Dirigiu-se o financiamento e os aportes àqueles que poderiam, com certa agilidade, conquistar autonomia para se manter dentro dos parâmetros e exigências da agroindústria (Alves, 2000).

No primeiro mecanismo desse processo contraditório, ou seja, em que o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os

nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num "mar" de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc." (Oliveira, 1999, p.106).

Porém, para Oliveira (1999), esse processo também reproduz relações não capitalistas,

Já no segundo mecanismo, quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado e a população rural pode até se expandir. Nesse caso, o desenvolvimento do trabalho no campo pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes" (Oliveira, 1999, p.106).

Nesse segundo mecanismo, o fetiche da mercadoria reproduz o camponês ou ele próprio já é fruto da crise de produção de valor que não tem condições de absorver-lo tornando-o supérfluo para a produção de mercadorias, deixando a ele como única forma de sobrevivência a ocupação de terras ou formas marginalizadas dentro do mundo das mercadorias, ou colocando de outra maneira, seu trabalho enquanto mercadoria não tem condições de se realizar no mercado, de se metamorfosear no equivalente geral, fazendo com que seja necessariamente destinado à produção de valores de uso para a sua própria reprodução e venda do excedente com preço abaixo de mercado possibilitando a extração de lucro por parte do comprador?

São esses pequenos proprietários os responsáveis pela produção dos alimentos consumidos no país. Para atender os designios dessa reestruturação, da subordinação do campo à lógica de valorização do valor ampliada, o Estado privilegiou os grandes e médios proprietários em detrimento dos pequenos, dados de 1985 sobre a financeirização da produção agrícola demonstram que "a obtenção desse crédito estava dirigido socialmente, pois apenas 3% do total chegou aos estabelecimentos com menos de 10 ha; 28%, aos de 10 a 100 ha., e os restantes 72% foram destinados às propriedades de mais de 1.000 ha" (Oliveira, 1999, p. 80), e ainda foi destinado o financiamento a mercadorias específicas,

[...] o crédito rural é dirigido basicamente ao financiamento de um pequeno número de produtos, tais como a soja, o café, a cana, o algodão, o trigo, que recebem a maior parte dos recursos, em proporção muito superior à sua participação no total da produção. [...] o crédito rural está mais a serviço da indústria do que do agricultor (Pessôa, 1982, p. 7-8).

O crédito promoveu a concentração de capital e terras, assim como sua valorização. Todo o processo visa à reprodução do valor em crise em diversos níveis, substitui as culturas de subsistências, cujos excedentes vão ao mercado, por *commodities*, introduziu novas formas de trabalho, com superexploração e precarização, e ainda colocou outros na condição de marginalizados, de supérfluos.

Houve ainda os incentivos via impostos, tanto os que eram abatidos a partir dos gastos com a aquisição insumos, quanto os referentes à propriedade da terra, como também com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) que era irrisório sobre os produtos desse setor quanto comparado ao comércio e à indústria, sempre em privilégio dos grandes proprietários que são os mesmos que “[...] mais deturpam as informações e que se recusam a pagar o imposto lançado [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p.219). Esses subsídios fiscais “[...] não foram acessados a todos os produtores, mas sobretudo aos que se envolveram no processo de modernização [...]” (Gonçalves Neto, 1997, p. 221).

Vale ressaltar que as pressões políticas atendem as necessidades da economia, o Estado é um Estado capitalista, e nesse processo de reestruturação continua-se a utilizá-lo para os desígnios da lógica de valorização, é uma das frentes do processo de modernização,

A formação e atuação de lobbies, entidades patronais de reivindicações (e pressões) – dissemina-se entre as elites. E é bom que no lembremos, [...], que também o setor agrícola, mormente nos seus estratos mais modernizados, organiza-se em diversos lobbies para a defesa de seus interesses. Mas maior poder de pressão que os produtores rurais detém os setores industriais com interesses ligados à agricultura, com acesso mais fácil aos gabinetes governamentais, e que procuram na realidade, ao tentar garantir recursos para a modernização e desenvolvimento para o setor agrário, aumentar suas possibilidades de acumulação, pelo fato de que se colocam nas duas pontas do setor rural: vendem seus insumos básicos para a produção e compram boa parte dessa mesma produção (Gonçalves Neto, 1997, p. 49).

Esse processo das entidades patronais no campo, englobando funções situadas a montante e a jusante dele, com poder aumentado concomitante ao aumento da procura e do preço das *commodities*, determinando os rumos da política nacional ainda hoje, se configura como realidade, naquilo que se denomina de Concertação Política (Pompeia, 2020) e que vem ditando os rumos da política atual no país, concentrados na contestação da demarcação de terras indígenas, quilombolas e das Unidades de Conservação, contrários à legislação ambiental, buscando anistiar os desmatadores, também se colocam contra a legislação trabalhista e as normatizações alimentares (Pompeia, 2021). Essa modernização fortaleceu essas entidades patronais que continuam nas entranhas do poder, fazendo-o servir aos seus designios.

Toda essa transformação que o espaço do cerrado vai comportar, configurando-se enquanto resultado de uma produção econômica que simultaneamente produz um espaço novo, demonstra a territorialização da crise do capital, coloca também “diminuição do tempo necessário para a produção” (Pessôa, 1982, p.21), a contradição entre capital e trabalho se faz presente, a busca incessante pela diminuição do tempo social médio de trabalho para a produção das mercadorias, para a busca da possibilidade do aumento da extração de valor de forma relativa está aí também, ou seja, é necessário produzir sempre mais, coloca uma expansão contínua na produtividade também no espaço agrário, no caso do cerrado, dada a sua topografia, e os solos profundos houve facilidade de mecanização, o que contribuiu para a expansão do consumo de insumos industriais, ligados a boa iluminação e regime hídrico propício, temos um aumento significativo da produção de *commodities*, por área, quantidade e rendimento. A centralidade dessa reestruturação agrícola foi a busca pela reprodução ampliada do capital.

Essas,

[...] transformações foram viabilizadas pela ação do Estado e incentivadas, principalmente, por medidas referentes a incentivos fiscais, crédito rural e implantação de grandes eixos rodoviários, através de espaços fracamente ocupados. Essas medidas, apesar de estarem presentes na década anterior tiveram seus efeitos somados e combinados às condições do contexto econômico, ou seja, a fase do “milagre” econômico onde o país assistiu no período de 1968 e 1974 o fortalecimento constante das grandes empresas e a formação de grandes grupos bancários. Na agricultura, os setores beneficiados foram aqueles voltados para a exportação, as grandes empresas rurais e a agroindustriais. Essas medidas foram as responsáveis pelas alterações dos anos 70. A década de 70-80 foi o reflexo do processo iniciado nos anos 50 (Pessôa, 1982, p.52).

Assim, o que se denominou por Milagre Econômico foi um crescimento “associado a uma abertura estrutural para o exterior; isto foi possível em razão do rápido crescimento das exportações e da abundância de financiamento externo” (Gonçalves Neto, 1997, p.31).

Esse processo de reestruturação demonstrou que a busca do Estado foi para subordinar o campo à cidade, na tentativa de compensar a crise de produção do valor, colocando transformações enormes para o conjunto da sociedade. A citação abaixo corrobora e resume o que outros atores, acima citados, discutiram em seus trabalhos:

[...] as transformações que ocorrem no agro a partir da segunda metade dos anos 60, fortemente pressionado pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira, ao lado da violenta transferência de populações para o setor urbano, fenômeno que não estaciona em nenhum momento do período estudado, e que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como a mecanização, a substituição de culturas intensivas em mão-de-obra pela pecuária, o “fechamento” da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou

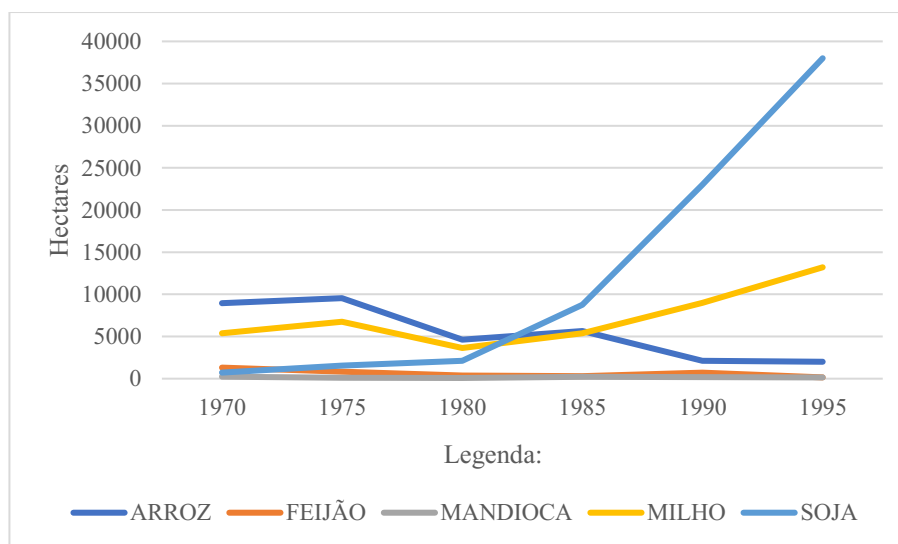
simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação da mão-de-obra restante no interior das propriedades com a eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade de subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos. O impacto de uma transformação tão forte em curto espaço de tempo, levou ao surgimento dos mais diversos tipos de conflitos no campo, além de agravar a questão da moradia, do emprego, da miséria e da violência nas cidades [...] (Gonçalves Neto, 1997, p. 109).

Foram, portanto, sob essas características que verificamos a Reestruturação Agrícola no cerrado, sob a mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e no município de Uberlândia. Sob todo o processo de análise, sobressai o Estado como agente indutor e articulador, colocando-se como aquele que promove o necessário para que haja o avanço das relações capitalistas de produção, a busca é pela reprodução do valor.

6.3 Uberlândia no processo de reestruturação agrícola

Nas ilustrações a seguir, podemos entender como se deram de forma efetiva essas transformações no município de Uberlândia através dos dados referentes à produção de soja:

Gráfico 5 – Uberlândia: área plantada de lavouras temporárias (1970-1995)

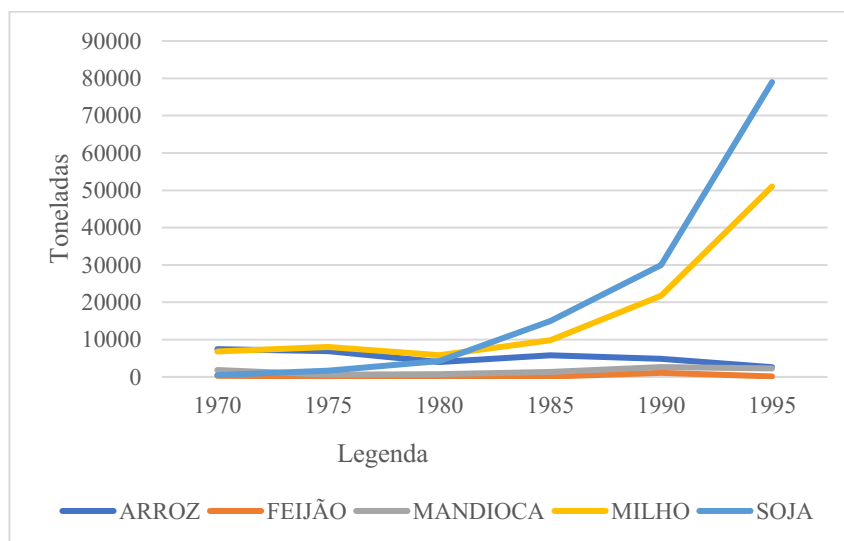


Fonte: elaboração própria.

O gráfico 5, além de demonstrar o aumento acentuado da área de plantação de soja, a partir de 1980, também ilustra aumento na área de produção de milho. Já a produção de alimentos, como o arroz e o feijão, diminui, sendo que, com a produção de arroz, o gráfico demonstra tendência de desaparecimento dessa produção no município. Ou seja, há uma

desproporção entre a produção de *commodities* e a produção de alimentos e esse “crescimento desproporcional está inegavelmente ligado aos padrões de pobreza e miséria urbana, que, por seu turno, se refletem em uma hábil estrutura de demanda agrícola por fontes de calorias e proteínas” (Delgado, 2012, p. 65).

Gráfico 6 – Uberlândia: produção das lavouras temporárias (1970-1995)



Fonte: Elaboração própria.

A alteração na produção de *commodities*, sempre crescente, demonstra nitidamente os resultados dos programas governamentais de incentivo sobre essas culturas, atingindo assim as premissas colocadas para o campo, de garantir a continuidade do processo de industrialização com *superavit* na balança comercial. Enquanto a produtividade de alimentos decai, prejudicando a soberania alimentar. O campo eleito para a reprodução do valor em crise cumpre o seu papel nas metamorfoses do capital, e, mais uma vez, faz-se necessário ressaltar a questão de que se há produção real do valor, ou se apenas participa da ficção, da aparência de sua produção, sendo sua origem na dívida pública.

Então, os incentivos governamentais, em forma de crédito, contribuíram para o aumento da produtividade a partir da década de 1970. No início, esse processo de reestruturação encontrou dois tipos de agricultura, uma mecanizada, com utilização de insumos, e outra com técnicas tradicionais, “mantendo-se ainda no estágio da “agricultura da enxada”, com o uso de técnicas primitivas e de baixa produtividade. Entre os dois extremos vamos encontrar o nível tecnológico intermediário” (Pessoa, 1982, p. 58). A “baixa produtividade” coloca em destaque que a busca é pela produção do equivalente geral, a forma mercadoria é o sujeito do processo, e aparece nesse espaço antes mesmo da emancipação do município de Uberlândia em relação a

Uberaba, ou seja, temos sua presença ainda no século XIX, o período anterior à “modernização agrícola” é um momento em que a mercadoria já é a centralidade.

É a essa dualidade tecnológica e produtiva, característica do campo, nesse espaço de estudo, que Oliveira, 1999, denomina de

“contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo que segue reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, produz também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponesas de produção, a peonagem etc.; todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento.” (Oliveira, 1999, p.74)

No entanto, essa questão chama a atenção quando adentramos à lógica de produção de valor em crise, pois nos leva a entender que a isso que está sendo colocado como o “contraditório e combinado” nada mais é que fruto direto da crise de produção de valor, que não deixa espaço para todos dela participar, excluindo parcelas significativas da população urbana e rural de seu meio, expulsando-os para que busquem formas marginalizadas para a reprodução da vida e do vivido. Ao produzir excedentes, a agricultura tradicional participa, inclusive, da fricção da concorrência, ao entregar seu produto abaixo do valor que nela está em forma de trabalho abstrato, é o mesmo que se houvesse um patrão lhe extraindo trabalho não pago, o “camponês” entrega seu excedente, seu sobre trabalho, sem precisar da coação direta de um patrão.

Essa reestruturação e suas contradições se concretizam como sendo uma especificidade do desenvolvimento capitalista no campo do Brasil, “[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território [...]” (Oliveira, 1999, p.74). O específico é a comunhão no espaço rural, de um lado as técnicas, fruto de uma razão instrumental que visa à reprodução ampliada do capital, e de outro, técnicas tradicionais, com baixo índice de produtividade. Assim, temos o que participa da lógica de valorização de valor em crise, e aqueles que são seu resultado contraditório.

Essa mecanização e ampla utilização de insumos físicos, químicos e biológicos, esse avanço no domínio dos elementos não humanos do espaço, no município de Uberlândia, desde seu início, já indicava “[...] alta concentração da posse de terra em consequência da renda obtida [...]” (Pessôa, 1982, p.90). Após os mecanismos da modernização serem instaurados, houve aumento do número de pequenos estabelecimentos rurais, porém com diminuição da área ocupada. Já os grandes estabelecimentos, com tamanho entre 1000 e 10000 hectares, aumentaram em número e em área. Houve, portanto, a concentração de terra, uma vez que a

modernização agrícola do município veio acompanhada da expansão dos latifúndios, “sempre mais de 70% da área do município está ocupada com estabelecimentos rurais e as categorias entre 100 e 1000, e 1000 a 10000 hectares, classificados respectivamente, como estabelecimentos médios e grandes, foram as que apresentaram sempre as maiores áreas” (Pessoa, 1982, p.61-62).

Tabela 5 - Uberlândia: número de estabelecimentos rurais por hectare (1920 – 1975)

Ano / Hectare	1920	1940	1950	1960	1970	1975
Até 100	247	728	998	1054	1022	1112
100-1000	308 com mais de 100ha	461	405	381	524	504
1000-10000		91	83	72	74	93
Total	555	1280	1486	1507	1620	1709

Fontes: adaptado de Pessoa (1982, p.59)

A tabela 5 demonstra essa concentração de terras e a diminuição do tamanho dos estabelecimentos com até 100 ha, já que aumenta progressivamente o seu número. São espaços sendo subsumidos sob a égide do sistema produtor de mercadorias em larga escala, com transformação na produção e na produtividade, espaços que se especializam e se tecnificam.

Sobre a forma de trabalho, houve mudanças, aumento do número de trabalhadores assalariados de forma sazonal,

Quanto ao pessoal empregado, o assalariado só aparecerá em 1950 num total de 2029 pessoas. A partir de 1960 verificar-se-á um contingente maior, sobretudo dos assalariados contratados em base sazonal. E em 1975 atingiram um número de 2491, enquanto em 1960 esse total era de 1253 pessoas. Outro aumento também verificado é com relação ao trabalho do responsável e membros da família. Supõem-se que esse aumento da exploração direta com trabalho familiar esteja relacionado ao aumento de minifúndios e pequenas propriedades, predominantes no município, onde a olericultura é uma atividade bastante desenvolvida, praticada em sua maioria, em forma de arrendamento e parceria, conforme podemos constatar (Pessoa, 1982, p.63 e 67).

Abaixo tabela com dados sobre a exploração da terra no município de Uberlândia, período de 1920 a 1975.

Tabela 6 – Uberlândia: forma de exploração da terra (1920-1975)

Anos	Direta (nº Est.)	Indireta (nº Est.)	Assalariado	Familiar
1920	501	54	Sem dados	Sem dados
1940	1066	75	Sem dados	1741
1950	977	345	2029	2562
1960	811	546	1253	3944
1970	1123	400	1508	2635
1975	1148	468	2491	2665

Fonte: Adaptado de Pessoa (1982, p.64).

Os dados da tabela 6 demonstram o movimento geral presente na reestruturação agrícola, que é o da transformação do trabalho não assalariado para o trabalho assalariado. Em 1960, início do processo de reestruturação, há 1253 trabalhadores assalariados. Em 1975, já era praticamente o dobro.

Essas oscilações do trabalho assalariado revelam que o

processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não-capitalistas. Portanto, o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades ou estabelecimentos (Oliveira, 1999, p.80-81).

A citação de Oliveira coloca que a produção de valor não está ligada à mais-valia absoluta, advinda do aumento da exploração do trabalho vivo, e sim da exploração de uma mão-de-obra que ele coloca como não sendo capitalista, mas que produz valor para os capitalistas, ou seja, um elemento não capitalista é a base para a acumulação capitalista, uma contradição de termos, pois se seu trabalho é a substância do valor, como pode estar fora da sociabilidade do mundo da mercadoria? Se seu trabalho não é mercadoria, como pode tornar-se o equivalente geral? Não é capitalista, mas é um trabalho que produz mercadorias. O camponês não busca a acumulação de capital, assim como o proletário urbano, o que fazem é vender sua força de trabalho. A diferença entre ambos é que um está completamente expropriado dos meios de

produção e de subsistência e o outro ainda os conserva de forma precária, e através do fruto de seu trabalho também é expropriado.

Continuando na discussão sobre a reestruturação agrícola no município de Uberlândia, podemos observar a mudança na forma de produção agrícola também com as questões da utilização de equipamentos mecanizados:

Tabela 7 - Uberlândia: número de arados e tratores (1920-1975)

ANOS	Arados tradicional)	(agric.	Tratores	Colhedeiras
1920	20		Sem dados	Sem dados
1940	400		5	Sem dados
1950	585		10	Sem dados
1960	468		55	Sem dados
1970	891		224	343
1975	1487		398	120

Fonte: Pessoa, 1982, p.69.

A utilização desses equipamentos, como já discutido acima, “está ligada à implantação no país, da indústria de tratores na primeira metade da década de 60, facilitando sua aquisição, apesar de serem inúmeros os obstáculos de ordem econômica que dificultarão sua difusão e utilização para a maioria dos agricultores [...]” (Pessoa, 1982, pp.67-68). Demonstra a interligação entre a indústria e a agricultura, essa, da produção dos insumos físicos, situadas a montante das unidades de produção rurais.

Sobre o uso de fertilizantes, no município de Uberlândia, em 1960, “do total de estabelecimentos (1.507), 9,1% utilizavam fertilizantes e em 1975, essa taxa eleva-se para 78,4%. O uso de corretivos permaneceu com os mesmos percentuais nos anos 1960 e 1970, com 3,7%. Entretanto esse número eleva-se para 13,6% em 1975” (Pessoa, 1982, p.68).

Não apenas para a agricultura houve incentivos governamentais, na pecuária também, com expansão significativa em área de pastagens e no número de cabeças de gado, expansão essa cuja “[...] justificativa [...] são os incentivos oferecidos pelo governo, visando aumentar a participação de carne na pauta das exportações. O número de bovinos [...] aumentou de 57935 (1920) para 132 153 em 1975 [...]” (Pessoa, 1982, p.75). A expansão da pecuária em relação à agricultura tem uma importante diferença: necessita de menor número de trabalhadores.

O direcionamento para a agricultura baseada na produção de *commodities* está interligado com a busca de produção de valor em diversas frentes, com a possibilidade de extração da mais-valia relativa e renda da terra, dada os altos índices de produtividade e produção que essa reestruturação produtiva provocou, ou ainda com a especulação com a terra, e ao consumir os produtos industrializados enquanto meio produtivo, realiza as mercadorias dessas indústrias subsidiárias da produção agrícola. Há ainda a exploração das pequenas

propriedades, que garantem a extração da renda da terra por meio da exploração da mão-de-obra precarizada em forma de arrendatários e parceiros:

A população rural economicamente ativa, geralmente, vai estar ocupada com dois tipos de agricultura. Um tipo é aquela agricultura praticada em pequenas propriedades que se dedica às atividades de subsistência ou de baixa comercialização, praticada, geralmente, por arrendatários e parceiros. Outro tipo é a agricultura praticada em médias e grandes propriedades e que se integra cada vez mais na economia capitalista. Essa agricultura de grandes investimentos provoca mudanças tecnológicas e suas atividades produtivas são praticadas em níveis empresariais. É uma agricultura movida por um sistema de créditos, mecanização, fertilizantes e defensivos que atende aos propósitos da modernização, dedicando-se a produtos de exportação como a soja e a pecuária (Pessôa, 1982, p. 87).

Essa dualidade é aparente, o fetiche da mercadoria está presente em ambas, essas atividades têm por objetividade o equivalente geral. Mesmo que a agricultura, colocada como tradicional (Pessôa, 1982), participe de maneira menos intensiva no mercado, ainda assim está no processo de produção. Sua produção, principalmente de alimentos, incide de diversas formas no mundo da mercadoria, reproduzindo o trabalhador, gerando excedentes para o mercado, garantindo o abastecimento de gêneros alimentícios e, em conjunto, esses pequenos produtores são fundamentais se levarmos em conta a inflação.

Ao mesmo tempo em que esse processo foi se estabelecendo no campo, houve melhorias nas vias de transporte, desenvolvimento da infraestrutura, subsidiária à produção agrícola, industrialização e urbanização do município e um acentuado êxodo rural. Sobre as alterações na infraestrutura temos, como exemplo, mudanças na “[...] capacidade de armazenamento que passa de 161m³ em 1960 para 60 186 m³ em 1975 [...]” (Pessôa, 1982, p. 92).

A agricultura voltada à busca da produção e reprodução do capital em larga escala, organizou a venda da produção com base em cotações dadas pela bolsa de valores, “[...] em 1979, foi fundado o Centro de Comercialização de Cereais que mantém um contato direto com a bolsa de São Paulo e Chicago. Através desse centro, é possível obter o preço do dia de todos os produtos agrícolas destinados à comercialização” (Pessôa, 1982, p. 92), para o momento em que não havia a troca de informações tão rápidas como atualmente, na terceira década do século XXI, esse é um mecanismo importante, pois evita que os produtores sejam explorados por intermediários que conseguem acessar as informações de cotações.

Para a concretização e desenvolvimento desse processo no Triângulo Mineiro, portanto, também em Uberlândia, foram fundamentais os programas PCI, POLOCENTRO e o PRODECER. Constituiu-se uma agricultura destinada ao mercado externo, é o mesmo que Caio Prado Júnior (1983) colocou como o sentido da colonização brasileira, atender o mercado e as

necessidades externas, através de produtos ou dando garantias e condições para a busca da reprodução do capital. Assim é nesse movimento de atendimento ao mercado externo, a busca pela produção de valor em larga escala, que se realizam essas transformações no cerrado, como o foi outrora,

[...]cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará algodão ou café: simples oportunidades do momento, com vistas para um mercado exterior e longínquo, um mercado instável e precário sempre [...] a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente de recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita [...] (Prado Júnior, 1983, p.73).

O Brasil independente caminha pela trilha do Brasil colônia, produzir mercadorias para a extração do equivalente geral pelos países centrais do capitalismo,

[...] a América Latina é a mais antiga periferia da economia-mundo, orientada desde o início de sua colonização para a exportação de produtos primários, primeiramente partilhados entre Espanha e Portugal, e posteriormente associados às dinâmicas de acumulação da Grã-Bretanha e Estados Unidos (Frederico, 2008, p.18)

Esse movimento de reestruturação agrícola, com mudança na composição orgânica do capital, em busca da mais-valia relativa e da renda da terra, esbarra na crise de produção de valor. Em 1982, verificava-se a insatisfação dos produtores rurais em relação ao lucro, colocavam que “[...] o preço dos insumos está muito elevado, não sendo acompanhado pelo preço da venda. Por outro lado, o transporte torna-se caro face ao preço do combustível. [...]” (Pessoa, 1982, p. 123). Revela aí que as indústrias de bens de produção extraem o equivalente geral por meio do consumo de seus bens por esses produtores, assim como as empresas à jusante, que levam sua parte do equivalente geral aí em movimento, que foi transmutado em mercadorias e que reassume essa forma após a unidade produtiva de transformação, não antes de completar a metamorfose da indústria que produz os insumos e as maquinárias. O campo é peça fundamental na extração do equivalente geral do processo produtivo, garantindo, assim, a continuidade da produção e da acumulação industrial. Arcam ainda com os prejuízos advindos de questões climáticas ou naturais, como pragas ou doenças. Também são esses agricultores que pagam os juros dos financiamentos da reestruturação produtiva. Caso não tenha condições de pagamento, abre-se para a ficcionalização da produção, com rolagem de dívidas.

Que indústria é essa? São empresas multinacionais, ou seja, capital internacional, encontrando aqui formas de sua reprodução, o “setor produtor de insumos e maquinários agrícolas encontra-se quase que totalmente dominado pelo capital internacional, por empresas

multinacionais” (Pessoa, 1982, p. 132), que necessitam da produção do campo para se realizar, pois o processo produtivo agrícola consome suas mercadorias enquanto objetos produtivos. Há também indústrias nacionais e regionais, porém, são as que estão relacionadas com insumos químicos e com a compra da produção do campo, porém nessa compra também há as grandes multinacionais. Os insumos físicos, mecânicos, são de domínio das multinacionais.

Também é colocado essa problemática da situação precária dos produtores em relação à extração do equivalente geral,

[...] no tocante à situação financeira dos projetos, talvez seja um dos aspectos mais criticáveis: a maioria dos colonos não tem sido capaz de gerar recursos financeiros suficientes para amortização dos empréstimos; e formas paliativas encontradas para renegociação das dívidas não permitem equacionar sua situação estrutural, agravando o quadro de endividamento (NABUCO et al. Apud Cleps Junior, 1998, p.140).

Fica evidente que a crise de produção de valor é a realidade enfrentada por essas unidades produtivas, que são a fonte de divisas para as empresas à montante e à jusante do campo, evidenciando as colocações de Robert Kurz (2014) colocando o colapso da produção de valor, que leva à consequência do equivalente geral não ter substância alguma, e também das suspeitas de David Harvey (2016), quando afirma que a produção de valor se dá com o crescente endividamento público, ambas as análises consubstanciando aquilo que foi anunciado por Marx,

“[...] esse crescimento paulatino do capital constante precisa, em relação ao capital variável, ter necessariamente por resultado uma queda gradual na taxa de lucro geral, com taxa constante de mais-valia ou grau constante de exploração do trabalho pelo capital. [...] como lei do modo de produção capitalista que, com seu desenvolvimento, ocorre um decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante e, com isso, em relação ao capital global posto em movimento. Isso só quer dizer que o mesmo número de trabalhadores, a mesma quantidade de força de trabalho, tornada disponível por um capital variável de dado volume de valor, devido aos métodos de produção peculiares que se desenvolvem dentro da produção capitalista, põem em movimento, processa e consome produtivamente ao mesmo tempo uma massa sempre crescente de meios de produção, maquinária e capital fixo de toda espécie, matérias primas e auxiliares – portanto também um capital constante de volume de valor sempre crescente. Esse progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, portanto em relação ao capital global, é idêntico à composição do capital social, em sua média, progressivamente mais elevada. É, igualmente, apenas outra expressão para o progressivo desenvolvimento da força produtiva social de trabalho, que se mostra exatamente no fato de que, por meio do crescente emprego de maquinaria e de capital fixo, de modo geral mais matérias-primas e auxiliares são transformadas pelo mesmo número de trabalhadores no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho, em produtos. Corresponde a esse crescente volume de valor do capital constante - embora ele só de longe represente o crescimento

real da massa dos valores de uso, nos quais o capital constante consiste materialmente – um crescente barateamento do produto. Cada produto material, considerado em si, contém uma soma menor de trabalho do que está em estágios inferiores de produção, onde o capital desembolsado em trabalho está numa proporção incomparavelmente maior em relação ao desembolsado em meios de produção [...] (Marx, 1988, pp. 154-155).

Além da problemática do declínio da taxa de lucro caso fosse mantido a mesma taxa de mais-valia, com a crescente exploração dos meios produtivos, sendo assim, mais mercadorias sendo postas em circulação pelo mesmo número de trabalhadores, descrito por Marx, na citação acima, e em referência ao momento em que ele escrevia, o desenvolvimento das forças produtivas estava em um estágio inferior e com produtividade concomitante à sua capacidade, temos nesse momento da reestruturação agrícola, aqui iniciada durante a década de 1960 e mais acelerada a partir da década de 1970, então sob a terceira revolução técnico científica, um desenvolvimento tão grande das forças produtivas que a composição orgânica do capital pouco necessita do capital variável, do trabalhador, assim essa produtividade sem trabalho real, apenas transfere por meio do capital constante seu valor à mercadorias, sendo assim, elas possuem individualmente menor quantidade de valor, sendo compensada na quantidade produzida, de forma relativa, porém sua realização depende da esfera da concorrência. Dada a composição orgânica do capital nas unidades produtivas, é necessário perguntar se a produção de valor é maior que o capital adiantado no início do processo, ou qual o tempo necessário para que esse dinheiro inicial retorne acrescido, ou se é capaz de ser retirado no final com algum acréscimo?

Essa realidade de possibilidade de lucro não se realizar faz com que a reestruturação agrícola do município trouxesse não apenas a contínua expansão da agricultura, mas também a da pecuária, pois traz mercadorias que são reservas de valor, uma certa garantia, o

[...] crescimento da pecuária nos últimos anos está vinculada à afirmação do modo capitalista de produção na agricultura, uma vez que investir na pecuária, sobretudo na compra de terras e rebanhos, asseguram por si mesmos a valorização do capital investido. Dessa forma, o rebanho e as terras passam a ser reservas de valor, podendo ser convertidas em dinheiro a qualquer momento pelo proprietário [...] (Pessoa, 1982, p. 138).

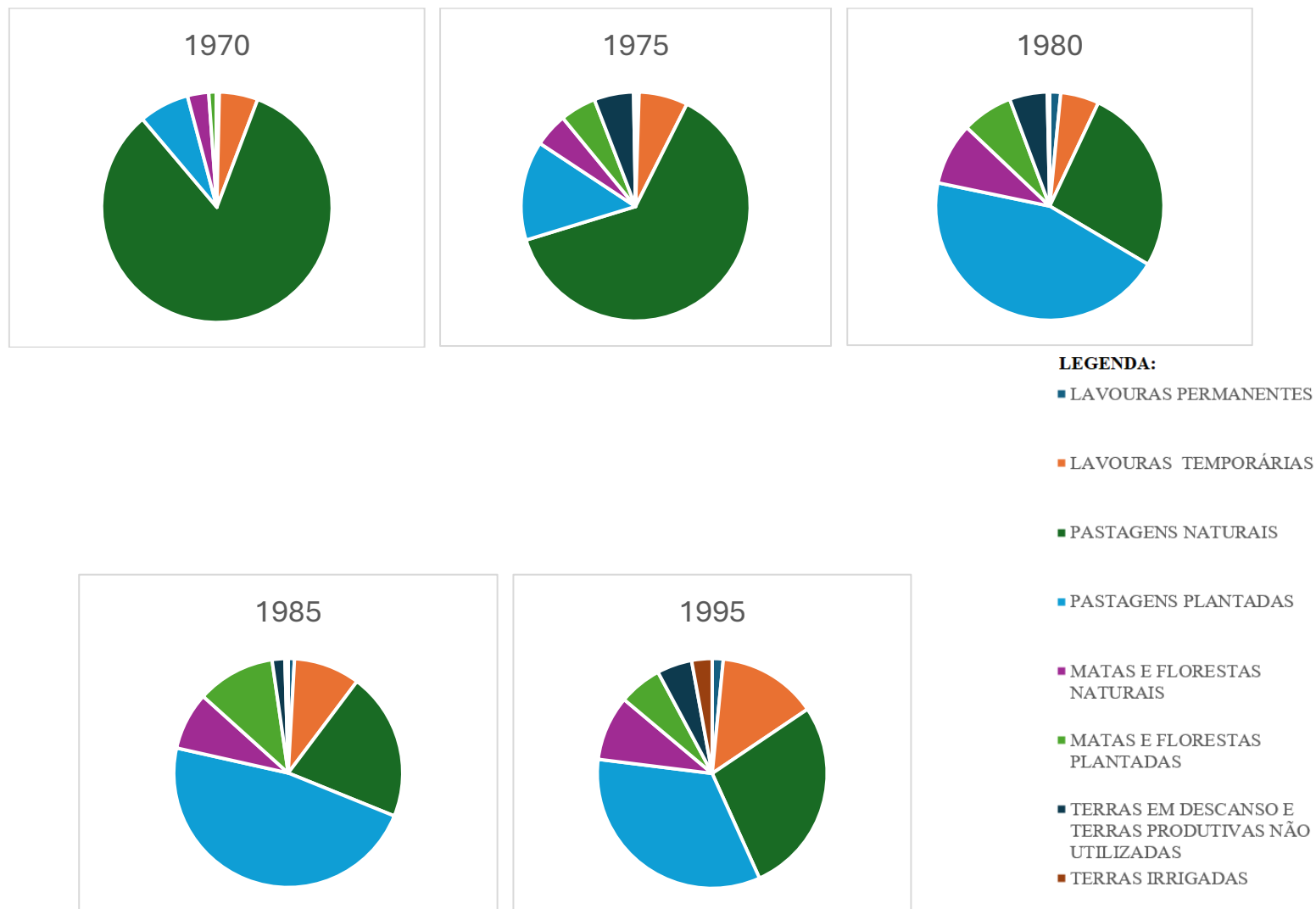
Tanto a agricultura quanto a pecuária vêm em busca de atender os desígnios das tentativas de compensações da produção e reprodução do valor. Se não conseguem tornar o trabalho a fonte de valor de suas mercadorias, há a possibilidade dentro desse movimento de se especular com a valorização da terra, promovida principalmente pela infraestrutura instalada pelo Estado, quanto por ter sido transformada em área de produção em larga escala de *commodities*. É o colapso da modernização colocando a forma de produção no campo, com a

pecuária e a terra sendo as garantias contra uma possibilidade de não lucratividade por meio da produção.

No gráfico 7 podemos perceber as alterações que ocorreram a partir do uso da terra, as áreas de pastagem naturais diminuíram drasticamente, cresceram as áreas de lavouras temporárias e as de plantações irrigadas, assim também como cresceram as áreas de pastagens plantadas.

Já na tabela 8, podemos perceber que, a partir do estabelecimento da reestruturação agrícola, foi diminuindo a área das pequenas propriedades e aumentando as das grandes, culminando, em 1985, com o surgimento de dois enormes latifúndios. Revela também a concentração de grandes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários ao mesmo tempo que aumenta o número de proprietários de pequenas propriedades, ou seja, houve diminuição das áreas individuais nas pequenas propriedades.

Gráfico 7 - Uberlândia: utilização da terra e área irrigada (1970-1995)



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 8 – Uberlândia: número e área dos estabelecimentos por grupo (1970-1985)

	1970		1975		1980		1985	
HECTARES	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)
MENOS DE 1	25	16	61	24	55	23	45	13
1 A MENOS DE 2	24	32	37	53	34	45	40	52
2 A MENOS DE 5	90	357	151	622	60	227	76	271
5 A MENOS DE 10	107	835	157	1317	68	545	52	428
10 A MENOS DE 20	216	3303	231	3552	85	1306	88	1413
20 A MENOS DE 50	287	9564	266	8733	192	6606	235	7971
50 A MENOS DE 100	273	19534	209	15644	208	15211	224	16770
100 A MENOS DE 200	207	29055	210	3081	220	32023	259	37757
200 A MENOS DE 500	219	70908	218	69578	219	70153	234	75273
500 A MENOS DE 1000	98	68499	76	52335	86	56904	91	62787
1000 A MENOS DE 2000	58	81275	70	68649	47	65085	39	51309
2000 A MENOS DE 5000	15	41465	20	58508	14	45287	17	52745
5000 A MENOS DE 10000	1	6292	3	20401	2	11006	1	8009
10000 A MENOS DE 1000000					2	22585	2	29331
TOTAL	1620	331133	1709	359499	1293	327014	1415	344136

Fonte: Elaboração própria.

Assim, conclui-se que o crédito subsidiado, ou seja, a indução do Estado, foi o principal instrumento para a reestruturação produtiva agrícola de vastas áreas do cerrado, com incremento de produção e produtividade, dando condições para que a possibilidade de produção de mais-valia, em crise, pudesse ganhar, com esses novos espaços sendo inseridos no processo de produção do valor em larga escala, novo fôlego, configurando-se como uma das estratégias de buscas de compensações que o capital utilizou para não colapsar de forma terminal devido à crise estrutural interna da tautologia do valor.

O acesso ao crédito subsidiado permite a metamorfose do dinheiro, que, inserido sob forma de capital, retorna ampliado, $D-D'$, graças às dívidas públicas, que nos leva ao questionamento sobre se há produção de valor, na fórmula $D-M-D'$, ou a aparência de sua produção, sendo a origem do equivalente geral na dívida pública, portanto dinheiro sem valor, pois não conta com sua substância trabalho vivo, este não está em sua origem.

A industrialização de bens de produção elaborada principalmente pelo governo Vargas, as intervenções estatais para a continuidade dessa industrialização, intensificadas a partir da década de 1950, deu condições para o desenvolvimento de uma agricultura de larga escala e com elevado nível tecnológico no cerrado, desencadeando esse processo de reestruturação que é caracterizado pela mecanização agrícola, utilização de insumos industriais, alta produtividade e concentração de terras. Contribuiu para dar continuidade a uma estrutura agrária com latifúndios, monocultura e imensa precarização do trabalho, que se torna superexplorado e sazonal, com acentuado êxodo rural.

A reestruturação agrícola é, portanto, a industrialização da produção agrícola, à jusante e à montante do campo, e fez com que a agricultura se especializasse,

Mas não foi apenas uma especialização da produção: no seu sentido estrito a própria concepção de produção agrícola também se especializou. Antes as fazendas produziam quase tudo o que era necessário à atividade produtiva: os adubos, os animais e até mesmo alguns instrumentos de trabalho, bem como a própria alimentação de seus trabalhadores. Agora não: os adubos são produzidos pela indústria de adubos, parte dos animais de trabalho foram substituídos pelas máquinas e equipamentos agrícolas, e os alimentos dos trabalhadores são comprados nas cidades (Graziano da Silva, 1981, p.62).

A industrialização criou, de um lado, a demanda para suas mercadorias, principalmente de bens de produção para o campo, e de outro, barateou a matéria-prima para a indústria de alimentos e rações. O processo de modernização, ao subsumir o campo, fragmentou o processo produtivo: “[...] quanto maior for a circulação da produção – ou, visto pelo lado da oferta,

quanto maior o número de fases de processamento do produto final – maior o mercado numa economia capitalista [...]” (Graziano da Silva, 1981, p.63).

A reestruturação produtiva no campo do Triângulo Mineiro alterou a produção, a produtividade, o produto, a forma de trabalho, o preço da terra, causou êxodo rural. Simultaneamente desenvolveu-se o complexo agroindustrial da soja, atraiu *holdings*, colocou vastos espaços produtivos sob influência de Uberlândia e ainda logrou produzir valor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do projeto de pesquisa foi atendido ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o entendimento do processo de mudança na produção rural. Para a compreensão do processo, foi necessário um retorno ao momento anterior a essa reestruturação. Nesse movimento de entendimento da formação territorial do Triângulo Mineiro, ficou nítido que a forma mercadoria já estava inserida nesse espaço antes do século XX. O momento da implantação dessas categorias não foi o objetivo, porém podemos perceber as categorias do capital, tal como foi exposto no segundo capítulo.

Ao longo da pesquisa, houve uma transformação na forma de se compreender o objeto de investigação, a “modernização agrícola”, o entendimento é de que houve uma reestruturação agrícola, uma mudança tecnológica, de produto, de produtividade e da forma de exploração do trabalho. O processo não se configura como uma forma de imposição da forma mercadoria para esse espaço de estudos, pelo contrário, é uma intensificação da exploração capitalista, que encontrou nesse espaço já implementado a forma mercadoria.

A formação territorial, através da colonização, foi paulatinamente massacrando a população autóctone e ocupando seu espaço. Os primeiros núcleos de não indígenas foram formados para atender às necessidades dos transeuntes que interligavam as zonas de mineração, então Mato Grosso, Goiás e em Minas Gerais. Havia também quilombos nesse espaço, que era denominado de Sertão da Farinha Podre, o destino reservado para eles foi o mesmo da população indígena.

Após a crise da mineração, uma segunda forma de ocupação se processou sobre esse espaço, com uma prática econômica baseada na agricultura e pecuária de subsistência com produção de excedentes. A Guerra de Secessão e a Guerra do Paraguai proporcionaram um surto de desenvolvimento nessa região, a primeira provocou o surgimento da produção agrícola de algodão para ser exportado, e a segunda um mercado interno para abastecimento das tropas que rumavam para o conflito. Assim, já podemos perceber a presença do dinheiro e do comércio nesse espaço.

Com a instalação da ferrovia, no final do século XIX, houve novo surto de desenvolvimento, agora pautado no capital mercantil, que possibilitou a centralidade comercial por parte do município de Uberlândia, que será o centro de distribuição da produção de toda a região, chegando a polarizar a produção dos estados de Mato Grosso e Goiás. Era o comprar barato em toda a adjacência e vender com sobrepreço ao mercado paulista. Além do escoamento

da produção regional, Uberlândia centralizou também a distribuição de mercadorias produzidas alhures.

A agricultura e pecuária da região, e essa característica vai prevalecer com menor intensidade mesmo após o processo de reestruturação enquanto simultaneidade, era aquela denominada de tradicional, porque utilizava baixos índices de insumos e possuía baixa produtividade. A pecuária era extensiva, a força de trabalho predominante era a de não assalariados. Após a reestruturação agrícola, haverá nesse espaço a presença de uma agricultura “moderna” e de uma pecuária intensiva, que transformou as características dessa agropecuária, inseriu esse espaço na busca da reprodução ampliada do valor.

Por reestruturação agrícola, podemos entender o processo de mudança na composição orgânica do capital nas unidades produtivas induzidas pelo financiamento estatal e pela instalação da infraestrutura necessária à produção nas unidades produtivas do campo, como sistema de transporte, energia, comunicação e armazenamento. Se materializou no espaço de estudo em um momento de crise na reprodução do valor nos países centrais do capitalismo, que redireciona seus capitais ociosos para serem empregados nos países periféricos a fim de se valorizar através de juros, na fórmula D-D’.

A reestruturação produtiva no campo foi efetivada através de programas oficiais/públicos que tinham por objetivo a transformação da produção. Esses programas contaram com dinheiro público e com dinheiro do estrangeiro que foram repassados aos proprietários fundiários através do financiamento. Com esse dinheiro, foi possível transformar a base produtiva da agropecuária, isso entre os anos de 1970 e 1990, onde demonstramos, ao longo do texto, por meio de gráficos e tabelas, o aumento do índice de produção, a mudança no produto e a adoção dos pacotes técnicos. O resultado foi a alteração da agropecuária da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O município de Uberlândia demonstra essas alterações de forma categórica, dado as mudanças encetadas em seus índices de produtividade e de industrialização, intensificou-se a produção através da alteração do capital constante.

Essas mudanças também representaram o movimento de abertura das regiões aos capitais forâneos, é o momento de integração econômica do Brasil, a economia de arquipélagos será integrada em uma só sob influência do capital. A fronteira agrícola da região estava fechada, todas as terras já haviam sido apropriadas, a reestruturação foi um aprofundamento da exploração capitalista.

A reestruturação da produção agrícola significou a busca pela mais-valia relativa nas unidades produtivas, o açambarcamento do lucro a partir do aumento das vendas. A mudança na composição orgânica do capital altera a forma de se apropriar do valor. Com a diminuição do capital variável no processo produtivo, substituídos pelos frutos da ciência e da técnica, há uma diminuição da quantidade de valor nas mercadorias individuais, colocando a necessidade de se produzir cada vez mais para se conseguir extrair o valor que foi pulverizado em um universo maior de mercadorias, dentro de um quadro de dispensa de mão de obra, ou seja, da substância do valor, instaurando a contradição em processo, pois diminui aqueles que conferem valor à mercadoria, assim colocando a necessidade de se vender cada vez mais dentro de um universo de diminuição do mercado consumidor, que por sua vez é formado principalmente por trabalhadores.

A diminuição constante de valor nas mercadorias leva a buscas por compensações, internas e externas à forma mercadoria. No Triângulo Mineiro, o que se processou foi uma busca pela compensação interna, com aumento do número de mercadorias, buscando extrair o valor pela quantidade vendida. É a compensação da valorização em crise dos países centrais.

As mudanças encetadas por essa reestruturação agrícola, resultado de um processo histórico que aos poucos foi desenvolvendo as bases para que na década de 1960 e 1970 se materializasse, com as induções do Estado, foram delineadas pelo sujeito automático do capital, pela crise da valorização do valor, que buscou novos espaços para a valorização do valor. O fetiche da mercadoria, o negativo do trabalho, coloca-se como o protagonista no processo, tendo em vista que todos os programas que objetivaram a reestruturação agrícola visavam sua viabilidade, todas as transformações objetivavam essa abstração, que como tal se coloca como o *a priori* metafísico da sociedade produtora de mercadorias.

Após esse estudo sobre a reestruturação da produção agrícola do Triângulo Mineiro, fica sobressalente que esta dissertação de mestrado não nos traz respostas, antes, nos abre a novas perspectivas, nos coloca novas problemáticas, novas possibilidades de análises e nos impele a continuar pesquisando.

Com a mudança na composição orgânica do capital, pulverizando o valor das mercadorias em um universo sempre maior que o anterior, resta saber se o capital inserido no início do processo produtivo da soja retorna no fim acrescido de valor, ou seja, se há a reprodução ampliada do valor, pois dado o nível de concorrência sempre elevando o nível de

produtividade a partir da utilização de insumos, no fim do processo o valor produzido é maior que o disponibilizado no início?

A reestruturação produtiva de uma unidade de produção do campo precisa de quanto tempo para pagar as dívidas contraídas? Caso não consiga realizar o pagamento, como fica a rolagem dessa dívida? Como são negociadas essas dívidas? Como um produtor endividado consegue produzir? Se não conseguir, qual o resultado?

Após a análise de como se deu essa reestruturação produtiva e a formação do complexo agroindustrial da soja, resta entender como se configuraram as relações dessa agricultura “modernizada” com o setor financeiro, como o capital fictício. A expansão da produção de soja continuou porque produz valor ou porque necessita de novos espaços para a busca do valor relativo. Essa produção satisfaz a valorização do capital internacional?

A constante adaptação do cerrado à reprodução ampliada de mercadorias teve o efeito planejado pela política brasileira, que foi um dos fatores preponderantes dessas estratégias, continua sob domínio dos produtores rurais e de setores urbanos que se beneficiam desses incentivos ao setor agrícola, e continua promovendo a ocupação do cerrado, tendo em vista a região do MATOPIBA e a estrutura de poder que temos no país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ALFREDO, A.; Geografia do turismo a crise ecológica como crítica objetiva do trabalho o turismo como "ilusão necessária". **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 37-62, 2001. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2001.123513. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123513> . Acesso em: 4 abr. 2023.

ALVES, V. E. L.; **Formação territorial sul piauiense**: modernização agropecuária e resistência camponesa. Orientadora: Profa. Dra. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta. 2000. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ALVES, V. E. L.; **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: Formação territorial no império do agronegócio. Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

AMÂNCIO, T. **Câmara dos EUA aprova acordo para aumentar teto da dívida e evitar calote**. Projeto elimina limite por dois anos, dando respiro ao presidente Joe Biden. Folha de São Paulo, São Paulo, 2023. Portal. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/camara-dos-eua-aprova-acordo-para-aumentar-teto-da-divida-e-evitar-calote.shtml#:~:text=O%20projeto%20aprovado%20elimina%20o,%C3%A0%20campanha%20para%20a%20reelei%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 08/06/2023

BOECHAT, C. A.; TOLEDO, C. de A.; LEITE, A. C. G. Arqueologia da questão agrária no Brasil: do labor grabbing ao land grabbing. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 13, n. 31 Dez., 2019. DOI: 10.14393/RCT133103. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/43412>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRANDÃO, A. C.; **Triângulo**: Capital comercial, geopolítica e agroindústria. 1. ed. Uberlândia: UFU, 1989.

CARGILL. Relatório Anual de 2014. Cargill, [s./l.], 2014. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/doc/1432101666509/relat%C3%B3rio-anual-2014-pdf_pt-br.pdf. Acesso em: 02/05/2024.

CLEPS JUNIOR, J. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do triângulo mineiro. Orientador: Profa. Dra. Vera Mariza Henriques de Miranda Costa. 1998. 291f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1998.

DELGADO, G. C.; **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FERNANDES, O.R.; **Uberlândia Impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal**. Orientadora: Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula. 2008. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil 1970**: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 1975**: Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil 1980**: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984.

FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 1985** - censo agropecuário municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil 1995-96**: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

FORBES. Cargill prevê menor demanda da China por soja e investe em processamento. **Revista Forbes**. [s./l.], 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/04/cargill-preve-menor-demanda-da-china-por-soja-e-investe-em-processamento/#:~:text=Os%20principais%20investimentos%20foram%20realizados,%2C%20ante%203.700%20toneladas%20Fdia>. Acesso em: 02/05/2024.

FREDERICO, S. **O Novo tempo do Cerrado**: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. Orientador: Dr. Francisco Capuano Scarlato. 2008. 273f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**. Política Agrícola e Modernização econômica brasileira 1960-1980. 1.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GUIMARÃES, E. N.; **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro**: integração nacional e consolidação regional. 1.ed. Uberlândia: EDUFU, 2010.

HARVEY, D.; **17 Contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D.; **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. Cidades. [Brasília?], 2024. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em 18/07/2024.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KURZ, R. **O Colapso da Modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KURZ, R. **Dinheiro sem valor**: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. 1.ed. Lisboa: Antígona, 2014.

LUCAKS, G. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista, 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MARX, K. **O Capital**, livro I, tomo II. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1984.

MARX, K. **O Capital**, livro I, tomo I. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1985.

MARX, K. **O Capital**, livro III, tomo I. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1988.

MARX, K. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboço da crítica da economia política. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984b.

OLIVEIRA, A.U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. Cap. 4, p. 63-110.

OLIVEIRA, F.; **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PITTA, F. T. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista**: do Proálcool à crise de 2008. Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo. 2016. 420 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PESSÔA, V. L. S. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. Orientador: Prof. Dr. Miguel César Sanches. 1982. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1982.

POMPEIA, C. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.35, No.104, São Paulo, p.1-19, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bWNJXhwGrcqZRqjJF6rD5pv/?lang=pt>. Acesso em 23/04/2024.

POMPEIA, C. A reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares. **Revista Antropolítica**, n. 53, Niterói, p. 115-139, 3. quadri., set.-dez., 2021 Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/download/49653/30510>. Acesso em 23/04/2024.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ROCHA, A. C. **Natureza e naturalização sob a forma mercadoria**: o parque TIZO na situação metropolitana de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2023.

SALIM, C.A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no brasil: avaliação e perspectivas. **Caderno de Ciência & Tecnologia**. Brasília, DF, vol. 03, n.2 p.297-342, maio. /ago. 1986.

UBERLÂNDIA. **Banco de Dados Integrados**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. 2022, v.1. Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/BDI-2022-vol1.pdf> Acesso em: 19/07/2024.